

**ATA N.º 04/2026**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 26 de junho de 2026.-----

----- Aos 26 dias do mês de junho de 2026, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1 - Período antes da Ordem do Dia com intervenção do Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Coimbra – Professor Doutor Francisco Matos;-----

2 - Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara;-----

3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ançã / Encargos com energia elétrica decorrentes do funcionamento provisório da Unidade de Saúde de Ançã no edifício da antiga Junta de Freguesia;---

4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ançã / XXIII Feira do Bolo de Ançã;-----

5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cadima / XXI Feira do Tremoço;-----

6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cordinhã / XXII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----

7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Pocariça / Remodelação do Edifício Sede da Junta de Freguesia;-----

8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Plano de Acessibilidade da Junta de Freguesia da Sanguinheira;-----

- 9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de São Caetano / Requalificação na Rua Principal;-----
- 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Tocha / Aquisição de equipamentos para o Circuito de Manutenção da Praia da Tocha;-----
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / XI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento do evento desportivo XVIII BTT Cadima Caminhos do Tremoço 2026; -----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento do evento desportivo III Rota do Tremoço – Caminhada; -
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXI Edição da Feira do Tremoço;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cantanhede / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXVI Tapas & Papas;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo, Dj 's e Licença Especial de Ruído / XXII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Febres / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / Marchas de São João;-----



18 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Tocha / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / Festa de São João; -----

19 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Dj's Licença Especial de Ruído / XI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras;-----

20 - Apreciação, discussão e votação do Relatório Final respeitante ao Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Espaços Verdes;-----

21 - Apreciação, discussão e votação do Relatório Final respeitante ao Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Limpeza Urbana;-----

22 - Apreciação, discussão e votação do Relatório Final do Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Piscinas Municipais;-----

23 - Apreciação, discussão e votação do Relatório Final do Contrato-Programa celebrados com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Transportes Urbanos;-----

24 - Apreciação, discussão e votação do Relatório Final do Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Expofacic;-----

25 - Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede do Ano de 2025;-----

26 - Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2026;-----

27 - Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) alteração orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026;-----

28 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município de Cantanhede;-----

29 - Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento de Intervenção em Domínio Público Municipal;-----

30 - Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão à Rede de Autarquias Participativas;-----

31 - Apreciação, discussão e votação da retificação do Regulamento das Zonas Industriais do Município de Cantanhede, art.º 22.º, n.º 3;-----

32 - Apreciação, discussão e votação do Reconhecimento do Interesse Público Municipal para efeitos de Regularização Urbanística das Construções existentes no Campo Escutista do Agrupamento de Escuteiros 1192 de Febres;-----

33 - Apreciação, discussão e votação da Correção do Traçado da via proposta na 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede (RPUCC) (Travessa nascente à Rua de S. José – Cantanhede) – Artigo 50.º Regulamento RPUCC;-----

34 - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de voto de louvor e reconhecimento ao Sr. Artur Jorge Dias Carvalhinho, apresentada pela bancada do PS.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas, por motivos pessoais, do Sr. Rogério Paulo Simões Marques, que foi substituído pelo Sr. José Manuel Tarelho Soares, do Sr.ª Guilherme Figueiredo dos Santos, que foi substituído pelo Sr. Tito Luís Barreto Monteiro, do Sr.



Presidente da Junta de Freguesia de Murte de Sérgio Duarte Oliveira Maia, tendo sido substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia, Sr. Hugo Leandro da Cruz Melo, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pocariça, Sr. Nuno Miguel Pessoa Caldeira, não tendo sido substituído, e ainda, por motivos profissionais, da Sr.ª Ana Isabel Loureiro Charro, sendo substituída pelo Sr. Ulisses da Cruz Gonçalves Salvador.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a ata n.º 03/2026, da sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2026.-----

----- Não tendo havido qualquer intervenção quanto ao teor da ata n.º 03/2026, da sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2026, foi a mesma colocada a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 29 de abril de 2026 a 25 de junho de 2026, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, deu início ao período de Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde de Coimbra – Professor Doutor Francisco Matos, o qual, começou por agradecer o convite para estar presente na Assembleia Municipal, dirigindo os seus cumprimentos ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, à Senhora Presidente da Câmara Municipal, aos Grupos Partidários representados e a todos os presentes. Manifestou o seu agrado por participar na sessão, salientando que a sua intervenção tinha como objetivo não só apresentar o projeto atualmente em desenvolvimento e os resultados alcançados desde o início do mandato, iniciado em 14 de janeiro, mas também reforçar a

vinculação à comunidade e aos munícipes, numa lógica integrada e de projeto conjunto. Relativamente aos cuidados de saúde primários, informou que tinham ocorrido duas alterações recentes, destacando a operacionalização das Comunidades de Saúde. Referiu que Cantanhede se encontra integrada na Comunidade de Saúde Norte e que já tinha sido constituída a respetiva equipa diretiva, encontrando-se esta em funcionamento e a trabalhar numa lógica de proximidade. Salientou ainda a integração de uma representante de Cantanhede na referida equipa diretiva. Informou que existem seis Unidades de Saúde Familiar no concelho e que, na sequência do último concurso, o concelho passou a dispor de cobertura total de médicos de família. Explicou que uma das principais prioridades do Conselho de Administração tinha sido o reforço dos recursos humanos da ULS, tendo sido realizado um trabalho detalhado de identificação das necessidades de médicos e enfermeiros em toda a área de intervenção. Esse trabalho permitiu, em articulação com o Ministério da Saúde, identificar os locais e contextos sociais onde existiam maiores necessidades e, posteriormente, abrir vagas destinadas à captação de profissionais. Acrescentou que foi igualmente desenvolvido um trabalho de atração de talento, procurando profissionais não apenas na região de Coimbra, mas também nas regiões Norte, Lisboa e Vale do Tejo e Sul. Sublinhou que o projeto de Medicina Geral e Familiar apresentado pela ULS de Coimbra se caracteriza pela multidisciplinaridade, pela integração comunitária e pelo reforço da capacidade de decisão e acompanhamento dos doentes nos cuidados de saúde primários. Referiu, neste âmbito, a importância da descentralização de algumas áreas de especialidade, nomeadamente a Oftalmologia e a Saúde Oral, para os cuidados de saúde primários, bem como a integração de uma componente académica, de inovação e investigação. Salientou que a Direção Clínica dos Cuidados de Saúde Primários se encontra ligada à Universidade



de Coimbra e que esta articulação permitiu reforçar a atratividade do projeto junto dos médicos internos que terminavam a sua especialidade. Informou que, pela primeira vez em vários anos, foi possível preencher todas as vagas de Medicina Geral e Familiar identificadas como necessárias, permitindo assegurar a cobertura total de médicos de família em toda a ULS de Coimbra. Considerou que este resultado resultou de um trabalho intenso de ligação aos municípios e às comunidades e de reforço da capacidade operacional dos cuidados de saúde primários, destacando, em particular, o impacto da colocação de um médico em Cantanhede. No que respeita à resposta especializada, referiu a existência de vários projetos, nomeadamente a articulação com o Hospital Arcebispo João Crisóstomo e com a área dos cuidados paliativos, salientando a importância da integração entre a área hospitalar e os cuidados de saúde primários. Mencionou igualmente as equipas comunitárias de saúde mental e a existência, em Cantanhede, de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados com 30 vagas, destacando a importância da cooperação entre os municípios. Informou ainda que o projeto de desenvolvimento do Gabinete de Saúde Oral se encontrava em fase de adjudicação dos equipamentos e de implementação. Relativamente à área hospitalar, destacou a existência, no concelho, do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Centro de Reabilitação do Hospital Rovisco Pais. Referiu que se pretende que o Hospital Rovisco Pais seja mais do que um polo assistencial, assumindo também uma dimensão académica, contribuindo para afirmar Cantanhede como cidade universitária. Salientou que esta é uma ambição partilhada pela ULS, pelo Município e pela comunidade. Quanto ao Hospital Arcebispo João Crisóstomo, explicou que o objetivo do Conselho de Administração era recuperar a sua matriz de cuidados de proximidade, de cuidados continuados e de cuidados paliativos. Destacou que os cuidados paliativos daquele hospital são dos

mais estruturados da ULS, existindo uma importante tradição e experiência acumulada naquela área. Referiu ainda o conceito de “Hospital Amigo do Idoso”, desenvolvido anteriormente e distinguido com um prémio, defendendo a continuidade e valorização do trabalho realizado pelas equipas anteriores. Acrescentou que se pretende reforçar a capacidade de resposta do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, através do internamento de curta duração, da diferenciação na área dos cuidados paliativos e do desenvolvimento de áreas de especialidade, designadamente Ortopedia, Cirurgia Geral, Medicina Interna e Oftalmologia. O objetivo será reduzir as dificuldades de acesso e facilitar o rastreio, a referenciação e a articulação com os diferentes níveis de cuidados. Relativamente ao Hospital Rovisco Pais, salientou que, sendo um centro de referência nacional na área da Medicina Física e de Reabilitação, deverá ser reforçada a sua diferenciação e capacidade de inovação, procurando transformá-lo num centro de referência nacional e internacional nas áreas do ensino da Medicina Física e de Reabilitação e da Fisioterapia. Identificou como principais desafios a integração da ambição académica no projeto regional de saúde e a captação e retenção de talento. Considerou que o reforço dos recursos humanos é fundamental para a sustentabilidade da ULS e de toda a comunidade, defendendo que, quando existe um projeto com ambição e perspetiva de futuro, é possível atrair profissionais para o Serviço Nacional de Saúde. Relativamente ao Hospital Rovisco Pais, reconheceu a dificuldade de captar e reter profissionais, associada, entre outros fatores, à sua localização. Defendeu, por isso, a criação de condições laborais capazes de tornar o projeto apelativo a médio e longo prazo, procurando envolver os profissionais como coautores do projeto. Em relação à atividade do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, referiu que os dados disponíveis evidenciavam uma evolução positiva ao nível das consultas externas, cirurgia de ambulatório, primeiras consultas



e realização de exames, considerando estes indicadores relevantes para demonstrar a capacidade de produção clínica do Serviço Nacional de Saúde. No âmbito dos projetos em desenvolvimento, destacou a intenção de reforçar a componente de ensino do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, defendendo que a referência clínica e assistencial deverá também traduzir-se numa referência de ensino. Sublinhou, neste contexto, a importância da articulação entre a ULS, a Universidade de Coimbra e os municípios, considerando que a Universidade contribui com conhecimento, investigação e espírito de iniciativa, a ULS com a atividade assistencial e os municípios com a infraestrutura e ligação à comunidade. Referiu, em particular, a Unidade de Tratamento de Feridas Complexas, salientando que se trata de um projeto com tradição e resultados positivos no Hospital e que deverá agora evoluir também para uma componente de ensino e investigação. Mencionou igualmente o projeto de integração da área do desenvolvimento infantil, em articulação com o Hospital Pediátrico, com o objetivo de criar em Cantanhede um polo de avaliação em idade pediátrica. Explicou que a intenção passa por integrar diferentes ciclos de vida na resposta assistencial, evitando limitar o Hospital de Cantanhede à resposta de proximidade e aos cuidados em fase final de vida. No âmbito da integração dos cuidados ao longo do ciclo de vida, referiu ainda o trabalho desenvolvido pela ULS e pelo Centro Académico e Clínico, em articulação com a Organização Mundial de Saúde, tendo em vista a criação de um Centro Colaborador da OMS na ULS de Coimbra. Explicou que se pretende desenvolver um modelo baseado na integração dos cuidados ao longo da vida, desde a idade pediátrica até à fase final da vida, aproveitando também a experiência da Universidade de Coimbra na área do envelhecimento ativo. Mencionou ainda o projeto relacionado com o Castelo do Cris, que se encontra em fase de desenvolvimento, bem como o projeto de ampliação do

conceito de jardim terapêutico, desenvolvido em estreita articulação com a Câmara Municipal de Cantanhede. Explicou que se pretende reforçar a estimulação sensorial dos doentes e criar um ambiente social peri-hospitalar que favoreça a permanência e integração do doente na sua comunidade. Referiu também a continuidade de projetos já existentes, designadamente, o Programa Verão Seguro, que seria retomado na próxima semana, e o reforço da perspectiva de internamento de curta duração no Hospital Arcebispo João Crisóstomo, numa lógica de proximidade e capacidade de resposta local. No que respeita ao Hospital Rovisco Pais, reiterou a intenção de transformar a sua atual diferenciação assistencial num polo de ensino nacional e internacional nas áreas da Medicina Física e de Reabilitação e da Fisioterapia. Informou que já existe uma parceria com o Instituto Politécnico de Coimbra, através da qual algumas licenciaturas realizam parte da sua formação naquele hospital. Acrescentou que está em desenvolvimento, em articulação com a Câmara Municipal de Cantanhede, a criação de um verdadeiro Campus Universitário no espaço do Hospital Rovisco Pais, aproveitando infraestruturas atualmente degradadas para a criação de espaços destinados ao ensino e à inovação. Referiu que o conceito de Hospital/Escola se encontra num processo avançado de implementação, envolvendo a ULS, o Instituto Politécnico de Coimbra e o Município de Cantanhede. Mencionou ainda outros projetos associados ao Hospital Rovisco Pais, designadamente um laboratório de avaliação e simulação para habilitação à condução, destinado à avaliação das capacidades técnicas, motoras e cognitivas, um laboratório de reabilitação cardiorrespiratória e de condição física e o desenvolvimento de um Centro Nacional de Alto Rendimento Paralímpico. Informou que este último projeto tinha recebido uma boa receptividade por parte do Governo e que estava prevista uma reunião para avaliar o nível de envolvimento e compromisso financeiro. Referiu



também duas áreas de diferenciação existentes no Hospital, relacionadas com o estudo da locomoção e com a aplicação de técnicas no tratamento da dor crónica, considerando-as áreas de inovação e diferenciação. Em termos estratégicos, explicou que a intenção da ULS passa pela reorganização e adoção de uma rede integrada de cuidados de saúde primários, articulada de forma sustentada com a rede hospitalar, os cuidados continuados e os cuidados paliativos. Defendeu que esta integração deve ser fluida e que o médico de Medicina Geral e Familiar deverá assumir um papel central no acompanhamento do doente ao longo do seu percurso assistencial. Destacou ainda o reforço da Central de Esterilização de Cantanhede, cuja atividade é considerada fundamental para os dois hospitais e para a rede de cuidados de saúde primários, bem como o reforço do apoio logístico domiciliário, enquadrado numa estratégia de descentralização e de tratamento fora do ambiente hospitalar. Relativamente às prioridades do Conselho de Administração, identificou como primeira prioridade a identificação e resolução das carências de recursos humanos, considerando que sem profissionais não é possível concretizar qualquer projeto. Salientou os resultados obtidos nos primeiros cinco meses do mandato ao nível da atração de profissionais. Como segunda prioridade, referiu a reorganização do modelo e da estrutura da ULS. Explicou que, nos primeiros meses, foram reorganizados departamentos e constituídas equipas das comunidades de cuidados de saúde primários, estando igualmente em fase de conclusão a atualização do regulamento interno, enquanto instrumento estruturante de gestão. No que diz respeito especificamente a Cantanhede, indicou como objetivo o reforço da medicina de proximidade, através da integração entre os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares. Referiu a nomeação da nova Diretora do Departamento, salientando o seu conhecimento do Hospital e da realidade da medicina de

proximidade e da integração de cuidados. No que respeita à consolidação de Cantanhede como polo de conhecimento e inovação, considerou fundamental a ligação estreita da ULS à Universidade de Coimbra, de forma a promover a ambição académica, a investigação e a inovação no sistema de saúde. Informou que aquela ligação tinha sido uma das prioridades do primeiro semestre do mandato, nomeadamente, através do reforço do Centro Académico e Clínico e da constituição de uma associação de desenvolvimento do próprio Centro. Referiu que estava previsto um evento para o mês de julho, no qual seria apresentada parte do trabalho desenvolvido, incluindo o reforço da ligação à Organização Mundial de Saúde e a entidades parceiras internacionais. Defendeu que a ambição de transformar a ULS numa referência nacional e internacional é essencial para garantir a sustentabilidade do projeto a médio e longo prazo, permitindo também atrair e reter os profissionais considerados necessários para a concretização dos objetivos definidos. Por fim, destacou como projeto inovador a criação de centros de cuidados de saúde primários e universitários, considerando que se trata de um conceito inovador a nível internacional. Sublinhou que a ULS dispõe, em articulação com a Universidade de Coimbra e os municípios, das condições necessárias para desenvolver aquele trabalho e agradeceu aos municípios e à comunidade o empenho e a dedicação demonstrados. Concluiu a sua intervenção agradecendo a atenção de todos os presentes.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, agradeceu ao Prof. Dr. Francisco Matos pela sua intervenção e deu, de seguida a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, começou por agradecer a clareza com que tinham sido apresentados os projetos da ULS, considerando que a informação disponibilizada era muito importante e



esclarecedora. Salientou a importância de potenciar a divulgação daqueles projetos, de forma a permitir que a população tenha um conhecimento mais efetivo do trabalho desenvolvido pela ULS de Coimbra e, em particular, pela ULS na área de Cantanhede, destacando que a saúde constitui uma preocupação de todos. Considerou que os projetos apresentados para o Hospital de Cantanhede e para o Hospital Rovisco Pais eram projetos de grande valor e que constituiriam certamente uma mais-valia para todos os seus futuros utilizadores. De seguida, colocou uma questão concreta relativamente aos prazos previstos para a concretização dos projetos, nomeadamente o Hospital-Escola, o Centro Nacional de Alto Rendimento e o Jardim Terapêutico, manifestando interesse em saber se existia alguma data prevista para o início dos mesmos, de forma que essa informação pudesse ser transmitida e conhecida por todos. Reconheceu que a concretização dos projetos poderia ser demorada e que os procedimentos burocráticos poderiam condicionar os respetivos prazos, mas considerou importante existir uma data ou horizonte temporal de referência que permitisse acompanhar a sua concretização com maior segurança. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Prof. Dr. Francisco Matos, o qual agradeceu as questões colocadas e felicitou a Assembleia Municipal pela oportunidade de partilha de ideias. Relativamente ao Hospital-Escola, informou que já tinha sido emitida a nota de encomenda e assinado o respetivo contrato, prevendo-se que as obras estejam concluídas até ao final do ano. Acrescentou que o objetivo é assegurar, ainda no presente ano letivo, as condições necessárias para os alunos, embora provavelmente não a partir de setembro, mas ao longo do ano letivo. Quanto ao Centro de Alto Desempenho, reiterou que estava prevista, para a próxima semana, uma reunião com a Secretaria de Estado, na qual será definida uma linha temporal para a implementação do projeto.

No que respeita ao alargamento da área abrangente do Hospital Arcebispo João Crisóstomo, esclareceu que, de momento, não seria possível indicar uma data concreta, uma vez que decorre um processo de negociação tripartido entre a ULS de Coimbra, o Município e a Santa Casa da Misericórdia, enquanto entidade proprietária das instalações do Hospital Arcebispo João Crisóstomo. Informou que já existiam dois projetos, um mais abrangente e, conseqüentemente, mais oneroso, e outro menos ambicioso no que respeita ao alargamento, sendo necessário realizar uma primeira discussão entre as partes para determinar qual das soluções deveria ser adotada. Reforçou que o projeto constituía uma prioridade e que existia a intenção de o concretizar, salientando que, embora apenas pudesse garantir, àquele momento, os prazos relativos ao Hospital-Escola, relativamente aos restantes projetos esperava que, até ao final do ano, fosse possível estabelecer uma linha temporal para as respetivas concretizações.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra a Sr. Abel Carapêto, o qual agradeceu a palavra e referiu que a lógica de saúde de proximidade constituía um desejo de todos, salientando a importância dos utentes poderem ter acesso a consultas em Cantanhede, sem necessidade de se deslocarem para outros locais, sobretudo no caso da população mais idosa. Nesse contexto, questionou se faria sentido que utentes provenientes do Pinhal Interior, designadamente de Oliveira do Hospital, Vila Nova de Poiares e Penacova, se deslocassem a Cantanhede para realizar consultas externas. Referiu que já tinha presenciado, no Hospital de Cantanhede, situações de utentes provenientes daqueles concelhos que manifestavam desagrado por terem de se deslocar a Cantanhede, considerando que Coimbra seria, em alguns casos, uma localização mais próxima. Assim, questionou o que poderia ser feito para melhorar esta situação e adequar a organização das



consultas externas à lógica de proximidade, evitando deslocações desnecessárias dos utentes e procurando garantir uma resposta mais adequada às populações.-----

----- Tomou a palavra o Prof. Dr. Francisco Matos que começou por distinguir dois níveis de referenciação: a referenciação para consulta e a referenciação de doentes agudos. Relativamente aos doentes agudos, explicou que a referenciação é efetuada através da linha SNS 24, encontrando-se a ULS a analisar os algoritmos que determinam essas referenciações, uma vez que, em algumas situações, poderão não ser os mais adequados. Referiu que, naquele processo, são considerados diversos fatores, nomeadamente, os tempos de espera e o acesso aos cuidados, procurando avaliar situações em que os algoritmos conduzem a referenciações que não se enquadram adequadamente na resposta disponível. Quanto à situação dos utentes provenientes de Oliveira do Hospital e do Pinhal Interior, explicou que tinha existido um período em que não havia uma identificação completa das entidades responsáveis pelos acordos de cooperação. Referiu, em particular, a existência de entidades que desenvolvem atividade complementar à da ULS de Coimbra, designadamente a Fundação Aurélio Amaro Diniz, em Oliveira do Hospital, estando a ULS a trabalhar na reativação dessa complementaridade, com o objetivo de reforçar a resposta às populações daquela região. Salientou que se trata de populações particularmente isoladas e envelhecidas, que necessitam de uma atenção específica e de respostas de maior proximidade. Esclareceu que existe atualmente um Centro de Atendimento Clínico destinado a doentes agudos, mas que é necessário encontrar soluções de proximidade para outro tipo de necessidades, sendo esse um dos motivos para o reforço dos acordos de cooperação. Referiu ainda que existem duas ou três áreas geográficas da ULS que funcionam, de certa forma, como enclaves, devido à dificuldade de acesso, quer a Coimbra, quer a Viseu, considerando, por isso,

fundamental atuar numa perspetiva de proximidade. Contudo, salientou que o principal desafio consiste em encontrar um equilíbrio entre proximidade e diferenciação, não podendo a proximidade limitar o acesso a cuidados diferenciados, nem a necessidade de diferenciação comprometer a proximidade dos cuidados. Considerou, assim, necessário caracterizar de forma rigorosa quais as respostas que podem ser asseguradas diretamente na comunidade e quais as situações clínicas que exigem maior capacidade de resolução num polo hospitalar centralizado, diferenciado e com experiência clínica. Defendeu que este equilíbrio deverá resultar de uma análise ponderada e de um trabalho sistematizado, consistente e fundamentado. Explicou que, após a reorganização interna da ULS, a intenção é desenvolver um trabalho com maior consistência e solidez, assente nos dados disponíveis e nos resultados dos projetos implementados. Acrescentou que a ULS pretende também avaliar de forma sistemática o funcionamento das medidas adotadas, procurando compreender os seus efeitos e, posteriormente, atuar em função dos resultados obtidos. Deu como exemplo o trabalho desenvolvido na área da retenção de talento nos cuidados de saúde primários, que foi realizado de forma progressiva e discreta até ser possível alcançar a cobertura total de médicos de família e apresentar resultados concretos. Concluiu defendendo a importância de uma abordagem descentralizada e de um princípio de transversalidade no acesso aos cuidados de saúde, considerando que os resultados alcançados demonstram a pertinência desta visão e a existência de profissionais e entidades empenhados na sua concretização. Sublinhou, por fim, a importância de manter uma atuação assente na solidez, consistência e avaliação dos resultados.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual após cumprimentar todos os presentes, começou



por agradecer ao Presidente da ULS de Coimbra a disponibilidade para estar presente na sessão, considerando importante a oportunidade de conhecer a sua perspetiva e de reforçar o diálogo e a cooperação entre as diferentes entidades. Referiu que as questões apresentadas, particularmente as relacionadas com Cantanhede, se enquadravam na lógica de diálogo e articulação que tem sido desenvolvida entre o Município e a ULS. Em resposta à intervenção do Sr. Abel Carapêto, esclareceu que a ligação do ensino à Tocha resulta de um protocolo estabelecido com o Instituto Politécnico de Coimbra, nomeadamente, com a Escola Superior de Tecnologias da Saúde, permitindo articular a componente de ensino com a componente prática na área da Fisioterapia, da Terapia Ocupacional e, futuramente, de outras licenciaturas e mestrados. Salientou que os alunos terão a possibilidade de frequentar as aulas e, simultaneamente, desenvolver a sua formação prática num hospital de referência, considerando esta articulação entre as entidades uma mais-valia significativa. Acrescentou que, tendo também em consideração a necessidade de atrair e fixar alunos, o Município está a avançar com a requalificação do Hotel Branco, através de uma parceria entre a ULS e a APPACDM. Referiu que, apesar dos orçamentos da ULS e da Câmara Municipal de Cantanhede serem distintos, a articulação entre as entidades tem permitido avançar com o projeto. Informou que já tinha decorrido uma pós-graduação e que estava prevista a primeira licenciatura, sendo objetivo criar condições de residência universitária para os estudantes, contribuindo para a sua fixação no concelho. Aproveitou igualmente para agradecer a colaboração do Presidente da ULS relativamente ao protocolo a estabelecer para a reabilitação das casas situadas junto ao Hospital Rovisco Pais, que anteriormente constituíam residências dos seus funcionários. Explicou que o Município pretende integrar essas habitações numa candidatura ao programa de Arrendamento Acessível, sendo

necessária a colaboração da ULS para permitir a sua reabilitação. Por fim, destacou o trabalho desenvolvido no concelho ao nível das instalações de saúde, referindo que as nove instalações das ULS existentes no concelho se encontram abrangidas por intervenções de requalificação no âmbito do PRR, prevendo-se a conclusão das respetivas obras. Considerou que aquelas intervenções permitirão assegurar melhores condições para os utentes e para a saúde no concelho, mas também melhores condições de trabalho para médicos, enfermeiros, técnicos e restantes profissionais. Salientou que, conjugando aquelas intervenções com a cobertura de recursos técnicos referida pelo Presidente da ULS, o concelho ficará dotado de uma resposta de saúde de qualidade e adequada às necessidades dos seus utentes. Concluiu agradecendo novamente ao Presidente da ULS e manifestando a disponibilidade do Município para continuar a trabalhar em conjunto.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, agradeceu novamente a presença do Presidente da ULS de Coimbra, Prof. Dr. Francisco Matos e salientou que a saúde no concelho de Cantanhede constitui uma matéria de particular importância para o Município e para os seus órgãos, designadamente para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal. Recordou que a preocupação com esta área se tem vindo a acentuar ao longo dos anos, nomeadamente, após o encerramento do serviço de urgência, a criação de uma consulta aberta, a posterior descontinuação dessa resposta e, atualmente, a existência do Centro de Atendimento Clínico. Considerou fundamental que, perante uma situação de emergência, seja possível assegurar localmente uma primeira resposta de cuidados de saúde, permitindo, posteriormente, em função da gravidade da situação, a eventual transferência dos doentes para Coimbra, nomeadamente, para o Hospital da Universidade de Coimbra. Salientou que o concelho de Cantanhede e toda esta região dispõem de excelentes condições ao



nível das infraestruturas de saúde, resultantes de investimentos realizados pelo Estado Português, através de recursos públicos. Destacou, em particular, o Hospital de Cantanhede e o Hospital Rovisco Pais, considerando que aquelas infraestruturas possuem condições para serem potenciadas e utilizadas na sua máxima capacidade em benefício da comunidade. Defendeu ainda que um Centro de Medicina Física e de Reabilitação localizado em Cantanhede poderá assumir uma dimensão regional, servindo toda a região Centro, à semelhança do papel desempenhado pelo Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão na região de Lisboa e pelo centro existente na região Norte. Considerou que, apesar de esta questão não depender diretamente do Presidente da ULS, o Ministério da Saúde deveria, no futuro, valorizar e potenciar de forma mais significativa as infraestruturas existentes no concelho. Manifestou, contudo, a convicção de que, com a intervenção do atual Presidente da ULS e com o trabalho desenvolvido pela Senhora Presidente da Câmara Municipal na reabilitação das infraestruturas físicas, estão atualmente reunidas condições e criadas expectativas para uma evolução positiva da resposta de saúde no concelho. Salientou que existe atualmente um plano de intervenção para o mandato municipal e para o mandato do Conselho de Administração da ULS, considerando que estão reunidas as condições para que, num futuro próximo, eventualmente no final do mandato, o Presidente do Conselho de Administração possa regressar a Cantanhede e apresentar os resultados alcançados. Referiu que as expectativas são elevadas, mas manifestou confiança de que o concelho dispõe de condições para oferecer à população e à região uma resposta adequada ao nível dos cuidados de saúde primários, assegurando igualmente os recursos humanos necessários à prestação de um serviço de qualidade. Por fim, agradeceu novamente a presença do Presidente da ULS de Coimbra. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou

que tinha sido solicitado pela Sr.^a Áurea Andrade a introdução de um ponto fora da ordem de trabalhos, relativo a um voto de louvor a Artur Carvalhinho, na sequência de uma recente distinção internacional que lhe tinha sido atribuída, considerando tratar-se de um galardão de referência mundial na área da enfermagem. Esclareceu que a introdução do referido ponto na ordem de trabalhos dependia de aprovação prévia da Assembleia Municipal, para posterior discussão e votação. Colocada a proposta à votação, não se registaram votos contra nem abstenções, tendo a Assembleia Municipal aprovado por unanimidade a introdução do referido ponto, que seria apreciado como último ponto da ordem de trabalhos. O Senhor Presidente informou ainda que, apesar de a intervenção do Presidente da ULS ter ocorrido no período antes da ordem do dia, o tempo seria reiniciado, passando a contar os 60 minutos previstos para aquele período, solicitando aos membros da Assembleia Municipal que procurassem ser concisos e objetivos nas respetivas intervenções. De seguida, declarou abertas as inscrições para o uso da palavra, indicando que a intervenção teria início pelo Senhor José Manuel Gomes Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, seguindo-se o Sr. Ulisses Salvador.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Tocha, José Manuel Gomes Cruz, o qual após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: *A Praia da Tocha voltou a afirmar-se como uma Praia de excelência. Foram novamente hasteadas a Bandeira Azul, a Bandeira das Acessibilidades, a Bandeira de Qualidade de Ouro e a Bandeira do Projeto ColorADD, distinções que reconhecem a qualidade ambiental, as acessibilidades, a segurança e a inclusão. Estas distinções são o resultado do trabalho em conjunto da Junta de Freguesia, da Câmara Municipal, da INOVA, das Escolas, das Associações e de todos quantos diariamente contribuem para esta*



realidade. Importa aqui realçar o excelente trabalho desenvolvido pelo Município e pela INOVA e que a Freguesia da Tocha agradece. Importa igualmente destacar o trabalho desenvolvido no âmbito do programa Eco-Escolas e Eco-Freguesias. Hoje não basta preservarem, é imperativo educar e agir de forma consistente para salvaguardar aquilo que nos distingue. No que respeita aos espaços verdes da Praia da Tocha, impõem-se a necessidade de lhe devolver a qualidade. Um espaço público cuidado, promove o sentido de responsabilidade coletiva e incentiva à sua preservação. Senhora Presidente, mantemos a nossa preocupação relativamente aos sucessivos adiamentos das obras na Marginal da Praia da Tocha. Trata-se de uma intervenção essencial, mas manifestamente insuficiente. A Praia carece igualmente de equipamentos coletivos há muito previstos, fundamentais para a qualificação do espaço público, para a atração de mais visitantes e para a dinamização da economia local. A Praia da Tocha é a única Praia marítima do concelho e deve por isso constituir uma prioridade inequívoca de investimento. Valorizar a Praia da Tocha é valorizar Cantanhede. Preocupa-nos o atraso das obras do Complexo Escolar da Tocha. Trata-se de um compromisso antigo que permanece por concretizar, apesar das legítimas expectativas da população que nos questiona constantemente, gostaríamos de ter respostas e gostaria de as levar daqui. Reconhecemos o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal com a aquisição dos terrenos destinados à construção da variante entre a Estrada Nacional 109 e a Zona Industrial, um investimento estratégico há muito aguardado. Permitam-me também abordar a questão da segurança na Freguesia da Tocha. Os acontecimentos recentes reforçam um sentimento de insegurança que não pode ser ignorado, destaco o violento assalto durante a noite a uma senhora de 93 anos na nossa Freguesia, que teve de receber tratamento hospitalar, bem como outra situação preocupante ocorrida nas Berlengas em pleno dia, casos reportados às

forças de segurança. Não podemos aceitar que cidadãos sintam que têm de enfrentar estas situações por si próprios. Pequenos furtos continuam a verificar-se contribuindo para o aumento da preocupação da população. A Junta de Freguesia tem vindo a alertar para a insuficiência de meios do Posto da GNR da Tocha, sendo frequentemente necessário recorrer aos Postos de Mira e Quiaios, o que implica o aumento dos tempos de resposta. Solicitamos recentemente o reforço do patrulhamento, também em virtude de atos de vandalismo registados em parques públicos. Com a aproximação da Expofacic, muitas habitações ficam desocupadas durante a noite, tornando-se essencial reforçar a vigilância neste período. Não pretendemos alarmar, mas sim prevenir e proteger a população e temos de estar todos unidos neste propósito. Senhora Presidente, a Tocha é uma Freguesia dinâmica que contribui ativamente para o desenvolvimento do concelho. Reconhecemos o que está bem, mas continuaremos a exigir o que falta concretizar, investimento, cumprimento de compromissos e atenção reforçada à segurança. Manteremos uma postura de colaboração institucional, mas firme na defesa dos interesses da nossa população. É esse o compromisso que hoje reafirmamos.” -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual após cumprimentar todos os presentes, e dirigindo igualmente uma saudação às pessoas que acompanhavam a sessão à distância, apresentou duas questões. A primeira respeitante ao muro situado no Charco, em Febres, que tinha ruído há cerca de um ano. Questionou para quando estava prevista a realização da obra de reposição do muro, salientando que, segundo a informação de que dispunha, a intervenção seria da competência da Câmara Municipal e não da Junta de Freguesia. A segunda questão respeitante ao projeto de construção do novo Cemitério de Cantanhede, apresentado durante o mandato anterior. Questionou para quando

estava prevista a execução do mesmo, tendo em consideração que a capacidade do atual cemitério começava a estar comprometida. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, Carlos Gregório, o qual após cumprimentar todos os presentes, manifestou a sua preocupação relativamente ao estado de abandono em que se encontra o ramal ferroviário da Pampilhosa – Figueira da Foz, em particular a plataforma que atravessa a Freguesia de Cadima. Salientou que o estado de abandono é evidente, não apenas ao nível da plataforma da linha ferroviária, mas também dos equipamentos e edifícios existentes ao longo do seu percurso, designadamente as estações e os apeadeiros. Defendeu, por isso, que qualquer solução que venha a ser adotada para o ramal da Pampilhosa – Figueira da Foz deverá contemplar o troço que atravessa a Freguesia de Cadima, assegurando a sua ligação à Freguesia de Arazede, ao concelho de Montemor-o-Velho e ao concelho da Figueira da Foz. Referiu que a sua intervenção tinha como objetivo alertar para aquela situação e manifestar uma preocupação que considera evidente, nomeadamente, pelo facto de se verificarem alguns abusos por parte de proprietários confinantes com a linha, que têm vindo a aumentar os limites dos seus terrenos em prejuízo da plataforma ferroviária, atualmente abandonada. Em nome da Freguesia de Cadima e de todos aqueles que historicamente utilizaram aquela linha, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal que fosse dada a devida atenção à situação, de forma a garantir que aquela infraestrutura, enquanto património de interesse para o concelho, não fosse esquecida. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção:

“As Escolas são locais de aprendizagem formal e informal e as visitas de estudo estão

alinhadas com os princípios do Ministério de Educação e do perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, que valorizam metodologias de aprendizagem ativa, interdisciplinar e contextualizada. As visitas de estudo são atividades pedagógicas planeadas que enriquecem o currículo, que promovem as aprendizagens significativas e contribuem para o desenvolvimento académico, pessoal, social e cívico dos alunos. Constituem também momentos de lazer, que complementam o desenvolvimento do conhecimento, capacidades, atitudes e valores indispensáveis à formação integral dos alunos. Uma das responsabilidades da Câmara Municipal na educação é prestar todo o apoio necessário às Escolas e em particular aos alunos e no caso da promoção da realização de visitas de estudo que fazem parte do Plano Anual de atividades dos Agrupamentos Escolares do concelho, a disponibilização de um autocarro de transporte escolar para todas as faixas etárias, tem inúmeras vantagens para os alunos, escolas e famílias, nomeadamente na redução de custos financeiros para as famílias, permitindo um maior número de alunos o acesso e a participação, contribuindo desta forma para a promoção da igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades de acesso e também possibilita às escolas utilizarem as verbas para outras atividades pedagógicas. A disponibilização do transporte por parte da Câmara Municipal permite reduzir a dependência da utilização de operadores privados a preços muito elevados, muitas vezes exorbitantes, atualmente praticados, e que são muitas vezes inibidores da participação de muitos alunos devido ao elevado preço do bilhete que é praticado. Por outro lado, permite à Câmara Municipal planear adequadamente o calendário da utilização em conformidade com as necessidades das escolas, e acima de tudo permite reforçar o papel do município na promoção da educação, da inclusão e do desenvolvimento local. Neste sentido, senhora Presidente, gostaria de colocar uma questão, os autocarros municipais reúnem as condições



legais aplicáveis ao transporte coletivo de crianças e jovens cumprindo os requisitos técnicos e de segurança?” Seguidamente, relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, considerou importante reforçar o policiamento nos postos da GNR, designadamente na Tocha e em Cantanhede, salientando que a segurança constitui uma preocupação de todos. Defendeu que a segurança, ou a falta dela, não deve ser entendida como uma questão exclusiva de um determinado grupo ou partido político, mas antes como uma preocupação transversal a todos os que defendem a democracia. Manifestou ainda, o seu pesar pelo sismo ocorrido na Venezuela, que tinha provocado a morte de vários cidadãos portugueses. Referiu desconhecer, àquele momento, se entre as vítimas se encontravam pessoas naturais ou residentes no concelho de Cantanhede, uma vez que ainda não existiam informações precisas sobre aquela matéria. Apresentou, assim, as suas condolências aos familiares das vítimas pelo falecimento ocorrido na sequência daquele acontecimento. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual começou por referir que não tinha acompanhado integralmente a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha, uma vez que se encontrava ausente a acompanhar o Presidente da ULS de Coimbra, Prof. Doutor Francisco Matos. Relativamente à referência à Bandeira Azul, considerou não haver necessidade de acrescentar comentários, limitando-se a congratular-se pelo facto de a Praia da Tocha, dispor atualmente de quatro distinções, designadamente, a Bandeira Azul, a Bandeira de Ouro, a distinção relativa às acessibilidades e a distinção ColorADD. Salientou que aquelas distinções evidenciavam o cuidado e o investimento realizado pelo Município na Praia da Tocha, em articulação com a Junta de Freguesia, manifestando a disponibilidade da Câmara Municipal para continuar a

investir e a melhorar aquele espaço. Relativamente à questão das escolas, esclareceu que estas estiveram, até há relativamente pouco tempo, sob a responsabilidade do Ministério da Educação, questionando se, anteriormente, tinham sido apresentadas ao Ministério preocupações relativas às condições das escolas da Tocha. Referiu que, da sua parte, apenas tinha conhecimento das situações relacionadas com o Jardim de Infância e a Escola Primária. Recordou que o Município tinha adquirido um terreno junto àquelas instalações com o objetivo de permitir o seu alargamento e que, posteriormente, tinha sido construído o atual Jardim de Infância. Explicou que, à data, exercia funções de Vice-Presidente e que anteriormente, enquanto Vereadora, tinha acompanhado a situação, quando o Jardim de Infância funcionava nas instalações da PROVIDA, tendo a Câmara Municipal realizado investimentos na construção e adaptação das instalações. Considerou que os investimentos realizados na Freguesia da Tocha têm procurado responder às necessidades existentes. Informou que estavam em fase de conclusão as obras das escolas Lima de Faria e Marquês de Marialva, salientando que a primeira, sendo uma escola mais antiga do que a da Tocha, apresentava um estado de degradação significativo, estando a sua reabilitação a ser concretizada através de uma candidatura ao PRR. Relativamente à EB 2,3 da Tocha, informou que o projeto já estava concluído e tinha sido submetido a candidatura, encontrando-se esta ainda pendente de aprovação. Explicou que a intervenção estava enquadrada como P2 e seria financiada através do BEI, tendo sido inicialmente indicada a possibilidade de obtenção de uma resposta durante o mês de junho. Apesar da candidatura ainda não ter sido aprovada, informou que o concurso para a empreitada já tinha decorrido e que o empreiteiro tinha sido selecionado, encontrando-se a Câmara Municipal a receber a documentação necessária para proceder à celebração do contrato e posterior submissão do processo ao Tribunal de



Contas. Explicou que a Câmara Municipal teve de ponderar se deveria avançar com a obra através de capitais próprios enquanto aguardava a aprovação da candidatura, considerando que a escola, apesar de apresentar algumas limitações, continua em funcionamento. Salientou que a candidatura tinha sido apresentada com a expectativa de financiamento integral da obra, razão pela qual a Câmara procurava gerir cuidadosamente os recursos disponíveis. Acrescentou que, apesar da obra ter transitado para a responsabilidade municipal no âmbito da delegação de competências, foram imediatamente desenvolvidas todas as diligências necessárias à elaboração do projeto e à respetiva tramitação. Considerou que a situação deveria ser devidamente explicada, uma vez que a adjudicação de uma obra desta dimensão condiciona imediatamente o orçamento municipal, ainda que posteriormente possa existir compensação através do financiamento em sede de candidatura, obrigando à afetação de verbas inicialmente destinadas a outras rubricas. No que respeita ao Jardim de Infância e à Escola Básica da Tocha, informou que a candidatura para a intervenção tinha sido apresentada, salientando que o Município tinha outras obras escolares submetidas, devido ao aumento do número de crianças e à consequente insuficiência da capacidade instalada. Referiu, a título de exemplo, que foi necessário avançar com a reabilitação do Jardim de Infância da Póvoa da Lomba, uma vez que a capacidade das instalações escolares de Cantanhede já se encontrava esgotada. Explicou que o Município tem registado um aumento do número de crianças e que o plafond de candidaturas ao nível dos ITI da CIM já tinha sido atingido, encontrando-se a decorrer uma negociação entre a CIM e a CCDR com vista à obtenção de financiamento adicional. Apesar das limitações de financiamento, informou que a Câmara Municipal iria avançar com a abertura do concurso para a Escola Básica da Tocha, uma vez que o projeto se encontrava concluído e a candidatura já tinha sido

aprovada, embora com uma comparticipação reduzida, muito inferior à percentagem habitual de 85% do Portugal 2030. Relativamente à segurança, reconheceu o trabalho desenvolvido pela Junta de Freguesia da Tocha e referiu que a Câmara Municipal tem mantido contactos regulares com a GNR, quer a nível local, quer a nível distrital, bem como com o Município de Montemor-o-Velho. Salientou que as autoridades estão devidamente informadas sobre a situação de segurança no concelho, embora nem sempre possam divulgar toda a informação de que dispõem. Considerou que a situação constitui uma preocupação significativa, não apenas na Tocha, mas também noutras localidades do concelho, designadamente Sanguinheira, Febres e Cadima. Referiu que dois Deputados do concelho já tinham sensibilizado o Senhor Ministro para aquela realidade, salientando que o Município não estava habituado a este tipo de ocorrências. Defendeu, por isso, a necessidade de continuar a pressionar as entidades competentes para o reforço dos meios de segurança, em benefício das populações, em particular das pessoas que vivem sozinhas e que podem encontrar-se em situações de maior vulnerabilidade. Quanto à intervenção do Sr. Ulisses Salvador, relativamente ao muro situado no Charco, em Febres, esclareceu que a responsabilidade e a propriedade do espaço não estavam completamente definidas. Contudo, informou que a Câmara Municipal tinha avançado com a elaboração do projeto e que, devido à localização da intervenção, tinha sido necessário obter pareceres de várias entidades, nomeadamente da APA. Informou que a licença da APA tinha sido recebida no dia anterior e que, numa primeira análise, o parecer era favorável. Apesar de reconhecer que a intervenção teria um custo significativo, considerou tratar-se de uma obra urgente, pelo que a Câmara Municipal assumiria a despesa e avançaria com a respetiva execução. Relativamente ao novo Cemitério de Cantanhede, concordou que se trata de uma obra urgente, uma vez que a capacidade



do atual cemitério se encontra próxima do limite. Informou que os terrenos necessários já tinham sido adquiridos e que a Câmara Municipal aguardava um parecer para poder avançar, remetendo para o Vereador responsável pelo pelouro a prestação de informação mais detalhada sobre os procedimentos em curso. Referiu que se trata de uma intervenção de grande dimensão e financeiramente exigente, admitindo que a sua execução possa ser faseada. Explicou que, para além da implantação do cemitério, será necessário assegurar outras infraestruturas, incluindo a requalificação do piso, a construção de muros e a criação das condições necessárias para garantir a dignidade do espaço. Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, sobre o ramal ferroviário da Pampilhosa – Figueira da Foz, reconheceu que o estado de abandono constitui uma realidade não apenas no concelho, mas também relativamente a outras linhas ferroviárias desativadas no país. Recordou que, anteriormente, tinha sido equacionado um projeto para a criação de uma zona ciclável sobre o antigo canal ferroviário, ligando a Mealhada à Figueira da Foz, não estando então prevista a reativação da linha. Informou que, atualmente, segundo indicações do Ministério e da Secretaria de Estado, está a ser equacionada uma solução envolvendo o Metro Mondego, com a possibilidade de prolongamento a partir de Coimbra em direção a Cantanhede, utilizando posteriormente o antigo canal ferroviário em direção à Zona Industrial de Murte, Sepins e Mealhada, bem como uma ligação à Zona Industrial de Cantanhede. Quanto ao Plano Ferroviário Nacional, referiu que inicialmente estaria prevista a reativação da ligação entre Mealhada e Cantanhede, solução que considerou pouco útil. Na sua perspetiva, caso se procedesse à reativação da linha, faria mais sentido assegurar a ligação até ao Porto da Figueira da Foz. Reconheceu, contudo, ter dúvidas quanto à existência de uma intenção concreta nesse sentido por parte das entidades competentes. Concordou

com a preocupação manifestada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Cadima relativamente ao estado de degradação da infraestrutura, considerando que, mesmo que não exista, para já, uma intenção concreta de intervenção, a linha deveria ser mantida e limpa. Manifestou disponibilidade para transmitir essa preocupação às entidades competentes e para analisar a situação conjuntamente com o Município de Montemor-o-Velho, procurando avaliar a possibilidade de desenvolver alguma intervenção, desde que esta não prejudique eventuais projetos que o Ministério possa vir a desenvolver para aquele troço. Relativamente à questão dos transportes para visitas de estudo, explicou que a Câmara Municipal dispõe atualmente de dois autocarros, ambos com alguma idade e que, nos termos da legislação aplicável, já não podem transportar crianças. Informou que, em diversas ocasiões, a Câmara Municipal tem recorrido à contratação de empresas privadas de transporte para assegurar as deslocações das crianças em visitas de estudo. Considerou que esta é uma realidade cada vez mais comum entre os municípios, uma vez que a manutenção de uma frota própria envolve responsabilidades e encargos significativos. Questionou ainda a falta de coerência da legislação, referindo que, embora os autocarros municipais não possam transportar crianças devido à sua idade, os mesmos veículos podem, após serem vendidos a entidades privadas, continuar a realizar esse tipo de transporte. Considerou que esta situação deveria ser analisada numa perspetiva de segurança e de salvaguarda das crianças. Salientou que os autocarros municipais continuam a desempenhar um papel importante no apoio às comunidades e às associações, embora a situação seja diferente relativamente ao transporte escolar para visitas de estudo. Referiu que, por vontade do Município, seria desejável adquirir autocarros novos, mas que tal decisão implica avaliar previamente a disponibilidade financeira e identificar as rubricas orçamentais que poderiam ser afetadas. Informou



ainda que o autocarro de menor dimensão se encontrava avariado e que estava a ser analisada, em conjunto com os serviços municipais, a despesa realizada nos últimos tempos com a sua manutenção, de forma a avaliar se seria economicamente justificável proceder à reparação ou se seria preferível substituí-lo por uma viatura nova, entregando o atual para retoma. Reconheceu que, mesmo com o dobro da frota, a capacidade municipal dificilmente seria suficiente para responder a todas as solicitações, pelo que continuaria a ser necessário recorrer, em diversas situações, à contratação de empresas privadas para assegurar as visitas de estudo. Por fim, relativamente à questão do reforço do policiamento e ao acontecimento ocorrido na Venezuela, reiterou a preocupação manifestada anteriormente quanto à segurança e associou-se à mensagem de solidariedade relativamente às pessoas afetadas pelo sismo ocorrido naquele país. Recordou que o concelho de Cantanhede teve, historicamente, uma forte ligação à Venezuela, tendo sido um dos países de destino de um número significativo de emigrantes do concelho, embora essa presença tenha diminuído ao longo dos anos. Manifestou, em nome pessoal e institucional, a solidariedade para com todos os munícipes e seus familiares que possam estar a ser afetados pela situação na Venezuela, expressando o desejo de que nenhum dos conterrâneos do concelho tenha sido diretamente atingido e que a situação possa estabilizar.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, antes de conceder a palavra ao Sr. José Carlos Martins de Jesus, reiterou a posição anteriormente discutida em Assembleia Municipal e no Executivo Municipal relativamente à utilização do canal ferroviário entre a Pampilhosa e a Figueira da Foz, com uma extensão de aproximadamente 51 quilómetros. Referiu que a eventual utilização parcial daquele corredor pelo Metro Mondego, prevista para ocorrer futuramente, não deverá impedir

que os quatro municípios abrangidos (Mealhada, Cantanhede, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz) possam desenvolver uma ação conjunta com a entidade proprietária da infraestrutura, designadamente a CP ou a Infraestruturas de Portugal. Considerou que, enquanto não existir uma utilização definitiva daquele canal, poderia ser equacionada a realização de trabalhos de limpeza da vegetação e da mata existente ao longo do percurso, respondendo também à preocupação manifestada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cadima. Defendeu que, mediante um entendimento entre os quatro municípios, poderia ser criada, de forma temporária e com um investimento reduzido, uma via ciclável e/ou pedonal ao longo daquele corredor, permitindo a sua utilização pela população e, simultaneamente, contribuindo para a manutenção e preservação da infraestrutura ferroviária. Salientou que aquela solução estaria igualmente alinhada com a aposta dos municípios nas ciclovias, na mobilidade sustentável e na valorização ambiental, considerando que a utilização regular do espaço permitiria manter o canal limpo e consolidado, facilitando uma eventual utilização futura para fins ferroviários. Referiu ainda que a Sr.^a Presidente da Câmara Municipal se encontrava numa posição privilegiada para promover aquele entendimento, enquanto Presidente da Comunidade Intermunicipal, podendo incentivar a articulação entre os quatro municípios. Considerou que a criação desta ligação ciclável constituiria uma mais-valia para a população, permitindo usufruir de um percurso integrado na natureza, entre zonas agrícolas e vinícolas, e estabelecendo uma ligação entre a região e a Figueira da Foz. Concluiu apresentando esta possibilidade como uma sugestão a analisar, considerando que, caso existisse entendimento político entre os municípios envolvidos, não representaria um investimento de grande dimensão e poderia proporcionar benefícios ao nível da mobilidade, do lazer, do ambiente e da promoção da atividade física.-----



----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, a qual esclareceu que a sua intervenção pretendia constituir, simultaneamente, uma informação e uma reflexão sobre a possibilidade de, independentemente das forças políticas representadas na Assembleia Municipal, serem assumidos projetos de interesse comum nesse contexto, e na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cadima, referiu um projeto que se encontra ainda numa fase inicial, relacionado com a criação de uma nova ligação rodoviária entre os municípios de Cantanhede e Montemor-o-Velho. Explicou que a ideia tinha sido anteriormente equacionada com o anterior Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e que tinha igualmente sido retomada com o atual Presidente, Sr. José Veríssimo. A proposta consistiria em criar, a partir da saída da A14, uma ligação rodoviária em direção à Tocha. Salientou que aquela ligação permitiria melhorar significativamente o acesso à Tocha para quem se desloca a partir da região de Coimbra, evitando a necessidade de atravessar Arazede e outras localidades, com o consequente aumento dos tempos de percurso. Considerou que a nova ligação poderia estabelecer, de forma praticamente direta, uma conexão entre a A14 e a A17, constituindo uma infraestrutura de grande importância, quer para a atividade empresarial e económica, quer para o setor turístico. Informou que já existia uma ideia relativamente ao possível traçado e que os serviços técnicos dos dois municípios iriam reunir com o objetivo de desenvolver uma proposta concreta. Reconheceu que a criação de novas estradas e infraestruturas rodoviárias implica normalmente processos complexos e dificuldades na obtenção de financiamento e aprovação, designadamente junto das entidades competentes. Contudo, considerou que tal não deveria impedir os municípios de lançar a ideia e apresentar a proposta às entidades responsáveis, nomeadamente, às Infraestruturas de Portugal,

procurando que esta nova possibilidade de ligação seja analisada e eventualmente integrada no planeamento futuro. Concluiu salientando que, do ponto de vista estrutural, a concretização daquela ligação seria importante para as freguesias abrangidas, para o concelho de Cantanhede e para a melhoria das acessibilidades entre os dois municípios.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu então a palavra ao Sr. José Carlos Martins de Jesus, o qual após cumprimentar todos os presentes, começou por referir que o enquadramento do púlpito constituía um cenário particularmente adequado para a intervenção que se propunha realizar, relacionada com as duas figuras que ali são permanentemente homenageadas e que pretendia, de forma singela, recordar naquela ocasião, fazendo a seguinte intervenção: *“O Concerto das Janelas Abertas é uma iniciativa de grande valor cultural que homenageia de forma singular o legado de António Fragoso. A recriação dos históricos serões musicais na sua casa natal, na Pocariça, proporciona uma experiência única, aliando património, música e comunidade. A elevada qualidade artística dos intérpretes, a autenticidade do ambiente e o envolvimento do público fazem deste concerto um exemplo notável de preservação da memória e de promoção da cultura portuguesa. É um evento que merece reconhecimento e elogio pelo seu contributo para manter viva a obra de um dos mais talentosos compositores portugueses do início do século XX. É um privilégio para todos, poder ter no concelho um concerto com este formato único no mundo, com esta qualidade, e que, na sétima edição, continua a surpreender e a abrir janelas para a cultura, para a memória e para a beleza da música. O VII Concerto das Janelas Abertas constitui um notável exemplo de valorização do património cultural e musical, prestando uma digna homenagem a António Fragoso. Desta forma, julgo ser da mais elementar justiça destacar este exemplo de valorização do património cultural e*



musical, prestando uma digna homenagem a António Fragoso. Felicito por isso a organização, de forma especial o trabalho notável da Associação António Fragoso, pela dedicação e entusiasmo; os intérpretes, pela qualidade artística e enorme sensibilidade das interpretações; e todos os que tornaram possível este momento de excelência artística e de profunda elevação cultural. Uma palavra de parabéns também à Câmara Municipal, ao pelouro da Cultura, por ser um parceiro estratégico forte nesta iniciativa e à autarquia de freguesia pela parceria.” Seguidamente, sobre o ciclo de Conferências, Cidadania, Liberdade e Democracia no século 21, centrado na figura do ilustre, Jaime Cortesão, fez a seguinte intervenção: “Na passada quarta-feira, teve lugar a primeira conferência “Ciência, inovação e cidadania: conhecimento e democracia”, proferida pela Prof.ª Doutora Elvira Fortunato, cientista de referência internacional, professora universitária e antiga Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, cujo percurso académico, científico e de serviço público constitui um exemplo de compromisso com a valorização do conhecimento, da inovação e da cidadania. Esta iniciativa, integra o ciclo de conferências “Cidadania, liberdade e democracia no século XXI”, desenvolvido no âmbito do projeto “Jaime Cortesão Intelectual, Historiador e Resistente: Memória, Exposição e Musealização” (2026–2029), que visa promover uma reflexão crítica sobre o significado da cidadania ativa nas democracias contemporâneas, inspirando-se na vida e obra de Jaime Cortesão enquanto intelectual, historiador e resistente. No espaço da cidadania e da democracia por excelência, o Salão Nobre dos Paços do Concelho, foi abordado o papel da ciência e da inovação na construção de sociedades mais informadas, participativas e democráticas, refletindo-se sobre a importância do conhecimento como instrumento fundamental para o exercício de uma cidadania consciente e para o fortalecimento das instituições democráticas. Ao longo de 2026, este ciclo contará

ainda com intervenções de outras personalidades de reconhecido mérito que contribuirão para aprofundar a reflexão em torno dos desafios da cidadania, da liberdade e da democracia no século XXI. Para além da relevância do tema e do elevado prestígio da conferencista convidada, esta também é uma forma de evocar, estudar e partilhar com as novas gerações o legado de Jaime Cortesão, mas sobretudo inspirando-nos nesta figura maior, abordar os desafios da cidadania e do conhecimento no século XXI. Recorde-se que o projeto “Jaime Cortesão Intelectual, Historiador e Resistente: Memória, Exposição e Musealização” (2026–2029) inclui um vasto programa que contempla o Ciclo de Conferências, Palestras nas Escolas, um Protocolo com a Cátedra Jaime Cortesão – Universidade de São Paulo e a Realização de um Congresso e de uma Exposição Internacional. E ainda, a pensar, o conceito de Casa-Museu JAIME Cortesão. Estão de parabéns o Município e, fundamentalmente, a Cultura, não pela homenagem a esse grande vulto Jaime Cortesão, um ato de justiça histórica, mas sobretudo por consubstanciar um dever cívico de preservação dos valores democráticos pelos quais ele tanto lutou e por constituir e proporcionar uma irresistível oportunidade de reflexão e estudo.”-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Guilherme Rebola, o qual após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: “Esta história tem um protagonista com dois equipamentos no cacifo. Um jogador que de manhã veste o equipamento da Câmara, com o nome de Vereador estampado nas costas, entra em campo como titular, faz passes, procura a desmarcação, nunca se esconde do jogo. E depois, à noite, veste o casaco de sócio histórico do seu antigo clube, pega na pena, e escreve, com lágrima na voz, que lhe chegou uma notícia terrível sobre o pavilhão desse mesmo clube que tanto ama. Pois pasmem-se senhores: trata-se da mesma pessoa. Só mudam os equipamentos, conforme a luz e



conforme quem está a fotografar. Mas vamos aos factos. Porque os factos, ao contrário das crónicas, não têm lágrimas. O Pavilhão Marialvas foi cedido à Câmara Municipal há 25 anos, com uma renda anual acordada, votada e aprovada em assembleia geral de sócios. Uma renda que sempre foi paga. E quando chegou o momento de liquidar os 25 anos seguintes, os sócios presentes aprovaram-no, em troca de algo muito concreto: uma área de restauração e a melhoria do pavilhão. Para o bem do clube, para o bem das escolas, das academias de ginástica e de todos os que ali treinam. Foi uma decisão dos sócios, tomada legitimamente, com transparência e dentro das regras. Não foi, por isso, uma entrega. Foi um acordo. E também, por essa razão, causa, no mínimo, estranheza que haja quem não perceba que há uma diferença enorme entre as duas coisas. Olhemos agora para a ata de 2 de maio de 2024. Antes da ordem do dia, numa reunião privada da Câmara, o Sr. Vereador Sérgio Negrão, que se encontrava presente, pediu a palavra para felicitar o clube Os Marialvas pelo título distrital de juniores sub-19. Não foi um aplauso das bancadas. Foi discurso do banco técnico, dentro do próprio executivo. E mais à frente, na mesma reunião, esse mesmo executivo tratou, como rotina, um pedido de isenção de taxas para uso do Pavilhão Marialvas por uma academia de ginástica. O pavilhão não era, por isso, um tema distante. Era agenda semanal. E é aqui que entra o VAR. Porque o que se passa agora com esta crónica é um jogador a pedir revisão de um lance em que ele próprio estava em campo. A pedir a repetição da jogada, em câmara lenta, fingindo que só agora, ao ver o replay, é que percebeu o que se tinha passado. O Sr. Vereador lamenta hoje um resultado em que jogou durante todos os 90 minutos, para depois chegar às bancadas, já para além do apito final, a exigir explicações sobre um jogo que viveu por dentro. A questão por isso não é o que se passa no pavilhão, é o que se passa com quem o conhece bem e finge que acabou de o descobrir, porque

no fim, Senhora Presidente, ninguém pede a este homem que tire a camisola de sócio, pede-se apenas que jogue com a camisola que tem vestida e não com aquela que lhe convém vestir consoante o marcador.”-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, Ricardo Figueiredo, o qual após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me que fale apenas de uma das áreas da Expofacic – as Tasquinhas pela importância e impacto que tem no certame. Recuso aceitar a ideia redutora de que um resultado operacional negativo seja automaticamente confundido com um prejuízo, à ideia simplista de perda financeira. A Expofacic implica um grande investimento do município pela importância e pelo que significa em termos de projeção e retorno financeiro direto e indireto. As Tasquinhas são disso um excelente exemplo. Fui Presidente de uma Associação, que curiosamente há mais anos vai consecutivamente à Expofacic. Sei do que estou a falar. Agora como Presidente de Junta de Freguesia sei bem como é difícil gerir a questão da participação das associações na Expofacic, pois na minha freguesia não há lugar para todas. As Associações têm muito trabalho, mas muito trabalho, dedicação, mas é evidente o papel que têm na promoção do certame, na valorização da gastronomia do território, de fazer deste espaço um espaço de encontro, celebração, de festa, de degustação. As Tasquinhas são uma das áreas mais marcantes da Expofacic e tem vindo a sofrer melhorias significativas, desde logo a nova localização, a melhoria dos stands e condições, que nestas duas últimas edições teve um upgrade enorme. Aliás muito elogiado. Mas todos sabemos o quanto esta participação é importante para conseguir angariar meios financeiros para responder às exigências dos nossos trabalhos, das atividades das associações, ao longo do ano. Por baixo, e calculando o lucro de cada



tasquinha num ano mau, estamos a falar, só de lucro no sector das Tasquinhas, repito, só de lucro um valor de mais de 500 mil euros, mais de meio milhão de euros. Isso não entra para as contas da Expofacic. A avaliação da EXPOFACIC não pode, por isso, limitar-se a uma análise contabilística de curto prazo. O verdadeiro retorno do investimento mede-se pelo impacto económico gerado no comércio local, na hotelaria, na restauração, nos serviços, nas associações, nas empresas expositoras e na projeção nacional que o evento proporciona ao concelho de Cantanhede e às suas forças vivas. Não é só durante a Expofacic, é antes e depois. A Expofacic não é apenas um custo, é um grande investimento também no associativismo. Reconhecemos e louvamos o esforço da Comissão Organizadora em procurar, de ano para ano, melhorar o certame e conseguir melhores resultados. Atenção que só estou a falar de um dos sectores, mas que deixa logo claro que a aposta realizada deve ser continuar a ser encarada como um investimento. Esperamos que a edição deste ano seja pelo menos um sucesso como a edição anterior.” -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, a qual referiu que, apesar de algumas das intervenções realizadas terem assumido sobretudo a forma de comentários e não de questões diretamente dirigidas ao Executivo, considerava oportuno prestar alguns esclarecimentos. Relativamente à intervenção do Senhor-José Carlos Martins de Jesus, destacou a honra que representa para o Município de Cantanhede ter figuras como António Fragoso e Jaime Cortesão, salientando a forma como tinha sido abordada a iniciativa “Janelas Abertas”. Considerou que aquela iniciativa deveria ser cada vez mais divulgada e incentivada, de modo a chegar não só à população do concelho, mas também a visitantes de outras localidades. Informou que a televisão já tinha demonstrado interesse na iniciativa, manifestando o seu reconhecimento pelo

trabalho desenvolvido pelo Dr. Eduardo Fragoso, pelas suas irmãs e restante família, na divulgação da obra e da figura de António Fragoso. Salientou que o Município continuará a trabalhar em parceria com a família, com o objetivo de promover cada vez mais o conhecimento e a divulgação da obra de António Fragoso, que considera um compositor de excecional importância, bem como da figura de Jaime Cortesão. Referiu ainda a importância de reforçar aquela divulgação, sobretudo num ano considerado especial no âmbito do ciclo de conferências. Quanto à intervenção do Sr. Guilherme Rebola, esclareceu que desconhecia o artigo a que tinha feito referência, uma vez que não lhe era possível acompanhar todas as publicações realizadas nas redes sociais, considerando, por isso, tratar-se de uma opinião pessoal. Relativamente à questão do Pavilhão “Os Marialvas”, informou igualmente que, não tendo conhecimento concreto do conteúdo da publicação ou comentário referido, não se iria pronunciar sobre o assunto. Contudo, manifestou a disponibilidade do Município para prestar todos os esclarecimentos que se revelem necessários e para abordar a situação de forma aberta. Esclareceu que, relativamente ao Pavilhão “Os Marialvas”, não estava prevista qualquer alteração à situação existente, mantendo-se o arrendamento atualmente celebrado com o clube. Acrescentou que o Município tinha já desenvolvido o projeto e apresentado a respetiva candidatura para a construção do Pavilhão de Ginástica destinado à Academia CantanhedeGym, a instalar num terreno municipal contíguo ao atual pavilhão. De seguida, relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil sobre as tasquinhas da Expofacic, manifestou a sua concordância com as considerações apresentadas, salientando a importância daquele espaço e o papel que desempenha na valorização do movimento associativo do concelho. Destacou o esforço desenvolvido pelas associações e pelas Juntas de Freguesia que participam nas



tasquinhas, reconhecendo o trabalho intenso que lhes está associado, nomeadamente, durante os vários dias da Expofacil. Referiu, a título pessoal, que já tinha tido oportunidade de participar nas tasquinhas antes de exercer funções na Câmara Municipal, conhecendo as exigências e o esforço necessários, particularmente para aqueles que, durante aquele período, praticamente não usufruem de férias e asseguram longos períodos de trabalho nas cozinhas e no atendimento. Salientou que se trata de um esforço significativo, que se prolonga durante cerca de dez a onze dias, e que nem todas as associações ou freguesias dispõem da mesma capacidade ou força associativa para participar, realidade que considerou natural e que deve ser respeitada. Considerou, contudo, que muitas outras associações gostariam de ter a possibilidade de participar, deixando uma palavra de reconhecimento e louvor não apenas às Juntas de Freguesia, mas também às associações que, através do trabalho desenvolvido nas tasquinhas, conseguem reforçar os seus orçamentos e assegurar a continuidade das respetivas atividades. Concluiu salientando que aquelas receitas contribuem para a dinamização de diversas áreas da vida associativa do concelho, nomeadamente a cultura, o desporto e outras atividades de relevante interesse para as comunidades locais.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Áurea Andrade, a qual, após cumprimentar todos os presentes e dirigindo igualmente uma saudação às pessoas que acompanhavam online, referiu-se à intervenção do Sr. Guilherme Rebola, esclarecendo que não pretendia pronunciar-se sobre o respetivo conteúdo, uma vez que, tal como tinha sido anteriormente referido pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, não tinha conhecimento integral do texto em causa. Considerou, contudo, que não seria adequado fazer uma intervenção ou tecer considerações sobre uma pessoa que não se encontrava presente e que não teria

oportunidade de se pronunciar ou defender. Por fim, aproveitou para agradecer à Câmara Municipal o trabalho que tem vindo a desenvolver em prol do Pavilhão do Clube de Futebol “Os Marialvas”.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Covões e Camarneira, Pedro Veríssimo, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, fez a seguinte intervenção: *“Gostaria de destacar uma iniciativa que muito orgulha o nosso concelho: o Interfreguesias de Futsal do Concelho de Cantanhede, organizado pelo Centro Social da Sanguinheira, uma competição que envolve as 15 freguesias do nosso concelho. A sessão de abertura desta edição decorreu no Pavilhão Dr. Paulo Oliveira, em Covões, uma escolha que se justifica por a Freguesia de Covões e Camarneira ter sido a vencedora da edição anterior do torneio. Este momento constituiu uma demonstração da importância que esta iniciativa já alcançou. Estiveram presentes o Senhor Vereador com o pelouro do Desporto e representantes de todas as Juntas de Freguesia do concelho, numa demonstração de união, proximidade e apoio a um projeto que representa todo o território. Mais do que um simples torneio desportivo, esta iniciativa é um verdadeiro exemplo de união, participação e identidade concelhia. Ao longo de quatro fins de semana, reúne centenas de atletas, dirigentes, voluntários e muitos adeptos, criando momentos de convívio e de saudável competição entre pessoas de diferentes freguesias. A forte adesão do público tem sido evidente, com os pavilhões a registarem uma excelente afluência e, em muitos jogos, completamente cheios de adeptos que apoiam as suas freguesias, demonstrando o entusiasmo e o envolvimento que o Interfreguesias desperta em todo o concelho. O Interfreguesias promove valores fundamentais como o respeito, o espírito de equipa, o fair-play e a inclusão, enquanto incentiva a prática desportiva e estilos de vida saudáveis. É*



também uma importante forma de dinamizar as nossas freguesias e de fortalecer os laços entre as comunidades, mostrando que, apesar das naturais rivalidades dentro de campo, prevalece sempre o sentimento de pertença a um único concelho. Importa igualmente reconhecer o enorme trabalho desenvolvido pelo Centro Social da Sanguinheira, pelos muitos voluntários, pelas juntas de freguesia e por todos aqueles que, ano após ano, tornam possível a realização desta competição. É também de inteira justiça destacar o apoio incondicional do Município de Cantanhede, que tem sido um parceiro fundamental na concretização deste projeto. Sem este espírito de colaboração, aliado ao empenho, dedicação e sentido de serviço de todos os envolvidos, o Interfreguesias não teria alcançado a dimensão, a qualidade e o prestígio que hoje possui. Penso que iniciativas desta natureza merecem continuar a ser valorizadas e apoiadas pelo Município, não apenas pelo seu impacto desportivo, mas sobretudo pelo importante contributo que dão para a coesão social, para o associativismo e para a promoção do nome do concelho de Cantanhede. Importa ainda recordar que este fim de semana terá lugar a fase decisiva da competição. No sábado disputam-se as meias-finais e, no domingo, a grande final, ambas no pavilhão do Centro de Estudos Educativos de Anã. Estou certo de que serão mais dois dias de grande festa do desporto, de convívio e de saudável competição, dignificando todas as freguesias participantes e o concelho de Cantanhede. Terminando deixando uma palavra de agradecimento e reconhecimento a todos os que fazem parte desta organização e o desejo de que o Interfreguesias continue a crescer, envolvendo cada vez mais pessoas e afirmando-se como uma referência do nosso concelho. Quero ainda deixar uma palavra de felicitações às quatro freguesias, que estes fins de semana vão disputar as meias-finais do Interfreguesias: Anã, Febres, São Caetano e Covões e Camarneira. Desejo a todas as equipas os maiores sucessos e estou certo

de que proporcionarão excelentes jogos, à imagem da qualidade que tem marcado esta competição. E, permitindo-me terminar com uma nota pessoal, espero naturalmente que, no domingo, a taça possa ser conquistada pela União das Freguesias de Covões e Camarneira. A Freguesia de Covões e Camarneira presta solidariedade à nossa comunidade portuguesa na Venezuela. Neste momento de profunda dor e provação causado pelos Sismos, enviamos um abraço fraterno e as mais sinceras condolências a todos os conterrâneos da nossa Freguesia, que residem na Venezuela e às suas famílias.”-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Tiago Vinagreiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, interveio da seguinte forma: “A mobilidade é uma das questões que mais pesa na vida diária das pessoas. Pesa no estudante que todos os dias se desloca para Coimbra. Pesa no trabalhador que depende do automóvel para chegar ao emprego. Pesa nas famílias, nas empresas, nas freguesias e em todos aqueles que sentem que Cantanhede precisa de estar mais bem ligada à região. Foi recentemente tornado público que a Metro Mondego foi mandatada para avançar com os estudos e projetos necessários à expansão do metrobus a Condeixa-a-Nova, Cantanhede e Mealhada. Esta notícia merece ser valorizada. Mas deve também ser acompanhada com exigência. Porque Cantanhede não parte do zero. Existe trabalho feito. Existe estudo. Existem dados. E esses dados mostram que a ligação a Cantanhede tem fundamento, tem procura e tem importância estratégica. O estudo de expansão do Sistema de Mobilidade do Mondego analisou quatro eixos e identificou o Eixo Cantanhede/Mealhada como uma das soluções a considerar. Para Cantanhede, foram estudadas duas hipóteses: a ligação Coimbra–Cantanhede, com cerca de 25,9 quilómetros e 10 novas estações, e a ligação Coimbra–Cantanhede–Mealhada, com cerca de 41,9 quilómetros e 16 novas



estações. Mais importante do que a extensão da linha é aquilo que ela pode representar: uma ligação estruturada entre Coimbra, Ançã, Portunhos, Cantanhede, a Zona Industrial e, numa segunda fase, a Mealhada. Uma ligação que pode servir estudantes, trabalhadores, empresas e populações que hoje continuam demasiado dependentes do carro. O próprio estudo conclui que o Eixo 2 apresenta um compromisso equilibrado entre investimento reduzido e um número considerável de novos passageiros, sobretudo na ligação Coimbra–Cantanhede. E isto é muito importante: não estamos a falar de uma reivindicação sem base; estamos a falar de uma solução que a análise técnica reconhece como equilibrada e com potencial. Os números reforçam essa ideia. No cenário tendencial para 2035, a ligação Coimbra–Cantanhede apresenta uma taxa de cobertura operacional superior a 90%, um indicador muito relevante quando se fala de sustentabilidade financeira do serviço. A ligação alargada até à Mealhada destaca-se ainda no potencial urbano e social, mostrando que esta expansão pode ajudar a consolidar o território, melhorar acessibilidades e reduzir a dependência do transporte individual. Mas os números só fazem sentido quando melhoram a vida das pessoas. E é isso que está aqui em causa: menos tempo perdido, menos isolamento, mais oportunidades, melhores acessos à saúde, ao ensino, ao trabalho e aos serviços. Cantanhede tem população, tem empresas, tem uma Zona Industrial de referência, tem instituições e tem freguesias que merecem soluções de mobilidade modernas, fiáveis e acessíveis. Por isso, este processo não pode ficar apenas nos anúncios. Cantanhede deve exigir calendário, traçado, financiamento e projetos de execução. Deve acompanhar de perto cada etapa e garantir que a solução final serve verdadeiramente o concelho. A ligação à Zona Industrial deve ser defendida. A ligação à cidade deve ser defendida. A ligação às freguesias deve ser defendida. E a articulação com Coimbra e Mealhada deve ser

vista como uma oportunidade para reforçar a centralidade de Cantanhede na Região de Coimbra. Uma terra que quer crescer tem de estar bem ligada. Um concelho que quer fixar jovens tem de lhes dar alternativas. Um território que quer atrair investimento tem de garantir acessibilidade. E uma região que quer ser mais justa não pode deixar concelhos como Cantanhede à margem das grandes decisões. Esta é uma oportunidade que Cantanhede não pode perder. Devemos estar unidos, atentos e exigentes. Porque a mobilidade é futuro, é desenvolvimento e é qualidade de vida para as pessoas.”. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- Esclareceu ainda que, relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Portunhos e Outil, uma vez que o **Ponto n.º 24** da ordem de trabalhos seria dedicado à discussão da Expofacic, a intervenção realizada seria reportada para esse ponto, permitindo concentrar futuramente a discussão nos respetivos assuntos e pontos da ordem de trabalhos-----

----- **Passou-se de seguida no Ponto 2 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação da Sr.ª Presidente da Câmara».**-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- À semelhança de procedimentos adotados anteriormente, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, solicitou à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsidio à Freguesia de Ançã / Encargos com energia elétrica decorrentes do funcionamento provisório da Unidade de Saúde de Ançã no edifício da antiga Junta de Freguesia»**, ao **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta**



de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ançã / XXIII Feira do Bolo de Ançã», ao Ponto 5 -«Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cadima / XXI Feira do Tremoço», ao Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cordinhã / XXII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», ao Ponto 7 -«Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Pocariça / Remodelação do Edifício Sede da Junta de Freguesia», ao Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Plano de Acessibilidade da Junta de Freguesia da Sanguinheira», ao Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de São Caetano / Requalificação na Rua Principal», ao Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Tocha / Aquisição de equipamentos para o Circuito de Manutenção da Praia da Tocha», ao Ponto 11 -« Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / XI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras», por se tratarem de propostas de atribuições de subsídios às Freguesias, sendo de seguida apreciados e aprovados ponto a ponto separadamente.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que: - relativamente ao Ponto 3, a obra se encontrava em curso, tendo o respetivo concurso um valor de 244.800,00 € acrescido de IVA. Explicou que, com o objetivo de permitir que os trabalhos decorressem com maior celeridade, e em articulação com a Junta de Freguesia de Ançã, tinha sido possível deslocalizar provisoriamente o Centro de Saúde para as antigas instalações da Junta de Freguesia, situadas no centro da localidade, junto ao espaço Jaime Cortesão. Referiu

que a proposta em apreciação correspondia à atribuição de um subsídio à Freguesia de Ançã, destinado a suportar os encargos com os consumos de energia elétrica decorrentes do funcionamento provisório do Centro de Saúde naquelas instalações, relativos ao período compreendido entre janeiro e maio, sendo o montante do subsídio proposto de 6.618,81 €; - O Ponto n.º 4 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Ançã destinado a comparticipar a realização da XXIII Feira do Bolo de Ançã que decorreu nos dias 16 e 17 de maio do corrente ano, no valor de 1.200,00 €;

- O Ponto n.º 5 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Cadima, destinado a comparticipar a realização da XXI Feira do Tremoço, que decorreu nos Olhos da Fervença, nos dias 29, 30 e 31 de maio, no valor de 1.500,00 €; - O Ponto n.º 6 refere-se à atribuição de um subsidio à Freguesia de Cordinhã, destinado a comparticipar a realização da XXII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã, que decorreu de 5 a 7 de junho, no valor de 1.500,00 €; - O Ponto n.º 7 refere-se à atribuição de um subsidio à Freguesia de Pocariça, destinado a comparticipar a reabilitação e remodelação do seu edifício/sede, pelo valor de 20.361,95 €, correspondente ao valor total dos trabalhos realizados, como tem acontecido noutras intervenções nas sedes das Juntas de Freguesia; - O Ponto n.º 8 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Sanguinheira destinado à execução do Plano de Acessibilidade da Junta de Freguesia da Sanguinheira. Esclareceu que a Junta de Freguesia da Sanguinheira tinha apresentado, à época, uma candidatura ao PIEP – Acessibilidade 360, no valor de 13.000,00 € e que, no âmbito aquela intervenção, a Câmara Municipal já tinha atribuído anteriormente um apoio no montante de 2.275,00 €. Contudo, verificou-se que o valor final da obra ascendeu a 56.114,09 €, pelo que se propõe a atribuição de um subsídio à Freguesia da Sanguinheira no valor de 40.838,59 €, correspondente ao montante necessário para



fazer face à diferença entre o custo da intervenção e os apoios já atribuídos; - O Ponto 9 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de São Caetano, no valor de 6.119,00€, destinado a compartilhar nas despesas com a requalificação dos passeios da Rua Principal. Esclareceu que a Junta de Freguesia, em articulação com a Câmara Municipal tinha avançado com a realização da intervenção, assumindo uma responsabilidade que, em princípio, caberia ao Município; - O Ponto 10 refere-se à atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha, no valor de 9.694,80 €, para aquisição de equipamentos para o Circuito de Manutenção da Praia da Tocha. Esclareceu que a Freguesia da Tocha, em articulação com a Câmara Municipal, tinha procedido à adjudicação das obras de beneficiação do circuito de manutenção, numa intervenção que, pela sua natureza, seria da responsabilidade municipal. Acrescentou que os trabalhos incluíram a limpeza do percurso, com recurso a maquinaria, o fornecimento, aplicação e compactação de pó de pedra em todo o circuito e ainda a compartilhar a aquisição de equipamentos para o circuito de manutenção; - o Ponto 11 refere-se à atribuição de subsídio, no valor de 1.500,00 €, à União das Freguesias de Portunhos e Outil, destinado a compartilhar as despesas com a realização da XI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras, que se realizou nos dias 22, 23 e 24 de maio. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Ançã / Encargos com energia elétrica decorrentes do funcionamento provisório da Unidade de Saúde de Ançã no edifício da antiga Junta de Freguesia»**”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à**

Freguesia de Ançã / XXIII Feira do Bolo de Ançã»”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cadima / XXI Feira do Tremoço»”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Cordinhã / XXII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã »”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 7 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Pocariça / Remodelação do Edifício Sede da Junta de Freguesia», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Plano de Acessibilidade da Junta de Freguesia da Sanguinheira», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à Freguesia de São Caetano / Requalificação na Rua Principal»”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à**



Freguesia de Tocha / Aquisição de equipamentos para o Circuito de Manutenção da Praia da Tocha»”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Atribuição de Subsídio à União das Freguesias de Portunhos e Outil / XI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras»**”, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente de Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto o qual começou por felicitar o Executivo da União das Freguesias de Portunhos e Outil pela realização do evento que decorreu na localidade de Vila Nova, salientando o sucesso da organização e a importância do local escolhido, particularmente para os seus habitantes e respetivos associados. Agradeceu, assim, a oportunidade proporcionada pela realização do evento naquele espaço. De seguida, aproveitou para informar e convidar todos os presentes para o evento comemorativo do centenário da colocação da primeira pedra do Club União Vilanovense, que teria lugar no dia seguinte. Explicou que a primeira pedra tinha sido colocada precisamente há 100 anos, dando origem ao edifício que posteriormente foi sendo ampliado ao longo do tempo. Informou que estavam previstas diversas atividades comemorativas, com início pelas 10h30, incluindo um almoço e várias iniciativas ao longo da tarde, nomeadamente, momentos musicais e teatro. Convidou todos os presentes a participar nas comemorações, salientando a importância que o evento representa para os habitantes da localidade e da freguesia e, de forma mais abrangente, para o próprio concelho. -----

----- Verificando que o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento do evento desportivo XVIII BTT Cadima Caminhos do Tremço 2026»**, o **«Ponto 13 -**

Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento do evento desportivo III Rota do Tremoço – Caminhada», o Ponto 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXI Edição da Feira do Tremoço», o Ponto 15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cantanhede / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXVI Tapas & Papas», o Ponto 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo, Dj´s e Licença Especial de Ruído / XXII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», o Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Febres / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e Licença Especial de Ruído / Marchas de São João», o Ponto 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Tocha / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e Licença Especial de Ruído / Festa de São João» e o Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à União de Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de Espetáculos de Musica ao Vivo e Dj`s Licença Especial de Ruído / XI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras» tratam de isenções de taxas às Freguesias, solicitou à Sr.^a Presidente da Câmara, que também fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança dos pontos anteriores.-----

-----Tomou então a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, informando que: - O ponto n.º 12 refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Cadima, pela emissão da licença do evento desportivo XVIII BTT Cadima Caminhos



do Tremoço 2026, no valor de 21,13 €; - O ponto 13 refere-se a uma isenção de taxas à mesma freguesia, pela emissão da licença do evento desportivo III Rota do Tremoço – Caminhada, no valor de 21,13 €; - O ponto n.º 14 refere-se a uma isenção de taxas ainda à mesma Freguesia, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído, para a XXI Edição da Feira do Tremoço, no valor de 109,58€; - O ponto n.º 15 refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Cantanhede, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído, para a realização da XXVI Tapas & Papas, no valor de 172,94 €; - O ponto n.º 16 refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Cordinhã, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo, Dj's e da licença especial de ruído, para a realização da XXII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã, no valor de 109,58 €; - O ponto n.º 17 refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Febres, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído, para a realização das Marchas de São João, no valor de 42,69 €; - O ponto n.º 18 refere-se a uma isenção de taxas à Freguesia de Tocha, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo e da licença especial de ruído para a realização da Festa de São João no valor de 130,71 €. - O ponto n.º 19 refere-se a uma isenção de taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil, pela emissão da licença de espetáculos de música ao vivo, Dj's e da licença especial de ruído, para a realização da XI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras, no valor de 109,58€;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento do evento desportivo XVIII BTT Cadima Caminhos do Tremoço 2026»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto**

13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cadima / Licenciamento do evento desportivo III Rota do Tremoço – Caminhada», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto**

14- «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cadima / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXI Edição da Feira do Tremoço», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto**

15 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cantanhede / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / XXVI Tapas & Papas», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto**

16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Cordinhã / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo, Dj ´s e Licença Especial de Ruído / XXII Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto**

17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à Freguesia de Febres / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / Marchas de São João», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto**

18- «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à



Freguesia de Tocha / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Licença Especial de Ruído / Festa de São João», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Isenção de Taxas à União das Freguesias de Portunhos e Outil / Licença de Espetáculos de Música ao Vivo e Dj's Licença Especial de Ruído / XI Mostra Gastronómica Sopas & Pedras», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- Entrou-se de seguida no **Ponto 20 – «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final respeitante ao Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Espaços Verdes».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que, de seguida, fosse dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da INOVA, para apresentação dos resultados constantes dos relatórios finais dos contratos-programa. Previamente, fez uma breve introdução, informando que seriam apreciados cinco contratos-programa, situação que ocorria pela primeira vez, também por imposição legal. Explicou que a INOVA, enquanto entidade responsável pela gestão de diversas áreas, tem celebrado contratos-programa com a Câmara Municipal relativamente às áreas cuja gestão lhe é delegada, não abrangendo, designadamente, os setores da água, do saneamento e dos resíduos, por se tratar de atividades com receita própria. Esclareceu que, no caso da Expofacil, esta era também a primeira vez que a respetiva atividade era objeto de um contrato-programa específico, uma vez que, anteriormente,

os resultados da Expofacic eram integrados nas contas gerais e na contabilidade corrente da empresa. Considerou que o novo modelo permitia uma maior clareza e transparência na identificação dos respetivos resultados. Referiu ainda que um dos cinco contratos-programa, relativo aos transportes urbanos, seria o último a ser celebrado com a INOVA, uma vez que o serviço de transportes passou a ser assegurado, em toda a Comunidade Intermunicipal, pela Região Metropolitana de Coimbra. Assim, aquele contrato deixaria de existir, passando os contratos-programa a serem quatro. Relativamente ao primeiro contrato-programa, referente aos espaços verdes, salientou que o Município de Cantanhede tem, há vários anos, apostado significativamente na qualidade dos espaços verdes, considerando esta uma das características diferenciadoras do concelho. Referiu que, embora o nível de investimento naquela área possa ser objeto de reflexão e ponderação, é frequente receber comentários positivos de pessoas que visitam Cantanhede pela primeira vez, destacando a qualidade dos espaços verdes não apenas na cidade, mas também nas praias e nas freguesias do concelho. Considerou que esta qualidade constitui um importante cartão de visita e fator de atratividade do concelho, contribuindo para a qualidade de vida da população e para a forma como as pessoas que escolhem Cantanhede para viver usufruem dos espaços públicos. Informou que, tendo efetuado um levantamento global dos valores destinados aos espaços verdes, incluindo as verbas transferidas para a INOVA, as verbas atribuídas às Juntas de Freguesia e os montantes anteriormente recebidos através da DGAL que passaram igualmente para as Juntas de Freguesia, o investimento anual nesta área ultrapassa um milhão de euros. Considerou que este montante poderá ser objeto de ponderação e avaliação por parte do Executivo Municipal, das Juntas de Freguesia e da própria Assembleia Municipal, mas manifestou a convicção de que a aposta realizada tem produzido



resultados positivos e contribuído para a qualidade e atratividade do concelho. Por fim, solicitou ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que desse a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e também Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Pedro Cardoso, para apresentação dos resultados dos respetivos contratos-programa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Pedro Cardoso, Vice-Presidente da Câmara e também Presidente do Conselho de Administração da INOVA, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, solicitou igualmente a intervenção do Administrador da Empresa Municipal, Luís Pedro Castro, a quem caberia apresentar alguns dos dados financeiros e comparativos, designadamente os relativos a rendimentos e gastos dos diferentes contratos-programa. De seguida, relativamente ao Relatório de Execução do Contrato-Programa de 2025 – Espaços Verdes, apresentou uma nota prévia de enquadramento, aplicável igualmente aos restantes contratos-programa, explicando que a INOVA, EM-SA, assenta em três áreas consideradas estruturantes da sua atividade, designadamente o abastecimento de água, o saneamento e a recolha de resíduos, que correspondem a áreas reguladas e sujeitas a um enquadramento específico. Acrescentou que existem outras competências e serviços públicos que o Município entende que a INOVA se encontra mais bem posicionada para desenvolver e assegurar, designadamente a limpeza urbana, os espaços verdes, as piscinas municipais, os transportes e a Expofacil. Acrescentou que aquelas áreas são objeto de contratos-programa, tendo em consideração a sua natureza de serviço público, salientando que os contratos-programa, enquadrados na Lei do Setor Empresarial Local, estabelecem um mecanismo de compensação financeira associado quer à natureza pública e estratégica da empresa, quer à natureza do serviço público

prestado. Esclareceu, por isso, que o principal objetivo daqueles contratos não consiste na maximização dos resultados contabilísticos, mas antes na concretização de uma política pública de desenvolvimento e na garantia da qualidade dos serviços públicos abrangidos. Referiu ainda que o acompanhamento e a monitorização dos contratos-programa têm vindo a ser progressivamente reforçados, nomeadamente através da designação de gestores de contrato e da apresentação de relatórios trimestrais, procedimento que já estava a ser aplicado relativamente ao ano de 2025. Considerou que aquele acompanhamento contribui para uma maior previsibilidade da execução dos contratos, incluindo da respetiva execução financeira, permitindo efetuar os ajustamentos necessários e assegurar uma gestão autárquica mais rigorosa e eficiente. Explicou que a monitorização permanente permite identificar eventuais desvios relativamente às metas inicialmente estabelecidas e adotar, em tempo útil, as medidas necessárias, mantendo o foco nos resultados e, sobretudo, na qualidade do serviço prestado. Referiu que, na elaboração dos contratos-programa, parte-se dos valores definidos no protocolo anterior, procurando fazer o máximo esforço para os manter, apesar do aumento previsível dos custos associados, designadamente com matérias-primas e pessoal. Sublinhou, contudo, que a evolução daqueles custos pode tornar necessários alguns reajustamentos, o que exige um controlo rigoroso e uma avaliação permanente das opções de gestão. Salientou que o valor final de cada contrato-programa resulta, assim, do valor inicialmente programado acrescido dos ajustamentos necessários, correspondendo ao custo real e transparente do serviço público prestado. Destacou, nesse âmbito, a importância da contabilidade analítica da INOVA, que permite identificar, de forma individualizada, os custos efetivos associados a cada área de atividade. Considerou que aquela informação é fundamental quer para a gestão da empresa, quer para a gestão



autárquica e para a tomada de decisões. Referiu ainda que seria possível estabelecer inicialmente valores mais elevados para os contratos-programa, criando uma margem superior que poderia posteriormente resultar na devolução de verbas ao Município. Contudo, esclareceu que essa não é a opção seguida pela INOVA, sendo privilegiada uma definição rigorosa dos valores e o acompanhamento permanente da execução. A esse propósito, recordou que, em 2025, tinha sido apresentado um saldo de cerca de 40.000,00 €, que foi devolvido ao Município pela primeira vez, salientando que esse resultado decorreu precisamente do controlo rigoroso da execução e não de uma lógica de maximização do lucro. Relativamente ao Contrato-Programa dos Espaços Verdes, destacou três aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, referiu o cumprimento das obrigações assumidas, considerando que os resultados alcançados evidenciam a prossecução dos objetivos de interesse público que fundamentaram a celebração do contrato-programa. Em segundo lugar, destacou a qualidade do serviço prestado, salientando que os espaços verdes constituem uma imagem de marca do concelho, conforme já tinha sido referido pela Sr.ª Presidente da Câmara Municipal. Acrescentou que essa qualidade é igualmente confirmada por uma avaliação realizada por uma entidade externa credenciada, tendo o serviço obtido, no último ano, uma classificação de 4,6 numa escala de 1 a 5. Por fim, reiterou que o valor final do contrato-programa corresponde ao custo real e transparente do serviço público, resultante do acompanhamento e controlo da respetiva execução. Concluiu solicitando ao Administrador, Sr. Luís Pedro Castro, que apresentasse os dados e referências financeiras relativos ao contrato-programa em causa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Pedro Castro, Administrador da INOVA, o qual, relativamente ao Contrato-Programa dos Espaços Verdes, fez uma análise financeira da execução do contrato em apreço, principais

indicadores e desvios relativamente ao ano anterior, e. concluiu referindo que, de uma forma geral, os valores efetivamente registados se mantiveram globalmente próximos dos valores inicialmente projetados.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final respeitante ao Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Espaços Verdes»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final respeitante ao Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Limpeza Urbana»**.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra ao Sr. Pedro Cardoso Vice-Presidente da Câmara e também Presidente do Conselho de Administração da INOVA, o qual solicitou igualmente ao Sr. Administrador da INOVA, Luís Pedro Castro, que apresentasse alguns dos valores que justificavam o mecanismo previsto nos contratos-programa, salientando a importância da flexibilidade e da monitorização permanente da execução, de forma a garantir a previsibilidade e a continuidade dos serviços públicos abrangidos. Referiu que aquele mecanismo permite assegurar que as oscilações verificadas na execução dos serviços não comprometem a sua prestação, salientando, em particular, a elevada exigência associada às áreas da limpeza urbana e dos espaços verdes. Destacou que a INOVA tinha sido convidada a integrar a Associação Limpeza Urbana, em reconhecimento das boas práticas e do trabalho desenvolvido naquelas áreas, considerando que a participação naquela estrutura tem permitido igualmente adquirir



conhecimento e beneficiar da força resultante da atuação conjunta. Salientou que os desafios atualmente colocados à limpeza urbana e aos espaços verdes são cada vez maiores e complexos, sendo suficiente um curto período de tempo para comprometer o trabalho desenvolvido ao longo de semanas, o que exige uma elevada dedicação e capacidade de resposta. Acrescentou que também as exigências ao nível dos equipamentos necessários à prestação daqueles serviços têm vindo a aumentar. Considerou, assim, que o modelo dos contratos-programa permite garantir, por um lado, que os serviços públicos não ficam comprometidos e, por outro, que não são gerados resultados excessivos ou indevidos através da sua execução. Sublinhou que o objetivo consiste em assegurar o custo real, transparente e rigoroso dos serviços prestados, permitindo avaliar permanentemente a execução e, sobretudo, verificar o cumprimento dos objetivos definidos. Concluiu salientando que o principal resultado a registar é precisamente o alcance dos objetivos de interesse público e a qualidade dos serviços prestados.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Pedro Castro, Administrador da INOVA, o qual, relativamente ao Contrato-Programa da Limpeza Urbana, fez uma análise financeira da execução do contrato em apreço, principais indicadores e desvios relativamente ao ano anterior e concluiu que fatores como a estrutura de custos, a cobertura do serviço, a aquisição de equipamentos e os custos de combustíveis justificavam as variações verificadas no Contrato-Programa da Limpeza Urbana, resultantes sobretudo da necessidade de a INOVA assumir diretamente serviços que inicialmente estavam previstos ser assegurados através de entidades externas, bem como da aquisição e utilização de novos equipamentos.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final respeitante ao Contrato-**

Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Limpeza Urbana», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final do Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Piscinas Municipais».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu novamente a palavra ao Sr. Pedro Cardoso Vice-Presidente da Câmara e também Presidente do Conselho de Administração da INOVA, o qual relativamente ao Contrato-Programa das Piscinas Municipais, explicou que o mesmo abrangia a logística associada à limpeza e à componente administrativa das piscinas. Referiu que, à semelhança dos restantes contratos-programa, se aplicavam os pressupostos e mecanismos de acompanhamento anteriormente apresentados, não considerando necessária uma exposição adicional por parte do Sr. Luís Pedro Castro. Salientou, contudo, algumas situações imprevistas que tiveram impacto na execução do contrato, nomeadamente, a avaria de uma máquina de lavagem e limpeza, cuja substituição se tornou necessária, bem como um problema de ferrugem noutro equipamento/setor, que exigiu igualmente uma intervenção. Considerou que aqueles ajustamentos eram fundamentais para garantir a continuidade e a qualidade do serviço prestado nas Piscinas Municipais, evitando que eventuais contenções financeiras pudessem comprometer o serviço público e os padrões de qualidade que se pretendem assegurar.-----

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final do Contrato-Programa**



celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Piscinas Municipais», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final do Contrato-Programa celebrados com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Transportes Urbanos».**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Pedro Castro, Administrador da INOVA, o qual referiu que os transportes urbanos eram anteriormente assegurados pela INOVA, através do Transporte Urbano de Cantanhede. Contudo, a partir de agosto do ano transato, na sequência do concurso internacional promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra para a exploração das redes de transporte dos 19 municípios da região, a CIM Região de Coimbra passou a assumir a qualidade de operadora, deixando a INOVA de prestar aquele serviço. Foi esclarecido que o contrato-programa inicialmente previsto abrangia a totalidade do ano, mas apenas esteve em funcionamento até ao mês de julho, uma vez que estava previamente estabelecido que, com a transferência dos serviços para a Comunidade Intermunicipal, os transportes urbanos deixariam de ser assegurados no concelho de Cantanhede, designadamente na cidade. Por fim, foi salientado que, contrariamente aos restantes contratos-programa apresentados, se verificou neste caso um saldo positivo de aproximadamente 693,00 €, valor que será devolvido ao Município.

----- Não havendo pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final do Contrato-Programa celebrados com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de**

Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Transportes Urbanos», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final do Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Expofacic».**-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu novamente a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara e Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Pedro Cardoso, o qual fez a seguinte intervenção: *“Relativamente ao contrato-programa Expofacic 2025. Algumas notas que importa enquadrar até pela relevância que tem este grande certame. Em primeiro lugar dizer que são inquestionáveis a importância e o sucesso do certame. A Expofacic foi um êxito, como facilmente é comprovado por resultados do inquérito, feito por uma empresa acreditada. Também os expositores e as entidades que participaram na organização foram unânimes. A avaliação externa foi notável e por isso a compensação financeira a fazer por parte do município deve ser visto como um investimento público, como um catalisador económico, justificável por muitas razões, desde logo pelo impacto em termos de retorno económico, direto e indireto. A Expofacic gera negócios e atrai milhares de visitantes, que apenas em produtos e serviços locais associados diretamente à Feira, subcontratação, empresas, transportes, tasquinhas, artesanato, geram retorno económico superior a mais de 1.000.000,00€. Este evento funciona também como um multiplicador financeiro, por cada euro investido pela organização, tem um efeito várias vezes superior em benefícios indiretos, seja através da promoção e visibilidade dada ao concelho, seja de uma forma muito objetiva através da dinamização da economia local, nomeadamente no comércio, na hotelaria, na restauração, efeito este*



que é sentido antes, durante e depois do evento. É por isso que o enquadramento económico e financeiro deste evento, não pode ser desligado do modelo de gestão definido para a sua realização e dos objetivos e metas que lhe são inerentes. Foram sendo adaptadas, foram sofrendo uma melhoria contínua, mas que os seus pilares são essenciais e já vêm desde há muitos anos. A Expofacic não é um problema, só uma leitura redutora que confunde investimento estratégico com prejuízo contabilístico, só por intencionalidade para denegrir ou atacar ou confundir a opinião pública, porque reduz o valor que foi apurado o contrato-programa e que o município irá transferir para a INOVA, reduz a uma narrativa simplista de perda financeira e não como um investimento necessário para continuar a fazer da Expofacic o êxito que é hoje. A avaliação da Expofacic não pode por isso limitar-se a uma análise contabilística cega e de curto prazo. O contrato-programa celebrado entre o município e a INOVA para a organização logística e financeira da Expofacic, como sabeis a Expofacic tem uma Comissão Organizadora, presidida pela Senhora Presidente, da qual faz parte a INOVA, tendo esta duas competências muito fortes, conforme a Lei do setor empresarial local estabelece obrigatoriamente um mecanismo de compensação financeiro associado à natureza pública, como referi anteriormente, e estratégico, quer do evento, quer da empresa, e como tal mais uma vez reitero, fica evidenciado que o objetivo principal não é apenas a maximização de resultados contabilísticos, mas sim a concretização de uma política pública de desenvolvimento económico, cultural e territorial, e é isso que justifica que a Câmara Municipal invista no certame, enquanto forma de investimento na promoção do território, na promoção do desenvolvimento económico, social, cultural e turístico do concelho de Cantanhede. A aposta realizada deve ser encarada como um investimento na manutenção da liderança da Expofacic e na sua capacidade de continuar a afirmar-

se no panorama nacional, apesar dos constrangimentos que decorrem à semelhança de eventos a nível nacional, com os aumentos generalizados de custos com a logística, com montagem de infraestruturas, cachês de artistas, segurança, aluguer de equipamentos, entre outros. É notório nesse relatório que os custos de contexto, seja um aumento generalizado e reparem não é um fenómeno isolado de Cantanhede, é uma tendência natural. A montagem, aluguer de infraestruturas, só o custo aumentou cerca de 200.000,00€, mais o aumento significativo dos cachês dos artistas e sobretudo depois do Covide, houve uma subida muito acentuada e isto também a nível nacional, e se bem se recordam em 2025 foram muitos os eventos históricos que foram cancelados ou até reduzidos, porque os valores praticados eram de facto, e há aqui também um aumento de custos significativo. Depois a decisão consciente de não aumentar os preços do bilhete. A Comissão Organizadora tem mantido uma política de preço dos bilhetes socialmente responsável, preservando o valor da entrada acessível e praticamente simbólico, quando comparado com a dimensão da programação que é oferecida, e com as condições que são proporcionadas, para que o movimento associativo tenha um retorno financeiro significativo com a presença neste certame, como há pouco, enfim, no período antes da ordem do dia o Senhor Presidente da Junta muito bem referenciou. Também as empresas e os expositores têm um retorno significativo pela presença, naquele que é considerado o maior Centro Comercial a céu aberto da Península Ibérica, como é demonstrada pela elevada procura, sempre maior que a oferta, para expor os seus produtos neste certame. Quero sublinhar ainda que em todo o país, numa realidade que também se aplica a vários concelhos próximos, existem inúmeros eventos promovidos por municípios que apresentam uma dimensão, uma notoriedade e um impacto incomparavelmente inferiores aos da Expofacic, e mesmo assim beneficiam de investimentos públicos



muito superiores, nalguns casos duas e três vezes superiores. Perante esta realidade, o esforço financeiro associado à edição de 2025, revela uma gestão alinhada com a relevância estratégica do certame. É importante esclarecer os cidadãos que não vão pagar mais por isso, não vão pagar nem água na fatura. Todas as áreas reguladas, têm autonomia e não podem financiar as outras áreas, como referi há pouco, e, portanto, para além do mais temos o orgulho, falaremos depois na apresentação de contas, continuar a ter, foi referenciada pela empresa da especialidade, revista da especialidade, a melhor relação preço/qualidade da água, somos pela entidade reguladora a ERSAR reconhecida como temos a melhor acessibilidade económica, ou seja, o impacto do peso da fatura no rendimento médio das pessoas e, portanto, é bom saber que não são essas áreas que vão pagar ou que vão servir para investir neste certame que consideramos ser uma mais-valia e, portanto, está em causa um investimento. Por outro lado, a INOVA e, portanto, quem afirma o contrário desconhece totalmente a Lei, ou mente descaradamente. Por outro lado, a INOVA pode transferir para o município os seus resultados positivos, pode-o fazer, o que é bem diferente, já tendo manifestado a sua total disponibilidade para o fazer, porque a sustentabilidade da INOVA e da Câmara não estão em causa. A INOVA apresenta contas equilibradas, com gestão prudente, resultados positivos em todos os setores da sua atividade, atende-se nos resultados da gestão 2025, conforme relatório e contas aprovados e auditados, quer da Câmara Municipal, quer da INOVA e no caso concreto da INOVA com resultado positivo de 622.000,00€ apurados antes de impostos, o que se traduz no resultado líquido de 539.391,00€ e, portanto, a Expofacil representa apenas uma das quatro atividades não reguladas, que por sua vez são apenas uma parte do universo económico da Empresa Municipal. O resultado 2025, todos seriam perfeitamente absorvíveis, explicáveis e não comprometia em nada a

capacidade financeira, nem da Empresa Municipal, nem do município. Isto é muito importante dizer, aliás, se não fosse o contrato-programa que é isso que quero partilhar convosco pela importância que tem, esse simplesmente estava diluído, não era perceptível, com resultados positivos. O cenário da edição de 2025 nem sequer é novo. A grande diferença que tem causado algum ruído político é que as contas da Expofacic foram apresentadas pela primeira vez de forma independente, permitindo ainda o maior escrutínio, em consonância com o rigor e a transparência na gestão pública que norteia a gestão da INOVA e da Câmara Municipal, permitindo ter cada vez mais informação disponível para com dados objetivos e rigorosos, projetarmos o futuro deste certame. A transparência e o compromisso com a melhoria contínua, é que demos como resposta àquilo que é a nossa consciência de que os munícipes querem e merecem. Comprometemo-nos sempre e continuamos empenhadíssimos, daí este primeiro contrato-programa em avaliar as medidas de eficiência, otimizar processos e garantir que a Expofacic continua a ser um dos maiores eventos do país, com impacto económico, cultural, turístico, social, inegável para o concelho e que o investimento está dentro da previsibilidade e da capacidade de ser suportado pelo município, como também comprovam as contas do município. A Expofacic constitui um ativo coletivo do concelho e da região. O investimento realizado em 2025 deve ser entendido como uma aposta numa trajetória de sucesso, assegurando que o evento manteve a sua capacidade de gerar riqueza, atrair visitantes, promover o território e reforçar a competitividade económica do concelho de Cantanhede, em vez de ser analisado através, volto a repetir, de uma leitura redutora que confunde investimento estratégico com prejuízo contabilístico. Há um trecho que eu gosto imenso do Eclesiastes que detalha o equilíbrio perfeito da vida e que nos faz pensar que é preciso discernir e respeitar cada momento, tudo tem o seu tempo determinado, e há um



tempo para nascer e um tempo para morrer, há um tempo para plantar e um tempo para colher, há um tempo para chorar e um tempo para rir, há um tempo para construir e para destruir, é mais ou menos assim, para juntar pedras, há um tempo para atirar pedras, há uma ocasião certa para cada propósito e este, e foi isto que foi transmitido desde o princípio, é um tempo para promover a Expofacic, para a vender, para fazer dela esse grande evento, essa projeção sem igual em termos nacionais, potenciar esse efeito multiplicador em termos de benefícios económicos e financeiros diretos e indiretos. O sentido de interesse público exige de todos o empenho nesta tarefa que é de todos. Não é tempo de tatíssimos, de oportunismos políticos, levantar suspeições quando temos tudo e tempo próprio para trabalhar este desempenho financeiro. Foi isto que foi dito em nome da transparência, da apresentação de contas que a INOVA fez, aberta, acessível disponibilizando esses elementos, precisamente porque a transparência assente em três vetores principais, a prestação de contas. Explicamos as nossas ações, justificamos os gastos e assumimos a responsabilidade encarando este valor como um investimento. O acesso à informação, garantindo num primeiro momento em que considerávamos determinante que todo este trabalho fosse discutido, discutido, avaliar não apenas com um relatório que desde o primeiro momento sabíamos que estava com problemas, sendo o primeiro, havia a preocupação com a questão de verificar dentro daquilo que estava trilhado e que era permanentemente ao nível da Comissão Organizadora pelas opções do executivo e da INOVA o caminho a trilhar, mas que este era o tempo, depois já com um novo relatório também, já com termos de comparação, perceber as linhas. Hoje quando tudo mudou, quando a dimensão da Feira não tem nada de paralelismo em termos de exigências e das próprias circunstâncias dos dias de hoje, esta era uma oportunidade para crescer, para pensar o futuro e isso implica serenidade e sobretudo um trabalho

conjunto de todas as forças partidárias, foi isso. Claro que a participação, eu disse três aspetos para além do acesso à informação e, portanto, a todos os mecanismos, sabendo nós e todos sabemos nós que estas contas são auditadas por ROC, são aprovadas nas instâncias próprias, são enviadas para o Tribunal de Contas, são espelhados no site da INOVA. Depois relativamente à participação cidadã, quanto maior fosse este trabalho que considero, sim seria o tempo próprio, porque agora é tempo de promover a Expofacic, ter esse sentido público, obviamente não estou a falar dos disparates e insultos, a falta de educação, da baixeza, de falar do que não sabe, dos dados sem fundamentos, da arrogância, atrevimento próprio da ignorância, não estou a falar disso que é próprio da rede, não estou a falar disso, estou a falar da participação cidadã a sério, quer saber o futuro, foi por isso, peço desculpa, e por conseguinte considero de todo e tenho essa esperança de que aproveitemos esta grande oportunidade do momento de transparência, do momento da apresentação de contas, para pudermos alavancar uma reflexão de fundo para aquilo que deve ser, prospetivar o futuro, porque os munícipes de Cantanhede merecem e exigem uma fiscalização rigorosa de cada euro público investido, foi por isso que fizemos o contrato-programa da Expofacic. Não faz sentido para nós que os intervenientes, sejam eles quem forem, tirem conclusões precipitadas, formulem juízos errados antes de um debate sério, aprofundado com todos, relativamente a esta possibilidade que temos agora em cima da mesa.” Concluiu, referindo que o assunto seria apresentado pelo Administrador, Luís Pedro Castro, a quem foi solicitado que procedesse à análise detalhada de alguns dos valores em causa. Foi ainda manifestada disponibilidade para prestar os esclarecimentos necessários, designadamente, relativamente a questões de maior complexidade relacionadas com as opções e verbas consideradas.-----



----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu então a palavra ao Administrador da INOVA, Sr. Pedro Castro, o qual esclareceu, relativamente ao contrato-programa da Expofacic 2025, que o mesmo foi celebrado no final do ano anterior ao da sua execução, tendo por base as perspetivas e previsões existentes para o ano seguinte. Salientou que o contexto económico mundial e as circunstâncias envolventes condicionam necessariamente as opções tomadas, pelo que os valores inicialmente previstos podem sofrer alterações durante a execução do evento. No que respeita aos rendimentos, foi explicado que se verificou uma variação significativa face ao ano de 2024 e às previsões constantes do contrato-programa, nomeadamente em resultado da alteração do modelo de comercialização das bebidas. A INOVA passou a assegurar diretamente a gestão dos bares e a comercialização das bebidas, incluindo o fornecimento às associações e aos restantes operadores presentes na Expofacic. Aquela alteração revelou-se positiva, tendo permitido um crescimento de cerca de 20% face ao modelo anteriormente praticado, correspondente a aproximadamente 30.000,00 €. Foi ainda referido que cerca de 20.000,00 € corresponderam a descontos concedidos às associações na aquisição de bebidas, benefício que não se encontra refletido nas contas como rendimento, mas que representam um apoio direto às associações participantes. Relativamente às receitas de bilheteira, foi registado um aumento superior a 100.000,00 €, decorrente do crescimento do número de bilhetes vendidos. Quanto às receitas de publicidade e patrocínios, os valores mantiveram-se globalmente semelhantes, embora se tenha verificado um aumento, considerando que, no modelo anterior, parte daquelas receitas se encontrava associada à distribuição de bebidas e, no novo modelo, passou a ser refletida diretamente na rubrica da publicidade. No que respeita aos gastos, foi explicado que o aumento verificado na rubrica relativa ao consumo de mercadorias

vendas e matérias consumidas decorreu diretamente do novo modelo de comercialização das bebidas, uma vez que ao aumento da receita corresponde também o respetivo aumento da despesa. Foi igualmente salientado o aumento dos custos associados aos espetáculos, esclarecendo-se que aquela rubrica não contempla apenas os cachets dos artistas, mas todo o conjunto de despesas inerentes à realização dos espetáculos, designadamente som, iluminação, palcos, equipamentos LED e demais estruturas necessárias. Neste âmbito, destacou-se o investimento realizado nos palcos atualmente designados Palco Crédito Agrícola e Palco Licor Beirão, onde habitualmente atuam DJ e bandas do concelho. Foi referido que a seleção dos artistas teve em consideração, entre outros fatores, a capacidade de atração de público e o consequente retorno para o evento. Foi ainda explicado que alguns artistas apresentam diferentes valores de cachet consoante se trate de eventos com ou sem cobrança de bilhete, podendo existir diferenças significativas de preço. Relativamente a um dos artistas contratados em 2025, foi considerada vantajosa a contratação pelo valor correspondente a um evento sem cobrança de bilhete, opção que se veio a revelar acertada. Foi esclarecido que a comparação entre valores publicados e contratos celebrados deve ser feita com cautela, uma vez que os contratos da Expofacil incluem todas as despesas inerentes à atuação dos artistas, nomeadamente, alojamento, alimentação e catering, enquanto outras entidades poderão apresentar essas despesas de forma autónoma. Relativamente à montagem do recinto e às estruturas necessárias à realização do certame, foi referido que se trata de uma área cada vez mais complexa, devido à redução do número de operadores disponíveis no mercado. Apesar de serem realizados concursos públicos internacionais, incluindo, quando possível, por lotes, tem sido difícil assegurar a existência de vários concorrentes. Esta dificuldade terá sido particularmente



acentuada no período pós-pandemia, em virtude da redução do número de empresas a operar no setor. A título de exemplo, foi mencionado que, num dos concursos realizados para a Expofacic, a empresa inicialmente vencedora, que apresentava a proposta economicamente mais vantajosa para o aluguer de palcos, acabou por desistir, tendo sido necessário recorrer à empresa classificada em segundo lugar, com um preço superior, devido à necessidade de garantir a realização do evento. Foi ainda esclarecido que os custos de montagem incluem um conjunto alargado de componentes, designadamente, aluguer de equipamentos e palcos, eletrificação, canalização e demais trabalhos necessários à instalação do recinto. Quanto aos restantes aumentos de despesa, foi considerado que não assumiram particular significado, destacando-se apenas a evolução dos custos com a segurança, essencialmente relacionada com a inflação. Nesse âmbito, foi explicado que, com o objetivo de assegurar maior estabilidade dos preços e reduzir os recursos administrativos associados à realização de procedimentos anuais, alguns concursos são lançados por períodos de dois anos. Assim, determinados serviços, como a montagem e a segurança, mantêm no segundo ano os preços estabelecidos no primeiro, permitindo maior previsibilidade e estabilidade financeira. Em conclusão, foi referido que aquelas têm sido algumas das principais medidas adotadas para controlar os custos e assegurar a sustentabilidade financeira da Expofacic, considerando-se que os restantes desvios verificados nas rubricas de despesa não apresentam impacto significativo na execução global do contrato-programa.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Pedro Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, e os munícipes que assistiam à transmissão online, informou que tinha algumas questões relativamente à exposição apresentada sobre a atividade da Expofacic, explorada pela INOVA. Começou por

salientar que a prestação de contas de uma empresa municipal constitui uma obrigação legal e não uma mera faculdade ou oferta aos munícipes. Foi igualmente questionada a afirmação de que, no passado, os resultados da Expofacic se encontravam diluídos nas restantes atividades da INOVA, tendo sido manifestada estranheza pelo facto de uma atividade não regulada ter sido contabilisticamente integrada com atividades reguladas, sujeitas ao escrutínio das entidades reguladoras. Nesse sentido, questionou de que forma era anteriormente assegurada a adequada prestação de contas e fiscalização das diferentes atividades da empresa. No que respeita à transparência, referiu que o Partido Chega aguardava, há mais de dois meses, informação específica e analítica sobre a Expofacic, solicitada pelo Vereador eleito por aquele partido, sem que a mesma tivesse sido disponibilizada, por se ter considerado que os elementos apresentados no relatório, apesar de conterem informação financeira, não constituíam verdadeira contabilidade analítica, uma vez que esta se encontrava essencialmente limitada a dois quadros, relativos às previsões e aos valores efetivamente executados em 2025. Salientou que o Partido Chega não colocava em causa a importância da Expofacic, reconhecendo o seu impacto económico, cultural, social e promocional para o Município. Considerou, contudo, que a existência de um eventual prejuízo financeiro não constituía, por si só, um problema, podendo tratar-se de uma opção política legítima, desde que assumida de forma transparente perante os munícipes e devidamente enquadrada nos benefícios económicos e sociais gerados pelo evento. Defendeu que a mensagem pública relativamente aos resultados financeiros da Expofacic deveria ser rigorosa e transparente, não devendo transmitir uma ideia de sucesso exclusivamente financeiro quando existe um prejuízo suportado pelo Município. Sublinhou, nesse contexto, que a função dos eleitos passa também pela fiscalização da atividade municipal, sendo



indispensável que tenham acesso à documentação necessária ao exercício dessa função. Nesse sentido, solicitou a disponibilização de informação contabilística detalhada sobre a Expofacic, designadamente, relativa aos custos com artistas, montagem, eletrificação, tendas, prestadores de serviços e demais despesas associadas ao evento, bem como à totalidade das receitas provenientes de bilheteira, publicidade, aluguer de espaços, venda de bebidas e outras fontes de rendimento. Relativamente à bilheteira, colocou questões quanto ao número total de bilhetes emitidos, ao número de bilhetes efetivamente vendidos e ao número de bilhetes oferecidos, tendo igualmente solicitado informação sobre os respetivos critérios de atribuição. Saliu a importância daqueles dados para uma avaliação rigorosa da gestão do certame e para o esclarecimento das dúvidas existentes na opinião pública. Questionou ainda sobre a diferença entre os resultados previsionais e os resultados efetivamente alcançados, tendo salientado que, apesar do conhecimento dos resultados de anos anteriores, se verificou uma diferença de aproximadamente 400.000,00 € entre a previsão e a execução, situação que foi considerada merecedora de esclarecimento. Relativamente às receitas provenientes da venda de bebidas e à exploração dos bares, questionou a opção de celebrar um contrato de gestão com uma entidade terceira para a exploração dos 11 bares, com um valor referido de aproximadamente 40.000,00 €. Colocou a possibilidade de a INOVA poder assegurar diretamente aquela gestão, designadamente, através da contratação de recursos para a gestão de stocks e funcionamento dos bares, solicitando-se esclarecimentos sobre a opção adotada. Saliu igualmente que, apesar do aumento das receitas, designadamente associadas à venda de bebidas, verificou-se também um aumento significativo da despesa, referido na ordem dos 45%, pelo que considerou necessário conhecer de forma detalhada a composição daquele acréscimo. No que respeita aos

custos de montagem, solicitou informação concreta sobre o aumento referido em aproximadamente 200.000,00 €, designadamente quanto aos custos com montagem, tendas e eletrificação. Questionou também sobre os aumentos registados nos custos dos artistas, colocando a possibilidade de uma maior capacidade negocial da organização, atendendo à dimensão e notoriedade da Expofacic no panorama nacional. Reiterou que aquelas questões poderiam ser objeto de uma discussão pública e fundamentada caso os eleitos dispusessem da informação necessária, designadamente faturas, contratos e discriminação detalhada das despesas e receitas. Sublinhou que a falta de informação contribui para que apenas seja possível transmitir publicamente os dados que se encontram disponíveis, não pretendendo com isso insinuar a existência de qualquer irregularidade. Reafirmou que o objetivo do Partido Chega consistia em obter informação suficiente para avaliar as opções de gestão adotadas pela INOVA, contribuir, se necessário, com propostas de melhoria e assegurar uma pluralidade de opiniões que pudesse contribuir para o aperfeiçoamento do certame. Por fim, reiterou o pedido à INOVA para que disponibilizasse toda a contabilidade analítica da Expofacic, com discriminação das diversas rubricas de receita e despesa, respetivas faturas e demais documentação de suporte, bem como informação sobre o número de bilhetes vendidos, oferecidos e atribuídos a título de convite e os restantes indicadores utilizados para apurar os resultados apresentados. Salientou ainda que, caso da análise daquela documentação resultasse a conclusão de que as opções adotadas pela INOVA foram as mais adequadas, o Partido Chega estaria igualmente disponível para o reconhecer, considerando que a transparência e o acesso à informação constituem instrumentos essenciais para reforçar a confiança dos munícipes na gestão do evento.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de seguida, a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual, fez a seguinte intervenção: *“É inquestionável que a EXPOFACIC ocupa um lugar singular na identidade coletiva do nosso concelho. É muito mais que uma Feira, é uma marca de Cantanhede, um fator de afirmação territorial, um motor de dinamização económica, social e cultural e uma montra privilegiada para o extraordinário movimento associativo que constitui uma das maiores riquezas da nossa comunidade. Por isso mesmo quem acredita na importância da EXPOFACIC tem também o dever de exigir que a sua gestão esteja na altura da sua dimensão e da responsabilidade que o evento representa. É precisamente neste plano que importa por começar por reconhecer um fator positivo. Durante muitos anos, o Partido Socialista defendeu que a EXPOFACIC deveria de dispor de um modelo de prestação de contas próprio, transparente e facilmente escrutinável. Foi uma reivindicação persistente dos nossos eleitos, sucessivamente apresentada e sucessivamente adiada. Com a celebração do contrato-programa entre o Município de Cantanhede e a INOVA – Empresa Municipal, verifica-se finalmente uma alteração relevante nesse sentido. Pela primeira vez somos confrontados com uma apresentação autónoma dos resultados financeiros associados ao certame, permitindo uma leitura mais clara da sua realidade económica e financeira. Este é um avanço que merece ser assinalado. Representa um passo importante no reforço da transparência e no fortalecimento da capacidade de fiscalização por parte dos órgãos autárquicos. Mas seria um erro considerar que este progresso resolve por si só todas as questões que permanecem em aberto. Aquilo que hoje nos é apresentado constitui um começo, não constitui ainda uma resposta completa. Os números revelados suscitam interrogações que não podem ser ignorados, o relatório apresenta para um resultado negativo próximo dos 400.000,00€. Trata-se de um valor significativo e cuja origem merece uma explicação mais*

aprofundada. Importa sublinhar que este resultado não decorre da insuficiência das receitas, bem pelo contrário, as vendas e as prestações de serviço atingiram 2.023.000,00€, superando largamente os valores inicialmente previstos e registam um crescimento muito expressivo face ao exercício anterior. A questão central encontra-se, portanto, no lado da despesa e é precisamente aí que a informação disponibilizada se revela insuficiente. São evocados aumentos, custos relacionados com artistas, infraestruturas, montagens, energia, som e iluminação, porem os dados apresentados não permitem compreender com rigor a dimensão de cada acréscimo, nem identificar com clareza as decisões que conduziram tal agravamento. O próprio relatório reconhece que determinadas rubricas designadamente relacionadas com montagem e desmontagem das estruturas, ultrapassaram em mais de 200.000,00€ os valores inicialmente previstos, admitindo que essa evolução não era espectável à luz do histórico existente. Estamos, portanto, perante um desvio que não foi antecipado nem devidamente explicado. Do mesmo modo quando se aborda a contratação artística surge referências a valores hipotéticos associados a artistas que nem se quer integraram o cartaz final, sem que sejam divulgados os custos concretos dos espetáculos efetivamente realizados. Esta ausência limita seriamente a capacidade de avaliação da gestão realizada, mas existe uma outra questão igualmente relevante, ao longo do relatório encontramos repetidas referências ao impacto económico gerado pela EXPOFACIC no território, aos benefícios indiretos para a economia local e o seu efeito multiplicador. Todos reconhecemos que este impacto existe, e é benéfico. Todavia aquilo que se exige de um documento dessa natureza não é apenas uma convicção, é uma demonstração e a verdade é que não encontramos indicadores concretos, estudos de impacto ou estimativas quantificadas que permitam medir o retorno efetivo produzido pela Feira na hotelaria, na restauração, no comércio local,



nos expositores ou nas Associações. Com a exceção dos valores apresentados relativamente às tasquinhas, permanece por responder uma questão fundamental, quanto devolve realmente a EXPOFACIC à economia do concelho por cada euro de recursos público que mobiliza? Essa resposta continua ausente. Por isso apesar do progresso alcançado e é aqui que eu saldo, a informação continua excessivamente agregada, insuficientemente detalhada e incapaz de permitir uma avaliação rigorosa da eficiência da gestão e da verdadeira dimensão do retorno obtido, e daqui recorre uma questão mais profunda, ao longo de mais de duas décadas qual foi efetivamente o custo da EXPOFACIC para os munícipes do concelho? Quanto foi suportado diretamente pelo município? Quanto foi absorvido pela INOVA? Quanto foi distribuído pelos diferentes serviços e estruturas municipais sem identificação autónoma e qual foi ano após ano o benefício económico social e financeiro gerado por este investimento. São perguntas legítimas, são perguntas necessárias e são perguntas para as quais continuamos sem possuir todos os elementos indispensáveis, aliás é o próprio relatório que reconhece que as contas nunca tinham sido apresentadas nestes moldes. Esta constatação confirma aquilo que o Partido Socialista sempre afirmou, durante demasiado não existiram condições para conhecer com clareza a verdadeira dimensão financeira da EXPOFACIC e perante esta realidade permanece uma dúvida inevitável, não se conhecia efetivamente o alcance dos custos envolvidos, ou conhecia-se e optou-se por não se expor de forma transparente? Se foi a primeira opção houve falhas de planeamento e de controlo. Se foi a segunda, estamos perante uma opção política com a transparência em segundo plano. Queremos uma EXPOFACIC forte, queremos uma EXPOFACIC ambiciosa, queremos uma EXPOFACIC capaz de continuar a afirmar Cantanhede como uma referência nacional, mas queremos igualmente uma EXPOFACIC assente numa gestão rigorosa,

responsável e plenamente escrutinável, porque a excelência de um grande evento não se mede apenas pela qualidade do cartaz, pela afluência dos visitantes ou pela projeção mediática que alcança, mede-se também pela forma como administra os recursos públicos, pela clareza como presta as contas aos cidadãos. Por esta razão, esta posição não traduz qualquer desvalorização da EXPOFACIC, antes pelo contrário, nem do papel extraordinário pelas Associações, pelos voluntários, pelos trabalhadores e por todos aqueles que contribuem para o seu sucesso, traduz sim a convicção que o caminho da transparência iniciado deve ser aprofundado e não interrompido. Reconhecemos o passo dado, mas entendemos que ainda não foi dado o passo suficiente, e se o tempo, como dizia o Sr. Vereador era o tempo de vender a EXPOFACIC, é o tempo de arregaçar as mangas e não há dúvida nenhuma que temos de preparar a festa/Feira maior do concelho e até do país aliás, eu também acho depois deve haver um tempo de balanço e esse tempo tem de ser feito, esse tempo que em tempos já foi aqui sugerido ao Sr. Presidente da Assembleia, acho que devia ser discutido na Assembleia de setembro ou até na Assembleia de outubro, acho que devia haver um ponto específico onde nós, Deputados Municipais, fizéssemos uma análise crítica no sentido construtivo, de apresentar um balanço para apresentar melhorias. A EXPOFACIC é um evento extraordinário, tem as suas falhas como todos os eventos desta dimensão, ano após ano tem havido melhorias e acho que nós também devemos, não devemos de forma alguma demitir deste processo. Nós enquanto Deputados Municipais e eu quero assumir esse papel, quero dar o meu contributo decisivo, não é apenas ouvir os expositores, não é apenas ouvir as associações, nós também como Deputados Municipais temos essa responsabilidade, vivemos a Feira noutra perspetiva, portanto, acho que nós temos o direito e até o dever de contribuir, dar o nosso contributo para contribuir de uma forma efetiva para



a melhoria da EXPOFACIC, portanto, Sr. Presidente, quero aqui lançar mais uma vez o repto de que em setembro ou em dezembro, como assim entender, firmar um ponto exclusivo para fazermos um balanço, uma reflexão, sobre o que correu bem e o que correu menos bem na EXPOFACIC".-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Soares, o qual após cumprimentar todos os presentes e os munícipes que acompanhavam online, fez a seguinte intervenção: "Parece-me que efetivamente das intervenções que tenho estado a ouvir aqui o que preocupa toda a gente ou o que preocupa todos os que intervenientes, são os 398.000,00€ e os trocos que estão a ser apresentados como um prejuízo. A palavra prejuízo foi aqui enunciada várias vezes, foi aqui enunciada em grandes parangonas, camuflada depois como a justificação que, enfim, aborda outros aspetos. Não estou aqui obviamente a tentar dizer dizer-vos que não se tenha que apresentar contas, antes pelo contrário, sou da opinião que tem de facto que se prestar as contas, as devidas contas e justificar essas contas, mas há aqui uma tentativa de escamotear a verdade dos factos e uma tentativa de dissimular aquilo que é um investimento público calculado, estratégico com um prejuízo, dito prejuízo, que são os 398.000,00€. Aliás, todos nós assistimos à novela nas últimas duas semanas nas redes sociais, portanto, se me permitem começo a minha intervenção por fazer uma pergunta, para aqueles que são pais, por acaso quando investem ou quando, desculpem-me a expressão, quando gastam dinheiro na educação dos vossos filhos, chegam ao fim do ano, olham para a despesa que o filho vos deu e perguntam-se e dizem, "tive prejuízo com o meu filho de x" ou dizem, admito que sim senhor deputado, admito que sim, mas admito que sim, mas a verdade é que aquilo que nós fazemos com os nossos filhos é de facto um investimento projetado no futuro. Por acaso um vitivinicultor, se há aqui algum, aqui presente, quando semeia

uma nova vinha chega ao fim da plantação valora essa plantação pelo valor das plantas que acabou de produzir, de plantar, ou valora pelas produções futuras que possa vir a ter? 10.000,00€ o hectare, diz o senhor Vereador. De facto, a mesma coisa se passa com a Câmara, a mesma coisa se passa com todos, tudo aquilo que estivemos a conversar até aqui. Claro dir-me-ão, “mas é dinheiros públicos que se trata, não é dinheiros privados, só deu exemplos privados.” Não, dou um exemplo de público. Permitam-me esta pergunta, será que quando o município constrói uma estrada, uma ponte ou um parque industrial, a obra representa um custo, correto? Será um prejuízo, ou terá de ser medido nas compensações posteriores que esse investimento faz. Portanto, há aqui de facto uma certa confusão entre a palavra prejuízo e a palavra investimento, sem dúvida nenhuma. Mas a ciência economia, essa ciência que não é tão subjetiva como parece, esta ciência responde claramente a esta questão, os cerca de 398.000,00€ que estamos aqui a falar, não são apenas a diferença entre receitas e despesas, não podem ser vistas dessa forma, têm de ser vistas exatamente como um investimento que produz retorno e que esse retorno surge claramente depois através da atividade económica que essa infraestrutura ou esse evento permite criar. Durante os dias da Feira não se esqueçam, trabalham hotéis, alojamentos locais, restaurantes, cafés, comerciantes, transportes, empresas de segurança, empresas de limpeza, técnicos, fornecedores, e produtores locais, todos beneficiam dessa dinâmica económica criada pelo evento. Por outro lado, há um outro impacto que já foi referido aqui pelo Senhor Presidente da Junta de Portunhos e Outil, as tasquinhas que são cedidas a título de custo zero pela Organização, mas que traduzem nas palavras dele um retorno efetivo para quem explora essas tasquinhas de um total de cerca de 500.000,00€. São uma fonte essencial de financiamento para associações culturais, clubes desportivos, coletividades e instituições sociais. Em



poucos dias conseguem obter receitas que sustentam a sua atividade durante largos meses, permitindo investir nos jovens e nos idosos, adquirir equipamentos e manter viva a dinâmica das nossas freguesias. O mesmo acontece com a mostra de artesanato, que promove os artesãos locais, preserva saberes tradicionais e cria novas oportunidades de negócio, e acontece igualmente com os produtores vitivinícolas e com muitas outras empresas do concelho que encontram na EXPOFACIC uma montra privilegiada para divulgar os seus produtos e conquistar novos mercados, e nisso estamos todos de acordo. Ora na economia da qual falava agora há pouco, existe um conceito que é designado como efeito multiplicador. Este conceito consiste na clara convicção que o dinheiro investido não fica parado, circula, passa do deliberado e calculado investimento público ou privado, dos visitantes através das bilheteiras, dos gastos dos que vão festejar, dos que vão ver, para os comerciantes, destes para os trabalhadores, dos trabalhadores para fornecedores e assim sucessivamente, para toda a economia local, por isso olhar apenas, senhor deputado, para as contas da Organização com olhos de “deve e haver”, apelidando de prejuízo é observar apenas uma parte da realidade. Neste contexto de visão parcial, deixem também que me refira aos benefícios que nem sequer aparecem nas contas. Ao longo dos anos tornou-se referência nacional, distinguida internacionalmente e a nível nacional pela qualidade da sua organização. Essa projeção projeta o nome do Concelho, aumenta a sua atratividade, cria melhores condições para captar o investimento, empresas e novas oportunidades de negócio. Tudo isto tem valor económico, embora não apareça na demonstração que aqui nos foi mostrado. Se o objetivo da organização fosse apenas apresentar lucro contabilístico, bastaria reduzir programação cultural, diminuir a qualidade, cortar na produção ou investimento na segurança por exemplo, talvez apresentasse um saldo

positivo, mas de certeza que teria menos visitantes, menos consumo, menos receitas para as associações, menos vendas para os produtores locais, e menos riqueza para o comércio, ou seja, o lucro da organização poderia significar uma perda para a economia do concelho. É por isso, que afirmo que uma entidade pública não existe, nem pode existir para maximizar o lucro contabilístico das suas realizações, existe sim para criar valor público e o valor público mede-se pelo benefício que agrega à comunidade. Se estes 398.000,00€ contribuíram para gerar milhões de euros em consumo local, sustentar postos de trabalho, financiar associações, promover os produtos locais, e reforçar a imagem do concelho, então não estamos perante um prejuízo senhor deputado, estamos perante um claro investimento estratégico na economia do concelho. Aquilo que alguns classificam como saldo negativo, corresponderá na realidade à distribuição de riqueza por centenas de agentes económicos do concelho, esse dinheiro não desapareceu, transformou-se em receitas para hotéis, restaurantes, comerciantes, artesãos, produtores, empresas de serviços e associações. Na economia regional, senhor deputado, isto não se chama prejuízo, chama-se redistribuição territorial de valor. Lá está a economia outra vez a ajudar-me, redistribuição territorial de valor, e a redistribuição territorial de valor é clarinho como água, em vez de concentrar recursos na entidade organizadora, distribuem-se por toda a economia local, precisamente onde produzem mais emprego, mais investimento e mais desenvolvimento, e esse é o verdadeiro objetivo de uma política pública de desenvolvimento local. Senhor Presidente, senhores vereadores, senhores deputados municipais, minhas senhoras, meus senhores, por tudo o que ficou dito termino, que já vai longa a minha intervenção, dizendo que o sucesso da EXPOFACIC não se pode medir apenas pelo saldo da sua demonstração contabilística de resultado, é certo, volto a dizer, e nisso estamos de acordo que não se pode medir



apenas por este resultado, mas o que é certo é que nós não lhe podemos dar a esse resultado que aparentemente é negativo, porque é um resultado contabilístico, não lhe podemos dar o peso de prejuízo, de maneira nenhuma, tem que ser medida pela riqueza que cria, pelo rendimento que distribuiu e pelo desenvolvimento que gerou em todo o concelho. Por isso, a pergunta que deve ser feita não é quanto prejuízo deu a EXPOFACIC, que é essa a pergunta que parece estar na origem de toda esta discussão, a verdadeira pergunta, a que promove a verdade, a honestidade e a transparência terá que ser, quanto é que ganhou o Concelho com a EXPOFACIC? Porque um certame organizado por uma entidade pública não existe para enriquecer a contabilidade da entidade pública que a organiza, existe para enriquecer o território onde se realiza e se houve um saldo contabilístico negativo nas contas, mas entraram mais-valias no tecido económico e social do concelho, então não estamos perante um prejuízo, estamos perante um investimento estratégico e perante o exercício magistral de gestão, organização e cumprimento da missão económica que cabe ao grupo autárquico neste caso, enquanto conjunto de entidades de direito público. Em vez de estarmos a olhar para a contabilidade, se olhássemos para o todo, estaríamos a celebrar efetivamente uma gestão de qualidade, uma visão estratégica de um investimento e estaríamos aqui a aplaudir este relatório de contas. Com todo o respeito que tenho por vós, tenho dito.”-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia, João Moura, deu a palavra ao Sr. Tiago Vinagreiro, o qual fez a seguinte intervenção: “Vamos falar claro, porque as pessoas merecem verdade e não meias-verdades. Andam a tentar vender a ideia de que a Expofacic é um problema para Cantanhede. Com uma leitura redutora, que confunde investimento estratégico com prejuízo contabilístico, quer-se fazer desse valor apurado no Contrato Programa, e que o Município irá transferir para a INOVA, uma

sentença contra a Expofacic, contra a Comissão Organizadora, contra a INOVA e contra a gestão do concelho. Mas os números completos contam outra história. A INOVA fechou 2025 com resultado líquido positivo de 539 mil euros. Teve resultado antes de impostos de 632 mil euros. Teve rendimentos totais de 14,64 milhões de euros, mais 1,37 milhões do que em 2024. Teve um EBITDA de 3,35 milhões de euros. Executou 107,44% do Plano Plurianual de Investimentos. Tem uma autonomia financeira de 60,8%, quando o valor de referência é 30%. Paga, em média, 39 dias, abaixo dos 60 dias contratualizados com fornecedores. E aumentou o ativo líquido em cerca de 1,6 milhões de euros. Isto é uma empresa em crise? Não. Isto é uma empresa sólida. E mais: 2025 foi um ano de investimento histórico na INOVA, um dos maiores de sempre, cerca de 4 milhões de euros, sem fundos comunitários. Investimento em viaturas, equipamentos e redes; em eficiência energética, painéis fotovoltaicos, comunidade de energia, plataformas digitais e telemetria. Aliás, não havia investimento em telemetria desde 2019, e hoje cerca de três quartos da população já está servida por estes equipamentos. A INOVA aumentou clientes em cerca de 1%. Aumentou a água faturada. Ampliou a rede de água em cerca de 1 quilómetro, chegando aos 685 quilómetros. A acessibilidade física ao Saneamento chegou aos 98,6%. A rede de águas residuais cresceu mais 285 metros, atingindo 566,3 quilómetros. Recolheu mais 454 toneladas de resíduos recicláveis, um aumento de 10,88%, o melhor ano de sempre na percentagem de resíduos seletivos face ao total de resíduos. E não é só a empresa que o diz. A ERSAR distinguiu a INOVA com o Selo de Qualidade da Gestão de Resíduos Urbanos. Em Portugal, apenas duas entidades gestoras em baixa receberam essa distinção. E uma delas foi a INOVA. Também na satisfação dos clientes houve evolução. A prestação geral dos serviços passou de 3,97 em 2024 para 4,47 em 2025. Todos os indicadores ficaram acima de



4, ou seja, “Muito Bom”. E no atendimento e na resolução de problemas, os valores foram superiores a 4,5. Portanto, quando alguém tenta reduzir tudo a um número da Expofacic, está a esconder isto tudo. E sobre a Expofacic, também convém dizer uma coisa muito simples: a Expofacic não é uma despesa perdida, é investimento nas pessoas. As tasquinhas não pagam para estar ali. Quem está ali são associações, clubes e coletividades do nosso concelho. Trabalham dias e noites, angariam receitas e usam esse dinheiro para manter atividade durante o ano: para equipamentos, transportes, formação, obras, iniciativas e apoio às suas comunidades. Esse dinheiro não desaparece. Fica cá. Fica na economia local. Fica nas freguesias. Fica nas associações. Fica nas pessoas. A Expofacic traz milhares de pessoas a Cantanhede. Dá movimento à restauração, aos cafés, aos comerciantes, aos produtores, aos artistas, às empresas e às instituições. Mostra o melhor do nosso concelho e projeta Cantanhede para fora. Chamar prejuízo a isto é não perceber o que é uma comunidade. Ou pior: é perceber, mas preferir fazer política com omissões. Fiscalizar é legítimo. Manipular é que não. A verdade é esta: a INOVA tem resultados positivos, investe em grande escala, melhora serviços, recebe reconhecimento externo e apoia o território. A Expofacic não é um buraco financeiro. É uma montra de Cantanhede, um motor económico, um apoio ao associativismo e um investimento na nossa comunidade. E quem tenta reduzir tudo a um número isolado não está a defender Cantanhede. Está a atacar o trabalho das nossas associações, dos nossos voluntários, das nossas empresas, dos nossos trabalhadores e de todos os que fazem Cantanhede acontecer.” -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Pedro Marques, o qual agradeceu, e informou que inicialmente, foi referido que a palavra havia sido inicialmente solicitada para responder à intervenção do Sr. José Soares,

tendo, contudo, considerado necessário responder também à intervenção do Sr. Tiago Vinagreiro. Manifestou, com respeito, o entendimento de que a referida intervenção de escudeiro contratado, teria assumido uma posição de defesa da INOVA e do PSD, centrando-se sobretudo nos resultados da INOVA e na questão do prejuízo da Expofacil, em detrimento das restantes questões colocadas. Salientou que parecia ter existido uma antecipação da intervenção do Partido Chega, partindo do pressuposto de que este iria centrar a sua intervenção exclusivamente na existência de prejuízo. Contudo, foi reiterado que essa não tinha sido a posição defendida, uma vez que já havia sido expressamente afirmado que a existência de prejuízo não constituía, por si só, um problema. Reafirmou que as principais preocupações do Partido Chega incidiam sobre duas questões fundamentais: a transparência na comunicação pública dos resultados da Expofacil e o acesso à informação financeira detalhada necessária ao exercício da função de fiscalização. Por fim, reiterou que o Partido Chega não colocava em causa a possibilidade de a Expofacil apresentar prejuízo, mas exigia rigor na prestação de contas e acesso à informação financeira, considerando que esse acompanhamento e fiscalização constituem uma responsabilidade decorrente do mandato para o qual os seus representantes foram eleitos. Salientou ainda que o exercício da função de fiscalização seria mantido ao longo do mandato.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Sr. Pedro Cardoso, que em resposta às questões colocadas, esclareceu, em primeiro lugar, que o investimento realizado na Expofacil em 2025 deve ser entendido como uma aposta numa trajetória de sucesso do certame, tendo em vista a sua capacidade de gerar riqueza, atrair visitantes, promover o território e reforçar a competitividade económica do concelho, não

devendo ser feita uma leitura redutora que confunda investimento estratégico com prejuízo contabilístico. Foi salientado que a celebração do primeiro contrato-programa permite, precisamente, assegurar o escrutínio democrático, a transparência e a prestação de contas, tendo a sua apresentação ocorrido no momento considerado adequado, integrada na apresentação das contas consolidadas do Município. Foi ainda explicado que, quando foram solicitadas informações sobre o processo, se entendeu que as mesmas deveriam ser apresentadas no âmbito da reunião de Câmara de 16 de junho de 2026, por se tratar de matéria da competência daquele órgão colegial e por a documentação se encontrar em preparação. Foi referido que este primeiro relatório constitui um ponto de partida, sendo necessário dispor de mais tempo e de informação relativa às edições seguintes para proceder a uma análise prospetiva da Expofacic. Considerou-se que a avaliação do certame não poderia limitar-se a uma perspetiva exclusivamente financeira, atendendo à sua dimensão e complexidade e ao impacto que produz no território. Nesse sentido, informou que estava a ser desenvolvido um estudo destinado a avaliar, através de indicadores objetivos, o impacto económico e financeiro da Expofacic, recorrendo a entidades credíveis, autónomas e com experiência neste tipo de avaliações. O objetivo seria reunir, até ao final do ano, informação que permitisse uma análise mais rigorosa dos impactos do certame e dos indicadores que deveriam ser considerados. Foi igualmente salientado que determinadas receitas, nomeadamente as provenientes de patrocínios, devem ser analisadas tendo em consideração a realidade dos patrocinadores e a sua presença em diferentes municípios ou eventos, uma vez que existem critérios comerciais que podem influenciar os valores atribuídos. Quanto à prestação de contas, foi esclarecido que as contas da INOVA são auditadas pelo Revisor Oficial de Contas, remetidas ao Tribunal de Contas e apreciadas e aprovadas

pelos órgãos competentes, não existindo, por isso, falta de mecanismos de controlo ou de escrutínio. Relativamente à documentação disponibilizada, foi referido que a INOVA remeteu ao Município e aos Vereadores a demonstração de resultados da Expofacic, acompanhada de um mapa detalhado das receitas, discriminadas por natureza, de um mapa detalhado das contribuições por rubricas específicas, da indicação do resultado líquido final da operação e do respetivo balancete. Foi esclarecido que os mapas apresentados no relatório correspondem aos mesmos modelos utilizados nos restantes contratos-programa, tendo sido a prestação de contas efetuada com base nesses elementos. Foi ainda referido que a INOVA pretende aprofundar a informação disponibilizada através da implementação e reformulação dos procedimentos de contabilidade analítica, com o objetivo de conseguir, futuramente, um maior nível de detalhe e de informação sobre a atividade da Expofacic. Foi salientado que a análise futura deverá ser realizada com base em mais elementos, termos de comparação e informação histórica, permitindo uma reflexão mais fundamentada sobre o futuro do certame. Considerou-se que essa reflexão não deveria ser feita de forma precipitada nem num momento suscetível de comprometer a preparação e realização de uma nova edição da Expofacic, defendendo-se que, durante esse período, toda a energia e empenho deveriam estar concentrados no sucesso do evento. Foi igualmente reafirmada a importância e o impacto da Expofacic, considerando-se incontestáveis os resultados alcançados em termos de projeção, afirmação nacional e capacidade de atração, salientando-se que outros municípios procuram desenvolver eventos com dimensão e impacto semelhantes. Relativamente ao acesso à informação, foi referido que a INOVA poderia disponibilizar os documentos, relatórios e demais elementos necessários, bem como prestar os esclarecimentos considerados pertinentes. Foi também

salientado que os Deputados da Assembleia Municipal foram eleitos para exercer funções de fiscalização e não de gestão, sendo as suas opiniões consideradas legítimas e bem-vindas, embora a organização do certame seja assegurada por uma Comissão Organizadora alargada. Foi reiterado que a posição do Executivo Municipal relativamente à Expofacil e à sua importância é conhecida, bem como a aposta que tem vindo a ser feita no certame. Considerou-se, por isso, que a transparência e a prestação de contas constituem um primeiro passo importante, devendo, contudo, a análise mais aprofundada ser realizada posteriormente, quando estiverem disponíveis elementos comparativos e informação sequencial que permitam uma avaliação mais consistente. Foi ainda esclarecido que a informação solicitada pelo Vereador já havia sido remetida, tendo sido disponibilizada a realização das reuniões necessárias, quer na INOVA, quer em reunião de Câmara, para prestação dos esclarecimentos considerados necessários. Foi igualmente referido que seriam prestados esclarecimentos adicionais relativamente a algumas das questões constantes de uma declaração de voto apresentada. Por fim, foi manifestada discordância relativamente à divulgação pública antecipada de determinadas informações relacionadas com matérias que ainda se encontravam em apreciação, considerando-se que algumas questões deveriam ter sido previamente discutidas e analisadas nos órgãos competentes. Foi defendido que existia tempo para realizar esse trabalho de forma mais aprofundada e que a divulgação pública de determinadas informações quando estava a ser apresentada a Expofacil poderia prejudicar a imagem de um evento considerado de reconhecido sucesso. Concluiu reafirmando que a INOVA prestou contas à Assembleia, apresentou o respetivo relatório e que, aquando da apresentação das contas, os eleitos tiveram oportunidade de colocar as questões e solicitar os esclarecimentos que considerassem necessários.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal, Sr.^a Helena Teodósio, a qual começou por considerar que os momentos de debate político vividos na sessão demonstravam como era saudável e enriquecedor participar na vida política, saudando as três bancadas pela forma como haviam apresentado as suas posições, independentemente da concordância ou discordância entre as mesmas, destacando a importância da iniciativa em discussão para o concelho de Cantanhede. Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado do Chega, informou que algumas seriam posteriormente detalhadas pela INOVA, nomeadamente no que respeitava à contabilidade e aos resultados da EXPOFACIC. Esclareceu que, durante muitos anos, a contabilidade era efetuada de forma diferente, tendo determinadas despesas sido registadas em rubricas genéricas, não existindo uma contabilidade analítica que permitisse apurar, com rigor, o resultado efetivo da EXPOFACIC. Referiu que, nos períodos anteriores à informatização dos procedimentos, a documentação se encontrava essencialmente suportada em faturas e documentos em papel, atualmente arquivados, não sendo, contudo, possível determinar com precisão o seu impacto nas contas da Câmara Municipal. Considerou que, atendendo à dimensão da EXPOFACIC, seria difícil que a iniciativa apresentasse um resultado positivo se fossem apenas considerados os seus custos e receitas diretas. Recordou que existem diversas despesas associadas às estruturas, montagens, palcos e espetáculos que não geram retorno financeiro direto. Por outro lado, salientou que os empresários agrícolas, comerciais e industriais presentes na Feira, as entidades que exploram as tasquinhas, os artesãos, as juntas de freguesia, os membros da Assembleia Municipal, entidades públicas e privadas, instituições de ensino, ranchos, filarmónicas e demais participantes recebem bilhetes ou outras condições de participação. Acrescentou que são igualmente enviados convites para



entidades externas ao concelho, designadamente outras câmaras municipais, membros do Governo e diferentes forças políticas com representação parlamentar, considerando que esta divulgação constitui também uma forma de atrair visitantes a Cantanhede. A Sr.^a Presidente salientou que o Município opta por não cobrar determinadas contrapartidas às associações participantes, ao contrário do que sucede noutros locais, onde são cobrados valores pela ocupação dos espaços. Considerou tratar-se de uma opção política do Município, que deve ser ponderada no contexto global da Expofacic. No que respeita à fiscalização e ao controlo contabilístico, afirmou existir acompanhamento por parte dos auditores da INOVA e da Câmara Municipal, considerando que, caso existissem irregularidades nos procedimentos contabilísticos, as mesmas teriam sido identificadas por essas entidades. Explicou ainda que os contratos-programa em apreciação não são todos da mesma natureza, uma vez que, por exemplo, nos serviços de limpeza urbana ou de manutenção de espaços verdes, se verifica essencialmente uma relação entre receita da Câmara Municipal e despesa da INOVA, enquanto no caso da Expofacic existe também receita diretamente associada à realização da Feira. Considerou, por isso, importante que os valores sejam apresentados de forma clara e transparente. Defendeu a necessidade de promover uma reflexão conjunta sobre o futuro da Expofacic, questionando qual deverá ser o modelo a adotar. Considerou que deveria ser ponderada a possibilidade de entregar a organização a um privado, realizar a Feira de dois em dois anos, reduzir determinadas componentes ou, eventualmente, alterar a dimensão da iniciativa. Sublinhou, contudo, que qualquer decisão deveria ser tomada de forma conjunta, tendo em consideração não apenas a despesa, mas também o impacto social, económico e cultural da Expofacic. Informou que o Município se encontrava a articular com uma instituição de ensino superior no sentido

de realizar um estudo sobre o impacto da Expofacic, não apenas no concelho, mas também na região, designadamente nas empresas, restauração, hotelaria, associações e restante tecido económico. Considerou fundamental dispor desses dados para avaliar o retorno do investimento realizado pelo Município, pela INOVA e pelo próprio concelho. Salientou que a Expofacic possui também uma dimensão social e de convívio, constituindo um importante ponto de encontro da população, mas considerou que, para além dessa dimensão, deveria ser avaliado o seu impacto económico efetivo. Defendeu que o sucesso da Expofacic resulta da conjugação das suas diferentes componentes, nomeadamente a vertente agrícola, comercial e industrial, com a programação cultural e lúdica. Considerou que, sem os espetáculos, exposições e restantes atividades, a capacidade de atração de visitantes seria necessariamente diferente, uma vez que muitas pessoas visitam a Feira não apenas para realizar negócios, mas também para assistir a espetáculos, conviver, frequentar as tasquinhas ou visitar os espaços de artesanato. Nesse sentido, destacou a participação das juntas de freguesia, associações e restante tecido social e económico do concelho, considerando que essa conjugação de interesses e atividades constitui uma das principais características e razões do sucesso da Expofacic. Apelou, por isso, a que todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal contribuíssem para uma reflexão conjunta sobre o futuro da Feira, tendo como objetivo comum o desenvolvimento do concelho de Cantanhede. Sublinhou que, perante dúvidas relativamente aos procedimentos ou aos resultados apresentados, os membros da Assembleia poderiam contactar diretamente os responsáveis municipais, estando os respetivos gabinetes disponíveis para prestar esclarecimentos. Manifestou ainda o desejo de que a edição da Expofacic em causa fosse um sucesso, salientando que existem fatores que não podem ser controlados, nomeadamente as condições



meteorológicas, podendo um ou dois dias de chuva ter um impacto significativo nos resultados de uma Feira desta dimensão. Defendeu, assim, que, após a realização da Expofacil, deveria ser promovida uma reunião de trabalho, num ambiente menos formal, para analisar detalhadamente os números, as diferentes rubricas de receita e despesa e as opções existentes para o futuro da iniciativa. Considerou que os contributos de todas as forças políticas são importantes para encontrar uma solução adequada para Cantanhede e para a Expofacil. Por fim, relativamente aos resultados da INOVA, explicou que a situação contabilística em discussão resultava de uma orientação da Autoridade Tributária. Caso essa orientação não tivesse sido emitida, os resultados da Expofacil permaneceriam diluídos nas contas globais da INOVA, apresentando aparentemente um resultado positivo de cerca de 200.000,00 €, não sendo possível identificar de forma autónoma o resultado efetivo da Feira. Concluiu sublinhando que o mais importante era assegurar a abertura, a transparência e a análise conjunta dos resultados, tendo em vista encontrar a solução mais adequada para uma iniciativa que considerava determinante para o desenvolvimento económico e social do concelho de Cantanhede.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, João Moura o qual referiu que o estudo de impacto económico da Expofacil constitui uma medida importante, já tendo sido tomadas, pelo Executivo Municipal, as diligências necessárias para a sua realização por uma entidade especializada, pois considerou-se fundamental que essa avaliação permita aferir, de forma objetiva, o impacto que o certame tem no concelho e na região. Relativamente à possibilidade de aprofundar a informação e o esclarecimento sobre as contas da Expofacil, recordou que, em ocasiões anteriores, as diferentes bancadas já haviam sido convidadas a deslocar-se à INOVA, onde lhes foram apresentados e explicados os dados relativos ao certame, tendo sido ainda

manifestada disponibilidade para repetir aquele procedimento, quer nas instalações da INOVA, quer noutro local considerado adequado. Salientou ainda que a obrigatoriedade de celebração de um contrato-programa e a implementação de contabilidade analítica constituem passos importantes no sentido de reforçar a transparência e o rigor da informação financeira relativa à Expofacic. Considerou que o processo se encontra a evoluir nesse sentido e que não deve ser entendido como existindo qualquer suspeita relativamente à gestão do evento. Defendeu que, após a realização da Expofacic 2026 e decorrido algum tempo para permitir a análise dos respetivos resultados, deverá ser promovida uma reflexão aberta sobre o futuro do certame, designadamente sobre as medidas e melhorias que poderão ser implementadas. Sublinhou que os contributos das diferentes forças políticas e dos restantes intervenientes serão importantes para esse processo. Por fim, manifestou a disponibilidade para continuar a trabalhar no sentido de garantir maior transparência e melhorar progressivamente a qualidade da Expofacic, salientando que a Comissão Organizadora já recolhe contributos e sugestões provenientes dos participantes e do público, mantendo-se o Município aberto a novos contributos que possam contribuir para o sucesso e valorização do evento.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção foi colocado à votação, o **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação do Relatório Final do Contrato-Programa celebrado com a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M.-S.A. relativo ao ano de 2025 – Expofacic»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 23 votos a favor e 8 abstenções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Abel Carapêto, o qual referiu que, na sequência do debate, conclui-se que, apesar das diferentes perspetivas e abordagens apresentadas, que existia um entendimento comum quanto



à importância da Expofacic para o concelho de Cantanhede, considerando-se que se trata de um evento com forte significado para a população. Afirmou que a bancada do Partido Socialista foi, é e continuará a ser defensora da Expofacic, reconhecendo, contudo, que podem e devem ser discutidas diversas questões relacionadas com o certame, nomeadamente, o cartaz, o programa, a metodologia e o modelo de organização. Defendeu que a essência da Expofacic deve ser preservada, admitindo-se a introdução de melhorias e ajustamentos em diferentes áreas. Nesse sentido, manifestou a expectativa de que a Assembleia Municipal e as diferentes bancadas possam dar um contributo positivo para o aperfeiçoamento futuro do evento. Concluiu apresentando uma Declaração de Voto, subscrita pelos elementos do PS, do seguinte teor: *“A nossa abstenção é um ato político, responsável e construtivo, é uma abstenção que valoriza o progresso alcançado, mas continua a querer mais informação, maior detalhe, melhores instrumentos de comparação, e uma prestação de contas verdadeiramente completa. Cantanhede merece continuar a ter uma das maiores e melhores Feiras do país, mas merecemos igualmente saber com total clareza quanto custa, quanto gera, e como é aplicado cada euro que lhe está associado, porque a transparência não enfraquece os grandes projetos, pelo contrário, é aquilo que lhes dá legitimidade, confiança e futuro.”* -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. José Carlos Martins de Jesus, o qual apresentou uma declaração de voto subscrita pelos elementos do PSD, do seguinte teor: *“A bancada do PSD na Assembleia Municipal de Cantanhede vota favoravelmente o Relatório Final do Contrato Programa da XXXIII EXPOFACIC, porque partilha as conclusões do referido relatório, nomeadamente quando se enuncia que “o diferencial entre rendimentos e gastos deve ser encarado como um grande e positivo investimento municipal com retorno económico, social e promocional para o*

concelho e para a região, traduzido na criação de riqueza, na dinamização da atividade económica, no fortalecimento do tecido associativo e na valorização da imagem e competitividade do território.” Defendemos a EXPOFACIC e o concelho, partilhando a visão de todos quantos destacam “a importância económica, cultural, associativa e promocional da EXPOFACIC para Cantanhede”. Partilhamos a visão daqueles que afirmam que a EXPOFACIC é um instrumento de afirmação externa do concelho e de dinamização da economia e do movimento associativo local. Ao contrário do que alguma oposição passa para a opinião pública, nunca como hoje o processo de prestação de Contas da EXPOFACIC foi tão claro, mérito que foi reconhecido e louvado pelos vereadores da oposição na reunião de Câmara, que deram esse mérito ao atual Conselho de Administração. Curiosamente, aqueles que clamam por mais transparência, são os mesmos que depois escrevem que se teve “pela primeira vez, um vislumbre mais concreto dos resultados financeiros reais da EXPOFACIC” e que “este avanço não deve ser ignorado, pois o resultado do evento é agora apresentado de forma mais autónoma e associado a uma compensação financeira”. O município assumir o diferencial não constitui propriamente um ónus ilegítimo, pelo contrário, resulta diretamente de disposições legais e do próprio Contrato-Programa. É absolutamente proibido que os serviços regulados (água, saneamento, resíduos) possam servir para financiar as áreas não reguladas, ou seja, não se pode subir as tarifas nem aproveitar os resultados dessas áreas para usar em áreas não reguladas, como a EXPOFACIC ou os espaços verdes. As verbas geradas por esses setores e refletidas nos resultados positivos da INOVA, devem servir para alavancar melhorias e investimentos nas mesmas áreas. O investimento turístico, económico e social na feira é assim assumido pelo Município no âmbito da sua atividade corrente, enquanto a INOVA aplica os seus resultados sem onerar os

cidadãos. Aquela oposição que lê sem perceber, que dispara sem perguntar, que critica sem entender e que destrói sem escrúpulos, questiona os desvios entre a execução e as previsões orçamentadas no Contrato-Programa, como se adviessem de um erro de gestão. Ora, facilmente se percebe que as demais atividades com Contratos-Programa têm custos e rendimentos facilmente previsíveis, enquanto a EXPOFACIC tem várias fontes de variabilidade. Isto verifica-se tanto a nível da receita ("momento" dos artistas, número de bilhetes vendidos, meteorologia, patrocínios), como da despesa (contexto mundial, variações nos preços dos artistas, aumentos dos custos de montagem, etc.), o que condiciona necessariamente uma maior imprevisibilidade nos resultados. O relatório final demonstra precisamente o sucesso da edição de 2025, demonstrado pela dimensão 20 a 30% superior ao inicialmente esperado. Fala-se muito do aumento dos custos, mas convirá destacar que os rendimentos ultrapassaram as previsões em mais de 400 mil euros (+23%). Ou seja, a feira foi muito superior ao esperado, simplesmente, alguns fatores condicionaram os custos, que subiram numa proporção ainda maior, daí advindo o saldo negativo. A oposição que vê a árvore, sem vislumbrar a floresta, prejudica a imagem da EXPOFACIC e do concelho, diminui o potencial de rendimento das associações, dos artesãos e do tecido económico. A desagregação de dados pode ser fornecida e em larga medida até é de acesso público através do portal base.gov, podendo ser consultada pelos que procuram o esclarecimento em vez do ruído. No Relatório de Execução, como é óbvio, a desagregação é feita de acordo com as rubricas contabilísticas aplicáveis e com o modelo orçamental que já constava do Contrato-Programa. Por exemplo, em relação à montagem, que o relatório enuncia como uma das áreas que teve uma enorme subida de custos, constata-se que nem houve emagrecimento artificial do orçamento, nem erro grosseiro de orçamentação. Houve,

isso sim, uma subida galopante e inesperada dos preços, que subiram 232 mil euros, passando este serviço de 246K em 2024 (200+IVA) para os 478K em 2025 (389+IVA), como se constata no portal Base.Gov. Atendendo à análise do mercado, concursos desertos, adjudicatários desistentes, cancelamento ou redução de eventos e reduzido número de operadores no mercado, a INOVA lançou um concurso público para 2 anos, que mesmo assim, teve uma única proposta. Quanto ao modelo de exploração das bebidas, também não há qualquer opacidade e todos os dados podem ser disponibilizados. O que houve, isso sim, foi a capacidade da Comissão Organizadora de alterar um modelo que vinha de há muito, indo de encontro às reivindicações das tasquinhas, que consideravam insustentável o modelo anterior, em que os barris lhes eram vendidos sem qualquer desconto, gerando elevados prejuízos ou preços insustentáveis na venda de cerveja. Com o atual modelo, uma vez mais, investiu-se no associativismo e na economia local, potenciando os resultados de todas as associações que obtêm rendimentos através da exploração das tasquinhas. Como se tem investido na segurança, na melhoria dos corredores de circulação, no conforto e melhoria das condições da zona gastronómica, entre muitos outros aspetos. Se a empresa municipal teve os melhores resultados de sempre, como se pode exigir uma otimização de custos ou uma reestruturação interna? Tal observação só pode resultar de alguma dificuldade na leitura de relatórios financeiros, na compreensão dos normativos legais ou no desconhecimento da contextualização histórica. Desde logo, confunde-se investimento estratégico com prejuízo contabilístico. Confunde-se o papel da Comissão Organizadora (organização global), com o papel da INOVA (organização administrativa, financeira e logística). Confundem-se as contas do Contrato-Programa com a autossustentabilidade do evento (que inclui muitos outros fatores, incluindo retorno económico e eventual investimento direto do Município). A

EXPOFACIC constitui um ativo coletivo do concelho e da região, devendo os investimentos realizados ser entendidos como uma aposta na trajetória de sucesso e na capacidade do evento gerar riqueza, atrair visitantes, promover o território e reforçar a competitividade de Cantanhede. Há pressupostos de interesse público e normativos legais que determinam os procedimentos adotados, sem que isso signifique má gestão, prejuízos avultados ou dificuldades financeiras da INOVA. Este investimento direto da Câmara no concelho, nas pessoas, na economia e nas organizações sempre foi mantido, de forma absolutamente clara, por via direta ou indireta. Até há cerca de 12 anos, a Câmara sempre atribuiu subsídio à organização da EXPOFACIC, numa primeira fase à AD-ELO, posteriormente à INOVA. Em anos mais recentes, com o modelo organizacional e financeiro que norteou a organização da EXPOFACIC até 2024, o diferencial do resultado operacional passou a ser absorvido pela própria INOVA através da atividade geral e não regulada da empresa municipal. A única coisa que agora mudou foi a obrigatoriedade do estabelecimento de um Contrato-Programa, que tal como nos demais, determina que em caso de resultados positivos, estes sejam devolvidos e, em caso de resultados negativos, a Câmara tenha de pagar o diferencial. Mas para perceber que sempre existiram mecanismos compensatórios, ainda que diferentes, era necessária vontade e capacidade para analisar e compreender. Acresce, que expressões que constam do Relatório, como “tarefa difícil” ou “tempo para conseguir maior detalhe” não correspondem a qualquer falta de transparência, representam até a normalidade quando se fazem mudanças organizacionais significativas. O ano de 2025 foi o primeiro em que houve Contrato Programa e, à semelhança do que acontece com outros processos complexos, nomeadamente quando há alterações legislativas, quando há mudança de procedimentos contabilísticos ou quando a organização sofre

alterações significativas, o que está em causa é um afinamento das classificações contabilísticas e o melhor apuramento da partilha de custos das diferentes entidades na organização do evento. Isto não podia ser feito em anos anteriores, porque o modelo era outro e não havia contrato-programa para comparar. Tudo o resto são interpretações deturpadas da realidade. Sobre o modelo adotado, também concordamos com os pressupostos subjacentes, não considerando, como alguns, que corresponda a um “modelo de risco” ou a um “cheque em branco”. Nada mais errado. O teto máximo da despesa, embora possa ser equacionado, em nada garante que não haja prejuízo operacional, muito menos responsabiliza os gestores do contrato – qualquer pessoa entende que basta chover, para haver prejuízo, independentemente do nível da despesa que esteja previsto. Pelo contrário, o atual modelo adotado pela Comissão Organizadora e a dimensão alcançada pela EXPOFACIC permitem que o investimento municipal seja inferior ao de diversos municípios próximos, que têm necessidade de realizar investimentos públicos superiores (nalguns casos 2 a 3 vezes mais), para eventos com uma dimensão, notoriedade e impacto incomparavelmente inferiores aos da EXPOFACIC. Acresce que a questão dos resultados operacionais não pode ser desfasada da política de preços, em que a Comissão Organizadora tem mantido uma política de preços dos bilhetes socialmente responsável, preservando um valor de entrada acessível e praticamente simbólico, de maneira a permitir uma democraticidade no acesso e um maior retorno para expositores e patrocinadores. Só o que se garante gratuitamente aos visitantes (exposições, insufláveis para as crianças, área de gamming, animação de rua, atuações nos palcos secundários, etc.) seria suficiente para justificar o bilhete, constituindo o palco principal e os artistas que nele atuam, apenas “a cereja no topo do bolo”, em termos de atratividade. Este é a maior feira-festa da região que, apenas em produtos e serviços locais associados

diretamente à feira (subcontratação, empresas presentes, transportes, tasquinhas e artesanato) gera um retorno económico que nunca será inferior a um milhão de euros. E cada euro investido pela organização tem um efeito várias vezes superior em benefícios indiretos, como a promoção do concelho e a dinamização da economia local (comércio, hotelaria e restauração), efeitos sentidos antes, durante e após o evento. Somos daqueles que defendem e lutam por uma EXPOFACIC de relevo, por um concelho atrativo e que enaltecem todos os investimentos municipais que se possam traduzir em dinâmicas e retorno económico. Somos daqueles que enaltecem esta inédita apresentação de contas e a forma como os números do Contrato-Programa foram apresentados de forma clara e transparente, assumindo as decisões e os resultados. Somos daqueles que estão habituados a trabalhar e dar a cara em prol do concelho. Por isso, votamos favoravelmente o presente ponto."-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município de Cantanhede do Ano de 2025»**. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara a qual informou que efetuará uma apresentação geral das contas consolidadas, considerando que todos os presentes na sessão já tinham conhecimento das contas da Câmara Municipal e já se tinham pronunciado sobre as mesmas. De seguida, propôs que o Sr. Presidente do Conselho de Administração da INOVA e o Sr. Administrador do BIOCANT e da ABAP efetuassem uma breve apresentação da realidade de cada uma das áreas integrantes do Grupo Autárquico. Relativamente às contas consolidadas, informou que estas se encontravam enquadradas no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Referiu que o perímetro de consolidação era constituído pela Câmara

Municipal, enquanto entidade-mãe dominante, pela INOVA, detida a 100%, pelo BIOCANT, detido em 81,01%, e pela ABAP, detida em 97,59%. No que respeitava ao desempenho orçamental, destacou que, sem entrar em critérios de análise demasiado detalhados, os quais considerava terem sido já analisados, a receita consolidada do Grupo Autárquico tinha ultrapassado os 50.800.000,00 €, enquanto a despesa se tinha situado nos 45.000.000,00 €. Salientou que a receita corrente e de capital arrecadada em 2025 tinha coberto integralmente a despesa do período, gerando uma poupança orçamental superior a 5.700.000,00 €, o que evidenciava um equilíbrio das finanças locais. Relativamente à receita e à despesa efetivas, referiu que o Grupo Autárquico apresentava um volume consolidado significativo, com uma receita líquida de cerca de 50.800.000,00 € e disponibilidades superiores a 45.000.000,00 €, associadas às funções sociais, aos investimentos estruturais e aos custos operacionais do Grupo. Salientou ainda que o saldo de gerência constituía um dos indicadores da boa situação da tesouraria das entidades participadas, tendo atingido um valor superior a 7.000.000,00 €, transitado de forma otimizada para o exercício subsequente. As disponibilidades apresentavam igualmente um valor superior a 7.000.000,00 €. No que respeitava ao balanço consolidado, destacou que, em termos de solidez financeira, o património líquido do Grupo Autárquico se tinha fixado em 165.700.000,00 € no exercício de 2025. Citou, a este propósito, a informação constante da Divisão Financeira, segundo a qual aquele valor refletia de forma robusta a capacidade de solvabilidade e a solidez patrimonial das entidades integradas no perímetro de consolidação. Quanto à evolução da dívida bruta do Grupo, referiu que esta tinha aumentado relativamente ao ano anterior, embora se mantivesse controlada, considerando que o aumento estava associado ao investimento realizado. Mencionou igualmente as demonstrações de resultados consolidados e os fluxos de caixa



consolidados, destacando, relativamente a estes últimos, a continuidade do investimento na reabilitação urbana de Cantanhede, o aumento líquido de cerca de 2.500.000,00 € em caixa durante o exercício de 2025.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Carlos Fernandes, administrador do BIOCANT e da ABAP, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, começou por agradecer a oportunidade de apresentar as contas das associações ABAP e BIOCANT, bem como de dar a conhecer, de forma mais detalhada, a atividade desenvolvida por ambas. Referiu que se encontrava em curso uma estratégia relativamente recente de gestão conjunta, através de um administrador único, embora, na maior parte da atividade das associações, cada uma tivesse anteriormente o seu próprio administrador. Relativamente à ABAP, explicou que esta apresentava uma dimensão mais reduzida, quer em termos de atividade, quer em termos financeiros, mas possuía um âmbito de intervenção mais regional, contando com diversos associados, entre os quais várias câmaras municipais, associações e entidades de âmbito local e regional, nomeadamente a ADELO, o CNC e a Escola Técnico-Profissional de Cantanhede. Salientou que muitas daquelas entidades procuravam manter uma ligação estreita ao BIOCANT Park, por o considerarem um projeto estratégico e um investimento no desenvolvimento da região, e não apenas do concelho de Cantanhede. No que respeitava aos recursos humanos, informou que a ABAP dispunha de seis trabalhadores, integrados na estrutura geral. Explicou que a atividade da associação tinha um carácter histórico, remontando à sua fundação, tendo desempenhado, em grande medida, funções relacionadas com a manutenção das estruturas de funcionamento geral do Parque, a manutenção da infraestrutura física e o apoio à atividade científica da Associação BIOCANT. Recordou que a infraestrutura física tinha sido privatizada em 2018, através de um contrato de cessão

de exploração e da venda de alguns edifícios. Quanto à atividade desenvolvida pela ABAP, destacou o acompanhamento de visitas protocolares, referindo que eram recebidas ao longo do ano diversas visitas de natureza política, empresarial e institucional. A título exemplificativo, mencionou uma visita da Iniciativa Liberal, realizada no âmbito da campanha para as eleições legislativas de 2025, bem como a visita do Embaixador de Israel, justificando esta última pela existência de interesses e investimentos israelitas em empresas instaladas no Parque. Referiu igualmente a receção de missões empresariais, dando como exemplos uma missão da ANPROTEC, entidade brasileira equivalente à TecParques em Portugal, e uma missão de um município do Estado de São Paulo. Acrescentou que eram também recebidas diversas missões empresariais de carácter mais específico, incluindo empresas interessadas em conhecer as condições oferecidas pelo Parque ou em estabelecer contactos e negócios com as empresas nele instaladas. No âmbito da educação para a ciência, salientou a realização anual da comemoração do Dia do Sol, em parceria com uma organização do CNC, estrutura da Universidade de Coimbra presente no Parque. Indicou que se pretendia reforçar aquela iniciativa nos próximos anos, através da dinamização de parcerias com escolas, permitindo aos alunos participar em atividades experimentais baseadas no conceito de *“learning by doing”*. Referiu ainda que a própria ABAP já tinha promovido algumas iniciativas dirigidas a jardins de infância e escolas básicas. No domínio das relações institucionais, explicou que a ABAP colaborava e estava presente em eventos promovidos pelos seus parceiros estratégicos, não apenas pelos associados, mas também por outras associações de âmbito regional. A esse propósito, destacou a homenagem à ABAP por ocasião dos seus 25 anos de atividade, realizada no feriado municipal, e a participação no Dia Aberto BIOCANT Park. Sobre esse Dia Aberto, explicou que se



tratava de uma iniciativa que envolvia todo o Parque, desde os parceiros privados e empresas até às associações de natureza municipal, permitindo abrir as portas do espaço a jovens estudantes, quer do final do ensino secundário, quer das primeiras fases do ensino superior. Referiu que os participantes procuravam diferentes oportunidades, nomeadamente, um espaço para instalar uma start-up, um local para realizar um estágio, uma oportunidade de emprego ou o estabelecimento de parcerias. Salientou a diversidade do perfil dos visitantes e o facto de as inscrições esgotarem habitualmente. Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Estratégico, explicou que se tratava de um trabalho solicitado e financiado pelo Município de Cantanhede à ABAP, tendo como objetivo garantir que, caso os restantes associados pretendessem desenvolver trabalhos semelhantes, estes fossem realizados em condições de igualdade. Informou que o processo tinha começado a ser idealizado no final de 2023, após a preparação do procedimento concursal, tendo sido adjudicado em meados de 2024 e entregue ao Município de Cantanhede no início de 2025. Esclareceu que o trabalho tinha sido desenvolvido pela Deloitte, consultora que tinha vencido o procedimento de adjudicação, e que se tinha tratado de um processo abrangente e participado, no qual tinham sido ouvidos representantes institucionais de diversos setores, sobretudo do setor empresarial. Acrescentou que também os agentes do setor político tinham sido convidados a apresentar os seus contributos, incluindo antigos Presidentes de Câmara e representantes das diferentes Bancadas da Assembleia Municipal, tendo os contributos apresentados sido, em parte, incorporados no Plano de Desenvolvimento Estratégico. No que respeitava aos dados económicos da ABAP, referiu que as taxas de execução apresentavam valores relativamente baixos quando comparadas com as taxas habitualmente registadas pelo Município, situando-se em cerca de 81% na receita e 53,4% na despesa. Explicou que

aquela situação resultava de uma opção técnica e contabilística do Revisor Oficial de Contas e do Técnico Oficial de Contas, que consideravam que a totalidade da receita deveria ser contemplada do ponto de vista orçamental, numa rubrica destinada a ser incorporada caso viesse efetivamente a ser paga. Esclareceu que parte dessas receitas correspondia a dívidas muito antigas de empresas que tinham estado na génese do Parque, algumas das quais eram *start-ups* e *spin-offs* que, entretanto, tinham cessado a sua atividade. Essas dívidas encontravam-se registadas como imparidades, não podendo ainda ser integralmente reconhecidas por as respetivas entidades não terem sido juridicamente extintas. Referiu que, à medida que aquelas situações fossem sendo regularizadas contabilisticamente, seria expectável uma melhoria das taxas de execução. Acrescentou que a menor execução da receita condicionava naturalmente a execução da despesa. Relativamente à regra do equilíbrio orçamental, informou que a ABAP não tinha empréstimos e que o princípio do equilíbrio orçamental tinha sido largamente cumprido, apresentando um valor de 36.000,00 €. Quanto ao saldo de gerência, informou que a ABAP transitava para 2026 com 176.000,00€, valor superior aos 135.000,00€ transitados para 2025. Relativamente ao resultado líquido, indicou que este tinha sido de 22.000,00€, destacando, do lado da despesa, os gastos com pessoal e os fornecimentos e serviços externos e, do lado da receita, os outros rendimentos, as transferências e os subsídios correntes. Referiu ainda que os rácios financeiros tinham registado uma evolução positiva, embora a autonomia financeira aparecesse representada como zero no gráfico, por a melhoria ter sido apenas de algumas milésimas e não se refletir visualmente. Na generalidade dos rácios, tinham sido registadas melhorias entre 6% e quase 50%. Relativamente à aplicação dos resultados, informou que a proposta consistia na sua aplicação em resultados transitados, uma vez que a ABAP continuava

a apresentar resultados transitados fortemente negativos. A propósito do gráfico relativo à evolução dos resultados transitados, fez uma breve contextualização histórica da ABAP, explicando que, nos primeiros anos, os resultados não tinham sido muito significativos, tendo posteriormente ocorrido um forte investimento municipal, através da aquisição de terrenos e de entradas de capital. Seguiu-se um crescimento significativo dos resultados transitados negativos, associado ao pagamento dos empréstimos necessários à construção dos edifícios. Após uma fase de maior estabilidade, verificou-se uma melhoria significativa no ano da privatização, seguida de uma nova deterioração durante a fase da pandemia de COVID-19 e, posteriormente, de uma recuperação gradual, embora a um ritmo lento. Passando à Associação BIOCANT, explicou que esta tinha apenas três participantes: o Município de Cantanhede, a ABAP e o Centro de Neurociências, estrutura da Universidade de Coimbra presente no Parque. Salientou que se tratava de uma estrutura de natureza eminentemente científica. Quanto aos recursos humanos, informou que, em 2025, estes estavam integralmente afetos à estrutura científica, incluindo investigadores, técnicos superiores de laboratório, assistentes técnicos e uma assistente operacional, esta última desempenhando funções de apoio às atividades laboratoriais, designadamente na desinfeção e preparação de material. Explicou que, ao contrário da ABAP, que possuía uma estrutura única, a Associação BIOCANT estava organizada em unidades orgânicas. Uma dessas unidades era o Laboratório de Microbiologia, que privilegiava a prestação de serviços em detrimento da investigação. Referiu que o laboratório dispunha de cerca de 30 ensaios acreditados pelo IPAC, dos quais 16 eram na área da água, dois correspondiam à principal área de atividade relacionada com a Legionella, sete à área alimentar, um à área veterinária e quatro à área do ar ambiente. Mencionou ainda a participação num projeto PROVERE

relacionado com a dinamização dos vinhos da região Centro, salientando que, na edição em causa, o projeto estava sobretudo vocacionado para as áreas comercial e de marketing. Explicou que a Associação BIOCANT continuava a integrar o consórcio, na sequência da participação em anos anteriores, quando as linhas de financiamento estavam mais orientadas para a investigação científica, nomeadamente, para a caracterização genética de castas, identificação de microrganismos nocivos e caracterização das leveduras responsáveis pela fermentação. No que respeitava à atividade comercial do Laboratório de Microbiologia, informou que, durante 2025, tinham sido registados 76 clientes, na sua maioria regulares. Referiu também que particulares podiam entregar amostras de água para análise, nomeadamente, para verificar o perfil microbiológico da água de poços ou furos. Salientou que a atividade do laboratório não se limitava à prestação de serviços, assumindo também uma importante dimensão de saúde pública, sobretudo através da prevenção da Legionella e da prevenção do aparecimento de surtos. A título exemplificativo, identificou diversos clientes regulares do laboratório, nomeadamente, na área da saúde, a ULS, o IPO e o Grupo Luz Saúde; na área do ambiente, várias entidades ligadas ao setor da água; na área da hotelaria, unidades como a Quinta das Lágrimas e os principais grupos hoteleiros da região; na área farmacêutica, entidades como a BioNTech, a Tilray e o grupo Medinfar; na área académica, as Universidades de Coimbra e do Algarve; na área alimentar, o grupo Maçarico; e, no setor social, vários municípios e instituições particulares de solidariedade social. De seguida, apresentou a Unidade de Sequenciação Avançada, explicando que, ao contrário do Laboratório de Microbiologia, esta unidade privilegiava a investigação científica e a ligação à academia, em detrimento da vertente comercial. Referiu que a unidade tinha participado em diversas palestras e colóquios, dispondo de um protocolo de



colaboração com o CIB, estrutura da Universidade de Coimbra, através do qual parte do seu trabalho era desenvolvido para aquela entidade. Salientou que aquela relação permitia igualmente a transferência de conhecimento e a identificação de novos projetos, considerando-a uma relação de benefício mútuo. Informou que tinham sido ministradas 45 horas de aulas no Ensino Superior, sobretudo em mestrados e doutoramentos, e que, ao longo de 2025, tinham sido recebidos dois alunos de doutoramento e três de mestrado. Referiu ainda a existência de projetos científicos financiados, a citação do trabalho da unidade em 14 artigos científicos de clientes e a publicação de oito artigos científicos em revistas com arbitragem, resultantes do trabalho de investigação desenvolvido e das colaborações estabelecidas a nível nacional e internacional. Relativamente às redes e participações, destacou algumas das estruturas com as quais a Associação BIOCANT tinha trabalhado durante 2025. Referiu o Smart Ocean, estrutura vocacionada para a economia azul, em Peniche, que permitiria uma ligação à rede azul e cujo edifício se encontrava em construção, prevendo-se o início do funcionamento em 2026. Informou que a BIOCANT assumia a Presidência da Assembleia Geral. Mencionou igualmente o Agrotour de Santa Cruz, projeto de internacionalização e apoio a países mais pobres, no âmbito do qual a BIOCANT tinha participado num colóquio internacional realizado em Cabo Verde. A Biocant indicou que integrava a Mesa da Assembleia Geral e que a sua principal contribuição consistia no fornecimento de conhecimento especializado e na ligação às linhas de financiamento europeias. Referiu também a P-BIO – Associação Portuguesa de Bioindústrias, sediada em Cantanhede, enquanto associação representativa do setor, destacando a organização de um dos principais eventos nacionais da área e a realização de estudos no domínio da saúde. Informou que a BIOCANT tinha participado nos seus órgãos sociais, inicialmente na direção e, a partir de 2025, no

Conselho Fiscal, devido às limitações de mandatos. Relativamente à Portugal Ventures BIOCANT, fez uma breve referência ao investimento realizado no âmbito da estratégia inicial do Parque, destinada a apoiar empresas resultantes do trabalho de investigação dos grupos de investigação. Informou que o fundo se encontrava em liquidação, por deliberação da Assembleia de Acionistas, mantendo quatro empresas participadas e existindo boas perspetivas de obtenção de retorno com lucro relativamente ao investimento realizado. Acrescentou que cerca de 50% desse investimento já tinha sido recebido, devido ao excesso de liquidez verificado em anos anteriores, prevendo-se a recuperação do montante remanescente com a liquidação. No âmbito da disseminação científica, informou que a BIOCANT estava presente em diversos eventos e colóquios científicos, recebia comitivas científicas, coorganizava eventos com entidades do Parque e outras externas e participava na promoção científica do Parque. Quanto a outros projetos de natureza transversal, destacou o Cantanhede Innovation Days, desenvolvido em parceria com a Universidade de Coimbra e a ULS, destinado a incentivar jovens inovadores a desenvolver respostas para desafios na área da saúde. Referiu que, na edição de 2025, a equipa vencedora tinha desenvolvido a ideia de um dispositivo para monitorização do enchimento da bexiga, destinado a responder a situações de retenção urinária. Informou ainda que a equipa vencedora tinha acesso a prémios monetários e não monetários, incluindo oportunidades proporcionadas por redes de conhecimento. Apresentou também o projeto Gene H, caracterizado como um projeto de hélice quádrupla, envolvendo sociedade, empresas, academia e governação. Explicou que se tratava de um projeto financiado pelo Horizon Europe, desenvolvido em Portugal e na Eslovénia. Na região Centro, integrava a Universidade de Coimbra, a CCDR Centro, a Bluepharma, a BIOCANT e uma associação de doentes, contando igualmente com entidades

parceiras na Eslovénia. Esclareceu que o projeto tinha como objetivo realizar um diagnóstico, promover e procurar financiamento na área das terapias génicas, sobretudo no domínio das doenças raras, considerando que estas áreas eram, muitas vezes, menos atrativas para a indústria farmacêutica devido à reduzida dimensão das populações de doentes. Referiu que, para além do trabalho de diagnóstico e promoção, o projeto previa uma deslocação à Comissão Europeia para sensibilizar os decisores políticos para esta temática, com base nos relatórios e estudos que estavam a ser preparados. Apresentou ainda dados relativos à evolução mundial do setor da biotecnologia, salientando que aquela área tinha registado um crescimento de 2,5% no último ano e que a plataforma utilizada para a monitorização do setor tinha mais de 107.000 empresas registadas a nível mundial. Destacou igualmente o crescimento do emprego no setor, que atingia cerca de 740.000 postos de trabalho a nível mundial. Referiu, contudo, que os dados evidenciavam também que o setor biotecnológico português ainda não tinha a escala nem a visibilidade internacional desejadas, reforçando a importância do investimento estratégico realizado pelo Município de Cantanhede nas associações e no Parque. Relativamente aos resultados da Associação BIOCANT, informou que a execução da receita tinha atingido 74,5% e a execução da despesa 46%, pelas razões anteriormente apresentadas relativamente à ABAP. Quanto ao princípio do equilíbrio orçamental, referiu que este tinha sido cumprido em 258.000,00€, existindo empréstimos, mas sendo ainda assim a regra largamente cumprida, no valor de 46.000,00€. Relativamente ao saldo de gerência, informou que tinha transitado para 2026 o montante de 641.000,00€. Explicou que aquele valor constituía uma margem financeira necessária, nomeadamente, porque após alguns anos sem atualizações significativas, tinham sido iniciados processos regulares de valorização e atualização dos vencimentos dos recursos humanos.

Acrescentou que a associação tinha enfrentado dificuldades durante 2022 e 2023, em consequência do aumento das taxas de juro, e que existiam investimentos significativos, nomeadamente, em equipamentos, cuja concretização estava frequentemente dependente da existência de linhas de financiamento. No que respeitava ao resultado líquido, informou que este tinha sido de 199.000,00€. Do lado da receita, destacou as prestações de serviços e concessões, as transferências e subsídios correntes, incluindo quotas e componentes associadas a projetos, e os outros rendimentos. Do lado da despesa, salientou os gastos com pessoal, os fornecimentos e serviços externos e as depreciações e amortizações. Referiu que os rácios financeiros tinham também registado uma evolução positiva, com melhorias situadas entre 1% e 20,57%. Quanto à aplicação dos resultados, explicou que, tal como na ABAP, se verificava uma evolução histórica marcada pelos investimentos iniciais do Município, sobretudo através de entradas de capital, seguida de um aumento significativo dos resultados transitados negativos, decorrente dos investimentos realizados e da necessidade de os financiar. Salientou que, posteriormente, se tinha iniciado uma recuperação gradual. Fazendo uma comparação com o último relatório de contas do mandato anterior, destacou que, apesar de 2026 ser ano de eleições nas associações, a Associação BIOCANT tinha conseguido, entre aquele relatório e o relatório de contas de 2025, reduzir as dívidas de médio e longo prazo em 38%, aumentar a liquidez geral em 114% e melhorar a solvabilidade em 71%. Sublinhou que aquela evolução não tinha resultado de uma redução da atividade, uma vez que o volume de negócios tinha aumentado 57%, mantendo-se o número de trabalhadores relativamente estável. Por fim, informou que iria apresentar um vídeo recentemente exibido na Bio-Europe. Explicou que a Bio-Europe Spring constituía um dos maiores eventos europeus da área da biotecnologia,

sendo um evento dirigido a investidores e agentes do setor e não aberto ao público, com custos de participação elevados. Referiu que o vídeo tinha sido concebido não apenas para promover o Parque enquanto estrutura, mas sobretudo para divulgar a atratividade do concelho de Cantanhede junto de potenciais investidores. Concluiu informando que já existiam contactos com empresas interessadas em instalar-se no concelho, bem como convites para a participação em novos projetos europeus, e manifestou a sua disponibilidade para prestar os esclarecimentos ou responder às questões que fossem colocadas.-----

----- Finda a apresentação do vídeo em causa, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e Presidente do Conselho de Administração da INOVA-EM-SA, Pedro Cardoso, para apresentar o relatório de contas da INOVA, EM-SA o qual, começou por referir que a mesma, continua a ser uma referência nacional em matéria de sustentabilidade ambiental, social e financeira. Efetuou uma breve apresentação inicial, informando que passaria posteriormente a palavra ao Administrador, Sr. Luís Pedro Castro, para apresentação dos restantes elementos. Destacou que, durante 2025, a INOVA tinha reforçado a sua atuação nas áreas da gestão do ciclo da água, gestão de resíduos, limpeza urbana e manutenção de espaços verdes, consideradas áreas centrais da atividade da empresa, mantendo sempre o foco na qualidade do serviço prestado, na satisfação dos clientes e na excelência operacional. Salientou igualmente a robustez financeira da empresa, evidenciada pela apresentação de contas equilibradas e de resultados positivos. Referiu que o resultado antes de impostos tinha atingido 632.000,00€, correspondendo a um resultado líquido de 539.000,00€, um dos melhores resultados da história da empresa. Informou ainda que o volume de negócios tinha ascendido a aproximadamente 15.000.000,00€, representando um crescimento superior a 10%

face ao período anterior, o que refletia um crescimento sustentado, impulsionado pelo aumento da atividade. Considerou que aqueles resultados consolidavam a sustentabilidade económica e financeira da empresa, conforme também evidenciado pelo parecer do Revisor Oficial de Contas constante do Relatório de Contas de 2025, segundo o qual o desempenho económico e financeiro tinha sido bastante positivo, contribuindo para os resultados consolidados do Grupo Autárquico. No plano dos investimentos, informou que a INOVA tinha realizado investimentos no montante de aproximadamente 4.300.000,00€, sobretudo destinados à modernização de infraestruturas críticas, à aquisição da nova sede e à renovação da frota. Acrescentou que a empresa municipal tinha executado cerca de 107,44% do Plano Plurianual de Investimentos, apresentava uma autonomia financeira de 60,8%, quando o valor de referência era de 30%, efetuava os pagamentos aos fornecedores, em média, no prazo de 39 dias, abaixo dos 60 dias contratualizados, e tinha aumentado o ativo líquido em aproximadamente 1.600.000,00€. Salientou que os resultados apresentados assumiam especial relevância tendo em consideração os importantes investimentos estratégicos concretizados pela empresa, destinados a reforçar a eficiência operacional, a qualidade dos serviços prestados e a capacidade de resposta às necessidades do concelho. Referiu ainda outros elementos constantes do Relatório de Contas que considerava relevantes, nomeadamente, a manutenção do indicador relativo ao preço da água e o prémio recebido no âmbito dos resíduos urbanos, atribuído pela entidade gestora, a ERSAR, como reconhecimento da qualidade do serviço prestado. Destacou, em particular, que 2025 tinha sido o ano em que a empresa tinha alcançado a maior percentagem de reciclagem relativamente aos resíduos indiferenciados, tendência que vinha sendo reforçada progressivamente. Considerou que aquela evolução resultava não apenas das campanhas de

sensibilização desenvolvidas, mas também de todo o trabalho realizado pela empresa, essencial para alcançar objetivos cada vez mais ambiciosos, tanto do ponto de vista financeiro como da sustentabilidade ambiental. Por fim, referiu o conjunto de reestruturações implementadas na organização da empresa e, sobretudo, as medidas relacionadas com a eficiência energética e a sustentabilidade, incluindo a instalação de painéis solares, com o objetivo de reduzir os custos energéticos e melhorar a eficiência global da empresa. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Administrador da INOVA, EM-SA, Sr. Pedro Castro, o qual apresentou os principais investimentos realizados, destacando a evolução do investimento ao longo dos últimos anos e, em particular, o significativo aumento verificado nos dois últimos exercícios. Referiu que aquele investimento tinha incidido sobretudo nas redes de abastecimento de água, nas redes de águas residuais, na área dos resíduos urbanos e na renovação da frota, que se encontrava bastante envelhecida. Relativamente à rede de abastecimento de água, destacou a conclusão, em março de 2025, da empreitada da Central da Fervença - Reservatório, 3.ª Fase, salientando que as obras de remodelação permitiram melhorar significativamente as condições de abastecimento de água. Referiu ainda a empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água, ramais e zona de medição e controlo, Reservatório - 3.ª Fase, concluída em janeiro de 2025, no âmbito da qual tinham sido substituídos quatro quilómetros de conduta e instalados 114 ramais domiciliários. Informou que aquela intervenção tinha sido submetida a financiamento no âmbito do Portugal 2030 e que a candidatura tinha sido aprovada em 2026, permitindo o financiamento de uma obra já concluída. Mencionou igualmente a intervenção no reservatório das Arrôtas, concluída em janeiro de 2025, bem como a remodelação da rede de abastecimento de água, ramais e zonas de

medição e controlo da Varziela, concluída em novembro de 2025, pela qual foram executados três quilómetros de conduta e 170 ramais domiciliários. Informou que a obra tinha sido submetida ao Portugal 2030 e se encontrava em apreciação, existindo indicação de que reunia condições favoráveis para financiamento, aguardando-se o respetivo despacho. Referiu ainda a remodelação da rede de abastecimento de água e ramais na zona de medição e controlo da Tocha - 4.ª Fase e na zona de medição e controlo da Sanguinheira - 3.ª Fase, concluída em agosto de 2025, no âmbito da qual tinham sido executados 1,2 quilómetros de conduta e 107 ramais domiciliários. Mencionou, por fim, a empreitada de remodelação da rede de abastecimento de água e ramais em Corticeiro de Cima e Vilamar, concluída em julho de 2025, tendo sido executados 1,4 quilómetros de conduta e 60 ramais domiciliários. No que respeitava à rede de saneamento de águas residuais, destacou a empreitada de remodelação do saneamento na cidade de Cantanhede e na Pocariça, concluída em janeiro de 2025, na qual tinham sido executados 4,8 quilómetros de coletores e 260 ramais domiciliários. Referiu também a remodelação da rede de saneamento de águas domésticas de Vilamar e Corticeiro de Cima - 2.ª Fase, concluída em novembro de 2025, no âmbito da qual tinham sido executados 1,6 quilómetros de coletores, 73 ramais domiciliários e uma conduta elevatória com cerca de 1,1 quilómetros de extensão. Informou que aquela obra também tinha sido submetida ao Portugal 2030 e que a respetiva candidatura tinha sido aprovada em 2026. Acrescentou que o investimento tinha ascendido a cerca de 1.000.000,00€, tendo sido financiados aproximadamente 690.000,00€. De seguida, referiu o Selo de Qualidade atribuído pela ERSAR, anteriormente mencionado, salientando que apenas outra entidade a nível nacional tinha recebido o mesmo Selo. Considerou aquela distinção motivo de orgulho para a INOVA e para todos os seus trabalhadores, enquanto reconhecimento



da qualidade do serviço prestado. No âmbito da acessibilidade económica dos serviços, referiu os indicadores relativos aos resíduos, ao saneamento e à água, salientando que todos esses valores poderiam ser consultados, a qualquer momento, no sítio da ERSAR. Apresentou igualmente os resultados do inquérito de satisfação realizado em 2025, salientando que os valores obtidos eram considerados positivos e demonstravam uma melhoria relativamente aos anos anteriores. Explicou que aquele inquérito era realizado anualmente por uma empresa externa, devidamente acreditada e contratada para o efeito, através de contactos com os utilizadores. Relativamente à demonstração de resultados, informou que o total de rendimentos tinha ascendido a cerca de 14.104.000,00€, representando um aumento de aproximadamente 10% face ao ano anterior. Explicou que aquele crescimento resultava essencialmente do aumento da atividade dos serviços regulados, nomeadamente, água e saneamento, bem como do aumento das receitas associadas à EXPOFACIC, integradas nas atividades não reguladas. Referiu ainda que os outros rendimentos e ganhos incluíam os fundos comunitários obtidos para financiamento das obras realizadas, salientando que, até 2025, os valores provenientes desses fundos tinham sido relativamente residuais nos anos anteriores. Quanto ao total dos gastos, informou que estes tinham ascendido a aproximadamente 14.010.000,00€. Destacou que o principal impacto tinha ocorrido na rubrica dos gastos com pessoal, em consequência dos aumentos do salário mínimo e das atualizações das carreiras da Administração Pública, que tinham determinado um acréscimo dos custos naquela área. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos, esclareceu que praticamente não tinha existido aumento naquela rubrica, uma vez que a empresa tinha procedido à renegociação dos contratos de energia, permitindo obter algumas poupanças e compensar eventuais aumentos de custos. No que respeitava às amortizações, referiu que tinha

ocorrido um aumento ligeiro, de aproximadamente 300.000,00€, explicado sobretudo pelos investimentos realizados nos dois últimos anos, cujos ativos tinham começado a ser amortizados durante o exercício de 2025. Salientou que o aumento do investimento se tinha refletido, consequentemente, no aumento das amortizações. Quanto aos juros, informou que estes se tinham mantido relativamente estabilizados, uma vez que, durante o ano de 2025, não tinha ocorrido uma variação significativa das taxas de juro. Em resultado do exercício, referiu que o resultado antes de impostos tinha sido de 632.000,00€, enquanto o resultado líquido do exercício tinha ascendido a 539.000,00€, e o EBITDA tinha atingido aproximadamente 3.350.000,00€. No que respeitava aos principais indicadores financeiros, informou que a liquidez geral se tinha situado em 0,94%, o prazo médio de pagamento em 39 dias e a autonomia financeira em 60,8%. Por fim, relativamente à distribuição dos resultados, informou que, nos termos legais, tinha sido considerada a aplicação de 5%, tendo o montante de 532.000,00€, correspondente às reservas livres, sido transferido para resultados transitados.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara e Presidente do Conselho de Administração da INOVA, Pedro Cardoso, o qual destacou os principais indicadores do exercício de 2025, sublinhando o regresso do investimento ao topo das prioridades estratégicas, correspondente ao maior volume de investimento dos últimos dez anos, realizado sem reflexos negativos na gestão da organização. Salientou o alcance daquele resultado, contrapondo-o com o desempenho de outras grandes empresas do setor que apresentaram resultados negativos. Destacou, de seguida, o processo em curso de recuperação de dívidas, que se encontrava praticamente estagnado e se reveste de grande complexidade e relevância, bem como a atualização dos dados dos clientes. Relevou também que o



ano de 2025 ficou marcado pelo maior investimento de sempre na formação contínua e na qualificação dos trabalhadores, associado à melhoria contínua das condições de trabalho e à adaptação das estruturas. Mencionou o equilíbrio mantido entre a qualidade dos serviços prestados e os respetivos custos, evidenciando o reconhecimento público e as distinções recebidas pela prestação de serviços de qualidade a preços competitivos. Acrescentou que a reorganização dos setores tem sido determinante para o aumento da eficácia e eficiência, destacando a implementação de plataformas digitais e o reforço de medidas de eficiência energética com vista ao futuro. No âmbito da sustentabilidade operacional, realçou a aposta nas energias renováveis através do investimento em painéis fotovoltaicos e da criação de uma comunidade de energia para autoconsumo nas instalações, com impacto direto na redução dos custos energéticos. Por fim, concluiu que o conjunto daqueles fatores, a par do aumento do número de clientes, do combate às perdas de água e do incremento da água faturada, traduz um desempenho sólido que permite encarar o futuro com confiança e expectativa positiva.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Luís Mota, o qual após cumprimentar todos os presentes, e dirigindo igualmente uma saudação público que acompanhavam a sessão à distância fez a seguinte intervenção: *“Analisando o relatório da prestação de contas consolidadas que englobam todo o Grupo Municipal, observamos que na generalidade as contas apresentam um resultado líquido positivo de 866.322,00€. Mas, no entanto, se realizarmos uma cuidada e responsável leitura dos números apresentados, não chega a termos valores líquidos favoráveis quando se verifica que o passivo está a aumentar de forma significativa, como nos demonstra o balanço sintético. Só no último ano, o passivo aumentou 53%, mais de 19.000.000,00€, passando este valor para 56.000.000,00€, números redondos, como*

está referido no quadro 6 do referido balanço sintético. Este facto por si só, obriga a uma explicação para se perceber qual é a verdadeira razão deste aumento. Esta é a minha primeira questão. Outra questão eu gostava de ser esclarecido, era qual a razão dos fluxos de caixa das atividades operacionais serem muito negativos na ordem dos 10.000.000,00€ negativos, como reporta o quadro 9 de demonstração de fluxo de caixa consolidados, já negativos em 2024 e duplicou o valor em 2025. Será este o valor que está a empurrar o passivo para cima? Estando este valor negativo, já pelo segundo ano consecutivo, o que não é benéfico, questiono que medidas estão a ser ou vão ser tomadas para inverter a situação. Queria também referir que no quadro 4 da execução da despesa consolidada, no saldo global apresenta um valor negativo de quase 65.000,00€, valor que abordei que era negativo na altura da aprovação da demonstração de desempenho orçamental e que vim aqui justificar aquilo que referi, o que é certo é que este valor era provisional, mas ainda se mantêm, no entanto não tão expressivo porque está agrupado ou consolidado pelas empresas do Grupo Municipal".-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Conceição Sá, a qual após cumprimentar todos os presentes, e dirigindo igualmente uma saudação aos munícipes que acompanhavam a sessão através dos meios telemáticos fez a seguinte intervenção: "Pedi para intervir e desde já agradeço ao sr. Presidente ter-me dado a palavra, no âmbito da Prestação de Contas Consolidada 2025 do Grupo Municipal de Cantanhede, realçar a importância da BIOCANT para o desenvolvimento de Cantanhede. As demonstrações financeiras na Prestação de Contas Consolidada 2025 do Grupo Municipal de Cantanhede, onde a BIOCANT surge como uma das entidades consolidadas, mostram que o Município se encontra numa situação económica e financeira estável. Ao longo de 2025, conseguiu gerar receitas



suficientes para suportar os seus gastos, terminou o exercício com um resultado positivo, reforçou o seu património líquido e manteve um nível de endividamento maioritariamente de longo prazo, o que reduz a pressão financeira imediata. Apesar de continuar a depender, em parte, das transferências e subsídios públicos para financiar a sua atividade, o conjunto dos indicadores revela um grupo financeiramente equilibrado, com capacidade para assegurar o funcionamento dos serviços e dar continuidade aos seus investimentos e projetos. Investir na BIOCANT é investir no futuro económico do concelho!! Para quem nos possa estar a ouvir e não saiba, numa visão a longo prazo foi criada a Biocant (Associação de Transferência de Tecnologia) em 2003, com o então Presidente Jorge Catarino e o respetivo Biocant Park (Parque de Ciência e Tecnologia especializado em biotecnologia), a ser oficialmente inaugurado e aberto ao público em 2005 já com o então Sr. Presidente João Moura. Sabemos que as economias mais competitivas do século XXI distinguem-se cada vez mais pelos recursos naturais que possuem e cada vez mais pela capacidade de gerar conhecimento, transformar ciência em inovação e converter inovação em valor económico. Neste contexto, a BIOCANT representa um dos ativos estratégicos mais relevantes do concelho de Cantanhede. Não é apenas um parque tecnológico. É um ecossistema onde coexistem investigação científica, universidades, empresas tecnológicas, laboratórios especializados, empreendedorismo e transferência de tecnologia para a economia. A missão do parque é precisamente consolidar empresas e instituições de excelência dedicadas à biotecnologia, funcionando como agente estratégico de desenvolvimento regional. Ao contrário de muitos investimentos públicos cujo retorno é predominantemente local, um investimento na BIOCANT produz efeitos em múltiplas escalas: atrai investimento nacional e internacional; fixa investigadores altamente qualificados; cria emprego científico; gera empresas de base

tecnológica; aumenta a capacidade exportadora; reforça a notoriedade internacional do território. Hoje o conhecimento tornou-se a principal infraestrutura económica. Durante décadas, o desenvolvimento territorial media-se através de estradas, zonas industriais ou equipamentos públicos. Hoje, as regiões mais desenvolvidas competem através de infraestruturas de conhecimento, Laboratórios, Centros tecnológicos, Parques científicos, Incubadoras e Centros de inovação. São estes espaços que geram empresas capazes de competir globalmente. Neste domínio, a BIOCANT ocupa uma posição singular em Portugal. É um dos poucos parques científicos portugueses totalmente especializados nas Ciências da Vida e Biotecnologia, dispondo de laboratórios, plataformas tecnológicas avançadas e serviços científicos especializados, incluindo unidades de cultura celular em condições GMP sequenciação genómica e espectrometria de massa. Esta especialização constitui uma vantagem competitiva difícil de replicar. A Biocant produz o efeito multiplicador do investimento. O investimento público em ciência raramente produz retorno imediato. Produz, porém, retorno estrutural. Cada euro investido numa infraestrutura científica permite: captar financiamento europeu; atrair investimento privado; apoiar empresas tecnológicas; criar produtos; gerar exportações; aumentar receitas fiscais futuras. A literatura sobre parques científicos demonstra que estes efeitos

-----Continuação da Ata n.º 4/2026 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 26 de junho de 2026.-----

multiplicadores são particularmente fortes quando existe especialização temática e articulação entre universidades, empresas e administração pública. O caso da BIOCANT é apontado como um exemplo bem-sucedido, capaz de ligar conhecimento local a redes internacionais de inovação. Com a Biocant, o Município de Cantanhede construiu uma marca científica. Durante décadas, Cantanhede foi conhecida essencialmente pela praia da Tocha, agricultura, indústria e vitivinicultura. Com a Criação da Biocant e o respetivo Biocant Park, o nome do concelho surge igualmente associado: à biotecnologia; às ciências da vida; à inovação; ao empreendedorismo científico. Esta alteração de posicionamento territorial constitui um ativo económico de enorme valor. Poucos municípios portugueses conseguiram criar uma marca científica reconhecida nacional e internacionalmente. Esta notoriedade facilita: atração de empresas; instalação de investigadores; cooperação internacional; organização de congressos científicos; investimento estrangeiro. Vendo outros exemplos portugueses que demonstram a importância deste modelo de desenvolvimento. Portugal possui outros exemplos de investimento continuado em infraestruturas científicas que transformaram profundamente os respetivos territórios. O Taguspark criado numa lógica semelhante de aproximação entre universidade, empresas e tecnologia, hoje acolhe centenas de empresas tecnológicas, centros de investigação e multinacionais, sendo um dos maiores polos nacionais de inovação. A UPTEC, a incubadora tecnológica da Universidade do Porto tornou-se um dos principais motores do empreendedorismo científico português. A criação de empresas altamente inovadoras gerou milhares de empregos qualificados e forte impacto económico regional. A

Lispolis contribuiu para diversificar a economia de Lisboa através da criação de empresas tecnológicas e incubação de start-ups. O Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (iBET) Oeiras constitui hoje uma referência internacional na interface entre investigação aplicada e indústria farmacêutica e biotecnológica. Todos estes exemplos demonstram uma realidade comum: as regiões que investiram de forma consistente em ciência e inovação são hoje mais competitivas, mais internacionalizadas e economicamente mais resilientes. A BIOCANT apresenta, contudo, uma característica diferenciadora. Enquanto muitos parques científicos nasceram nas grandes áreas metropolitanas, a BIOCANT foi construída num município de dimensão média, esta circunstância demonstra que a inovação não depende exclusivamente da localização geográfica. Depende sobretudo da qualidade científica, neste caso da Universidade de Coimbra e mais tarde da Universidade de Aveiro, da liderança institucional, da capacidade de estabelecer redes internacionais; e sobretudo da visão estratégica de longo prazo do município. Estudos académicos sobre o desenvolvimento da BIOCANT descrevem-na como um exemplo de como um território sem tradição em indústrias de alta tecnologia, conseguiu integrar redes globais de conhecimento através de políticas públicas consistentes e de parcerias científicas. O investimento gera efeitos para além da própria BIOCANT. O impacto económico não se limita às empresas instaladas. Existe igualmente impacto em restauração, hotelaria, comércio, habitação, serviços especializados, escolas, formação profissional, mobilidade, etc, etc, etc. Investigadores, estudantes, técnicos especializados e empresários vivem, consomem e utilizam serviços no território. Deste modo, o investimento científico transforma-se também em desenvolvimento económico local. A nova economia das regiões. As regiões que liderarão a economia europeia nas próximas décadas serão aquelas que conseguirem afirmar-se em áreas

como: biotecnologia, saúde, medicina personalizada, bioinformática, inteligência artificial aplicada às ciências da vida, sustentabilidade, bio economia. A BIOCANT encontra-se precisamente posicionada nestes domínios estratégicos, mantendo um ecossistema especializado e internacionalizado e investindo na expansão das suas plataformas tecnológicas para responder às necessidades do setor. Para concluir, investir na BIOCANT não terá de ser entendido como uma despesa corrente ou um apoio institucional isolado, mas sim é um investimento estrutural na capacidade competitiva de Cantanhede. É apostar na fixação de talento, na criação de emprego qualificado, na atração de empresas de elevado valor acrescentado e na consolidação de um ecossistema científico que já constitui uma referência nacional. Tal como o Taguspark contribuiu para afirmar Oeiras como um polo tecnológico, ou o UPTEC (incubadora tecnológica da Universidade do Porto) reforçou o posicionamento do Porto na inovação, a BIOCANT tem o potencial de consolidar Cantanhede como um dos principais polos portugueses das Ciências da Vida e da Biotecnologia. A experiência nacional e internacional mostra que os territórios que investem de forma persistente em ciência e inovação não apenas acompanham o desenvolvimento económico, tornam-se protagonistas desse desenvolvimento. É essa visão de longo prazo que justifica continuar a investir na BIOCANT como uma infraestrutura estratégica para o concelho, para a Região Centro e para Portugal.”-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara Helena Teodósio, a qual informou o Sr. Luís Mota, que lhe será fornecida a justificação técnica relativa às perguntas que colocou.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 25**
– **«Apreciação, discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do**

Município de Cantanhede do Ano de 2025», tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 21 votos a favor e 3 abstenções.-----

-----Após a votação, a Sr.^a Áurea Andrade, apresentou uma Declaração de Voto, subscrita pelos elementos do PS, do seguinte teor: *“A apreciação das contas consolidadas do município exige de todos e de todos nós, um exercício de responsabilidade política que vá além da mera avaliação técnica de todos os documentos apresentados. Queremos por começar por reconhecer o trabalho desenvolvido pelos serviços municipais na elaboração deste relatório, bem como pelo esforço de consolidação financeira que integra entidades com relevância estratégica para o concelho, nomeadamente a INOVA, a ABAP e o BIOCANT. Os indicadores apresentados relevam aspetos positivos que não devem ser ignorados. O resultado líquido consolidado é favorável, o saldo de gerência é expressivo e os níveis de liquidez demonstram capacidade de resposta às obrigações de curto prazo. Estes são sinais que merecem ser assinalados. Contudo a responsabilidade política não se esgota na leitura dos indicadores mais confortáveis. A nossa obrigação é olhar para além da superfície dos números, e questionar aquilo que pode comprometer a sustentabilidade futura das finanças municipais. É neste contexto que o crescimento significativo do passivo consolidado suscita preocupação, importa perceber com toda a clareza que parte deste aumento decorre de investimento estruturante para o desenvolvimento do concelho e que parte representa encargos que estão a ser projetados para os próximos anos. Os cidadãos têm o direito de conhecer o impacto destas opções na capacidade financeira futura do município. Do mesmo modo, os fluxos operacionais negativos não podem ser desvalorizados. A existência de liquidez no encerramento do exercício é um dado relevante, mas não dispensa uma análise rigorosa da sua origem. É fundamental perceber se esta posição financeira resulta da*

atividade recorrente do município ou se depende crescentemente de financiamento externo e de receita de carácter excecional. Merece igualmente particular atenção a situação da INOVA. Estamos perante uma entidade que desempenha funções essenciais para a qualidade de vida da população, assegurando áreas tão determinantes como o abastecimento de água, o saneamento, a gestão de resíduos, a manutenção de espaços verdes, a gestão de equipamentos municipais e a realização de eventos. Por isso mesmo não pode subsistir qualquer dúvida quanto ao grau de transparência da sua atividade. O próprio relatório identifica limitações na consolidação da informação orçamental da empresa. Uma entidade integralmente detida pelo município, não pode limitar-se a uma integração formal nas contas consolidadas. Deve garantir uma integração plena assente na transparência, no escrutínio e na disponibilização de informação que permita avaliar com rigor os seus compromissos, riscos e resultados. A esta preocupação acresce a perspetiva da contratação do novo empréstimo bancário pela INOVA no valor de 3.050.000,00€, destinado à realização de investimentos considerados essenciais. Não está em causa a importância dessas obras, o que está em causa é a necessidade de avaliar de forma transparente e responsável o efeito acumulado destas opções sobre o endividamento do Grupo Municipal e sobre a capacidade de resposta futura. Perante este enquadramento e os fundamentos que aqui explanamos, o nosso sentido de voto é de abstenção. Uma abstenção consciente e responsável, uma abstenção que reconhece o mérito do trabalho técnico realizado e os aspetos positivos evidenciados nas contas, mas não pode ignorar os sinais de alerta associados ao crescimento do passivo, aos fluxos operacionais negativos, à evolução da dívida e às limitações identificadas na consolidação da informação da INOVA. As contas podem estar formalmente consolidadas, mas a confiança política constrói-se e consolida-se

através da transparência da Prestação de Contas, da clareza das decisões e da capacidade de assegurar que o futuro financeiro do nosso concelho não fica comprometido pelas escolhas presentes. É esse dever de vigilância, de responsabilidade e de compromisso com o nosso concelho que fundamenta esta Declaração de Voto”.-----

----- Também, o Sr. Luís Mota, em representação do Partido Cega, apresentou uma declaração de voto do seguinte teor: *“A Bancada municipal do Partido Chega vota em abstenção na Prestação de Contas consolidadas, porque não obstante as contas apresentarem um resultado líquido positivo, verifica-se um aumento do passivo. Este facto deixa-nos com algumas reservas, pois não vislumbramos qual o real impacto da capacidade financeira do município no futuro. Os fluxos de caixa operacionais apresentam um valor negativo já pelo segundo ano consecutivo, o que não apraz um bom presságio económico ou financeiro, confirmados pela tendência da queda dos rácios de solvabilidade e autonomia financeira.”*-----

----- E ainda, o Sr. Tiago Vinagreiro, em representação do PSD, apresentou a seguinte declaração de voto: *“O Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente as Contas Consolidadas de 2025. E fá-lo por uma razão simples: estas contas demonstram rigor, estabilidade e confiança. As contas consolidadas permitem olhar para o Município no seu conjunto: Município, INOVA, Biocant e ABAP. Não olhamos apenas para uma parcela. Olhamos para a realidade global do Grupo Municipal. E essa realidade é positiva. O ativo consolidado ultrapassa os 222 milhões de euros. O património líquido consolidado ultrapassa os 165 milhões de euros. O resultado líquido consolidado é positivo, na ordem dos 866 mil euros. E a execução orçamental mostra cerca de 50,8 milhões de euros de receita para 45 milhões de euros de despesa. Estes números têm significado político. Mostram que Cantanhede tem capacidade*



financeira, contas equilibradas e margem para continuar a investir. Investir nas pessoas. Investir nas freguesias. Investir nos serviços públicos. Investir no desenvolvimento do concelho. Para o PSD, o rigor financeiro não é um fim em si mesmo. É a base que permite fazer obra, apoiar instituições, modernizar serviços e preparar o futuro. Estas contas mostram isso mesmo: um Grupo Municipal sólido, responsável e com rumo. Continuaremos a exigir rigor, transparência e boa gestão. Mas hoje importa reconhecer o essencial: estas contas dão confiança a Cantanhede. Por isso, o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente as Contas Consolidadas de 2025.” -----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2026»**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que o mapa de pessoal do Município para o ano de 2026 havia sido aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada em 19 de dezembro de 2025, tendo posteriormente sido objeto de uma primeira alteração, em fevereiro. A presente alteração decorria da necessidade de integrar 43 propostas de recrutamento, correspondentes a três técnicos superiores, sendo um na área do Direito e dois na área do Desporto, dois fiscais e 38 assistentes operacionais, dos quais um na área de auxiliar administrativo e 37 na área de auxiliar de serviços gerais. Foi ainda referido que a proposta contemplava os reajustamentos resultantes de processos de consolidação e de mobilidade intercarreiras, designadamente de assistente operacional para assistente técnico e de assistente técnico para técnico superior, bem como algumas reafetações nas diversas unidades orgânicas, decorrentes da saída de trabalhadores por motivo de aposentação. Informou que com

a segunda proposta de alteração ao mapa de pessoal do Município para o ano de 2026, o mesmo passaria a contemplar um total de 576 postos de trabalho.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Pedro Marques o qual, solicitou esclarecimento, relativamente às unidades orgânicas em que seriam integrados os trabalhadores a contratar, designadamente os três técnicos superiores, sendo um na área do Direito e dois na área do Desporto. Foi ainda questionado se os dois fiscais seriam integrados no Serviço Municipal de Fiscalização, atendendo às funções a desempenhar, bem como, em que unidades orgânicas seriam integradas os 38 assistentes operacionais previstos na proposta. Solicitou igualmente esclarecimento quanto à eventual existência, nas referidas áreas e funções, de prestadores de serviços a exercer atualmente funções no Município em regime de recibo verde, questionando se os procedimentos de recrutamento previstos abrangiam trabalhadores que já se encontrassem a prestar serviços nessas mesmas funções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual esclareceu, que os dois técnicos superiores na área do Desporto seriam integrados na Divisão do Desporto, pertencente ao Departamento de Desenvolvimento Económico e Social. Relativamente aos fiscais, foi esclarecido que seriam afetos à área da fiscalização, na dependência direta do Urbanismo. Quanto ao técnico superior na área do Direito, seria integrado na área do Departamento de Urbanismo. No que respeita aos assistentes operacionais, foi esclarecido que, de forma geral, seriam afetos à Divisão de Educação, integrada no Departamento de Desenvolvimento Económico e Social, sem prejuízo de, durante o ano, caso se verificasse a necessidade de reforçar outra unidade orgânica, poderem

ser efetuados os respetivos ajustamentos e reafecções de trabalhadores entre divisões.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 26 – «Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Cantanhede para o ano de 2026»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 21 votos a favor e 3 abstenções.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) alteração orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às Grandes Opções do Plano para o ano de 2026»**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual esclareceu, que a situação em análise estava essencialmente relacionada com a criação de novas rubricas orçamentais, decorrente da necessidade de enquadrar diversas candidaturas a financiamento. Nesse âmbito, referiu que se pretendia criar uma nova rubrica associada a uma candidatura apresentada na área do lixo marinho, uma para aquisição de software e outra para equipamento informático. Mencionou ainda a intenção de apresentação de uma candidatura para a construção da plataforma multimodal, junto à Estação de caminho de ferro, bem como para a gestão dos recursos hídricos no concelho de Cantanhede e para a realocização das hortas comunitárias. Foi salientado que a criação das referidas rubricas se prendia, essencialmente, com a necessidade de assegurar o adequado enquadramento orçamental das despesas associadas às candidaturas a apresentar.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 27 – «Apreciação, discussão e votação da 3.ª (Revisão) alteração orçamental modificativa ao orçamento da receita e da despesa e às Grandes Opções do**

Plano para o ano de 2026», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município de Cantanhede.»-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual apresentou a proposta de Regulamento Municipal, informando que a mesma cumpriu o período legal de discussão e consulta pública, sem que tivessem sido apresentadas quaisquer sugestões ou contributos, sendo agora submetida a votação da Assembleia. Esclareceu que a iniciativa visa responder a ajustamentos e necessidades identificados, enquadrando-se na prerrogativa legal que permite aos municípios fixar, mediante regulamento próprio, isenções totais ou parciais relativas a impostos e tributos municipais, designadamente IMI, IMT e Derrama. Salientou que o Regulamento pretende promover a prossecução de interesses públicos com impacto no desenvolvimento da economia local e na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, focando-se em áreas fundamentais como a habitação, a inclusão social e a sustentabilidade territorial. Por fim, referiu que o documento resultou de um trabalho articulado com os técnicos e as chefias do Município, passando a palavra ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, para a apresentação do Regulamento e das respetivas projeções.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, José Negrão, a qual, após cumprimentar todos os presentes, subscrevendo as palavras da Sr.^a Presidente, informou que o Regulamento em apreço havia sido trabalhado no decorrer do ano de 2025, encontrando-se apto para aprovação no final desse mesmo ano. Esclareceu, contudo,

que o processo sofreu um adiamento devido ao contexto eleitoral, tendo sido posteriormente retomado para a realização de alguns ajustamentos finais após novas discussões. Relativamente aos objetivos do Regulamento, referiu que consistem na criação de um regime de isenções e benefícios fiscais municipais, tendo como principais finalidades promover a habitação acessível e a fixação de jovens, incentivar a reabilitação urbana e a sustentabilidade ambiental e apoiar o investimento e o desenvolvimento económico e social. Esclareceu que os impostos municipais abrangidos pelo Regulamento são o IMI, o IMT e a Derrama, podendo os benefícios assumir uma aplicação total ou parcial. Quanto às condições gerais de acesso, referiu que os candidatos devem ter a sua situação tributária e contributiva regularizada, não possuir dívidas perante o Município, cumprir as obrigações legais de licenciamento, não se encontrarem em situação de insolvência ou cessação de atividade e estarem legalmente constituídos, no caso de pessoas coletivas. No âmbito do apoio à habitação para jovens, foi prevista a isenção de IMI para jovens entre os 18 e os 35 anos, relativamente à habitação própria e permanente, desde que o rendimento anual não ultrapasse 153.300,00€ e o valor patrimonial do imóvel não exceda 250.000,00€. Acrescentou que o benefício será concedido por três anos, com possibilidade de renovação, mediante o cumprimento dos requisitos estabelecidos e que, para famílias em situação de vulnerabilidade, foi prevista a possibilidade de isenção de IMI em situações de epidemia, pandemia ou catástrofe, quando se verifique uma redução de rendimento de, pelo menos, 25%, e desde que o rendimento anual não ultrapasse 4.315,60€, sendo que, neste caso, o benefício será concedido por três anos, sem possibilidade de renovação. Relativamente às famílias com dependentes, referiu a redução da taxa de IMI aplicável à habitação própria e permanente, variando o benefício em função do número de dependentes e sendo a sua aplicação efetuada

automaticamente pela Autoridade Tributária, no âmbito do denominado IMI Familiar.

No domínio da reabilitação urbana e do combate à desertificação, informou que foi prevista uma redução até 25% da taxa de IMI, aplicável aos imóveis localizados em zonas definidas pela Câmara Municipal, com o objetivo de incentivar a recuperação do património edificado. Quanto à eficiência energética e sustentabilidade, informou que foi prevista uma redução de 20% do IMI para imóveis com classe energética B ou superior, bem como para imóveis que tenham beneficiado de intervenções de melhoria energética e cuja classe energética tenha aumentado, pelo menos, duas classes relativamente à certificação anterior, tendo este benefício a duração de cinco anos. No que respeita às associações e ao património cultural, informou que foi prevista a isenção de IMI e IMT para associações sem fins lucrativos, como forma de apoio às atividades culturais, recreativas e desportivas. Referiu ainda a possibilidade de redução até 50% do IMI relativamente a património classificado e a existência de isenção automática para entidades de interesse histórico. No âmbito dos apoios ao investimento, informou que foi prevista a isenção da Derrama Municipal para empresas com volume de negócios até 150.000,00€, desde que instaladas no Município, bem como a possibilidade de acumulação deste benefício com outros apoios. Relativamente aos procedimentos, foi explicado que os interessados deverão apresentar requerimento e proceder inicialmente ao pagamento do imposto, sendo posteriormente efetuada pelo Município a restituição do valor correspondente ao benefício no ano subsequente. Acrescentou que os pedidos deverão ser apresentados antecipadamente e acompanhados da documentação comprovativa dos elementos constantes da matriz predial e do registo predial. informou ainda que está igualmente prevista a fiscalização por parte da Câmara Municipal e da Autoridade Tributária, podendo o incumprimento dos requisitos determinar a perda do benefício. Quanto à

entrada em vigor, esclareceu que o Regulamento carece de publicação em Diário da República e no portal do Município, estando prevista a sua entrada em vigor a 1 de janeiro de 2027, com aplicação reportada ao ano de 2026. Referiu ainda que o documento teve como matriz uma proposta anteriormente disponibilizada pela Associação Nacional de Municípios, posteriormente adaptada à realidade do Município de Cantanhede e que a sua elaboração contou com a participação de todos os Departamentos do Município. Em termos de impacto financeiro, indicou que, de acordo com as projeções efetuadas, os encargos associados à aplicação do Regulamento poderão atingir, no limite, aproximadamente 800.000,00€ por ano, tendo em consideração o mecanismo de pagamento antecipado e posterior restituição dos benefícios. Por fim, salientou que se trata de um documento dinâmico, sujeito a avaliação e monitorização, estando prevista a sua reavaliação após um ou dois anos de aplicação, de forma a verificar o modo como o regime está a ser operacionalizado e, se necessário, proceder aos ajustamentos considerados adequados.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto Ponto 28 – «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento de Isenções de Impostos Municipais do Município de Cantanhede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 29 - «Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento de Intervenção em Domínio Público Municipal»**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Chefe de Divisão do Departamento de Estudos e Projetos, Sr. Nuno Nogueira, em substituição da Sr.^a Diretora do Departamento de Obras Municipais, o qual, após cumprimentar todos os presentes, relativamente ao Regulamento em apreciação referiu que o mesmo pretende melhorar a qualidade das intervenções realizadas no espaço público e nas

infraestruturas Municipais, tendo sido elaborado de forma transversal pelos diversos serviços Municipais, designadamente pelo Departamento de Obras Municipais, Departamento de Urbanismo e pelo Departamento Administrativo e Financeiro, esclareceu que a elaboração do referido Regulamento decorre de uma imposição da ANACOM, visando regulamentar os procedimentos relativos à atribuição de direitos de passagem no domínio público Municipal, bem como o acesso e utilização das infraestruturas aptas detidas ou geridas pelo Município, a disponibilizar na plataforma SIIA – Sistema de Informação e Infraestruturas Aptas. Explicou que aquela plataforma permitirá o cadastro das infraestruturas de telecomunicações existentes, obrigando os operadores a utilizar, sempre que possível, as infraestruturas disponíveis, com o objetivo de reduzir a instalação de redes aéreas e promover o enterramento das infraestruturas. Referiu ainda que, embora o Regulamento resulte de uma obrigação legal relacionada com as telecomunicações, o Município decidiu alargar o seu âmbito às restantes infraestruturas instaladas no domínio público municipal. Assim, o Regulamento será aplicável a todas as obras e trabalhos realizados no solo e subsolo do domínio público municipal, designadamente os relacionados com redes de telecomunicações, televisão por cabo, redes elétricas e demais infraestruturas. Acrescentou que: - O Regulamento estabelece um conjunto de regras aplicáveis às intervenções na via pública, nomeadamente, quanto às taxas e cauções a prestar, bem como às situações de isenção; - As taxas correspondem às previstas no Regulamento Municipal de Taxas, incluindo as relativas à passagem de tubagens no subsolo; - Foram definidos os elementos necessários à instrução dos pedidos, estabelecendo-se de forma clara a documentação que os operadores deverão apresentar para efeitos de autorização das intervenções, bem como os respetivos prazos de resposta por parte do Município; - Prevê um regime de contraordenações

para as situações de incumprimento. No que respeita às redes aéreas, salientou que o principal objetivo consiste na progressiva eliminação das redes instaladas acima do solo, estabelecendo-se a proibição de novas instalações aéreas destinadas à distribuição de sinais de telecomunicações e de energia elétrica, pretendendo-se, assim, promover o enterramento das infraestruturas e melhorar a qualidade do espaço público. Acrescentou que foram, contudo, previstas algumas exceções, designadamente, quando estejam em causa razões de interesse público, quando não seja tecnicamente exequível uma solução alternativa, quando os trabalhos se revelem desproporcionalmente difíceis ou onerosos ou quando possam afetar património histórico ou cultural. Referiu que foi estabelecido como objetivo a progressiva passagem das infraestruturas para o subsolo no prazo de dez anos, reconhecendo-se que se trata de uma meta ambiciosa. Referiu ainda que o cumprimento daquele objetivo será acompanhado e avaliado, prevendo-se uma primeira reavaliação do processo ao fim de cinco anos. Relativamente à execução dos trabalhos, informou terem sido definidas regras destinadas a assegurar uma intervenção adequada no espaço público, nomeadamente, a proibição de interferência com outras redes, a realização dos trabalhos em período diurno, regras específicas para a abertura de valas e para a reposição dos pavimentos, bem como a responsabilização pelos danos eventualmente causados. Foram ainda regulamentadas matérias relacionadas com a limpeza dos locais de intervenção, a remoção de cabos e equipamentos, a sinalização temporária dos trabalhos e a obrigatoriedade de publicitação das obras, através da colocação de uma placa informativa contendo a identificação da obra, a respetiva designação e o prazo previsto para a sua execução. Concluiu que o Regulamento pretende, deste modo, uniformizar procedimentos, melhorar a qualidade das

intervenções no domínio público municipal e promover, de forma gradual, a organização e enterramento das infraestruturas existentes.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 29 – Apreciação, discussão e votação da proposta do Regulamento de Intervenção em Domínio Público Municipal**», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão à Rede de Autarquias Participativas»**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, a qual referiu que a Rede de Autarquias Participativas, foi criada em 2014, cuja finalidade consiste em promover a cooperação entre os governos locais, o desenvolvimento de práticas inovadoras de participação pública e o reforço do envolvimento cívico. Salientou, que a rede promove igualmente a aprendizagem mútua entre os municípios, através da partilha e transferência de conhecimentos e experiências. Referiu ainda que, até ao momento, a rede já capacitou cerca de 2.300 técnicos e eleitos locais e promove a valorização pública de projetos municipais através do Prémio de Boas Práticas de Participação, reconhecido a nível nacional e internacional. Referiu também que a Rede de Autarquias Participativas é responsável pelo desenvolvimento de diversas ferramentas de apoio à participação pública, designadamente o Índice de Qualidade, os Orçamentos Participativos e o guia «Participa Mais». Considerou que a adesão à rede permitirá reforçar o compromisso do Município com a participação pública, estabelecer ligações com outros municípios e potenciar a aprendizagem e a partilha de experiências e conhecimentos. Por fim, informou que a adesão à Rede de Autarquias Participativas implica o pagamento de uma contribuição anual no valor de 950,00€.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 30 – «Apreciação, discussão e votação da proposta de adesão à Rede de Autarquias Participativas»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 31 - «Apreciação, discussão e votação da retificação do Regulamento das Zonas Industriais do Município de Cantanhede, art.º 22.º, n.º 3»**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual explicou que foi detetada uma imprecisão material no n.º 3 do artigo 22.º do Regulamento das Zonas Industriais do Município de Cantanhede, concretamente que a expressão «o alienante» deve ser substituída por «o adquirente». Foi esclarecido que se trata de um mero erro material de escrita, suscetível de retificação, não implicando qualquer alteração substancial ao conteúdo normativo do Regulamento. Nesse sentido, foi proposta a retificação do no n.º 3 do artigo 22.º do referido Regulamento passando o mesmo a ter a seguinte redação: «Ocorrendo a situação prevista no número anterior, o adquirente perde a favor do Município 75% do total do preço pago pelo lote». Referiu ainda que aquela retificação já havia sido deliberada pela Câmara Municipal, sendo agora submetida à apreciação da Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 31 – «Apreciação, discussão e votação da retificação do Regulamento das Zonas Industriais do Município de Cantanhede, art.º 22.º, n.º 3»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação do Reconhecimento do Interesse Público Municipal para efeitos de Regularização**

Urbanística das Construções existentes no Campo Escutista do Agrupamento de Escuteiros 1192 de Febres»-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual referiu que a proposta em apreciação decorre de uma solicitação do Grupo de Escuteiros de Febres, relativamente às construções, edifícios e instalações existentes no campo escutista utilizado pelo Agrupamento de Escuteiros 1192 de Febres, implantado em imóveis propriedade do Município de Cantanhede. Esclareceu que existe um contrato de comodato celebrado entre o Município e o referido Grupo de Escuteiros, tratando-se de uma associação juvenil, sem fins lucrativos, que desenvolve regularmente atividades de carácter educativo, formativo e social. Na sequência da solicitação apresentada e após análise da situação, foi considerado existir fundamento jurídico para que a Câmara Municipal proponha à Assembleia Municipal o reconhecimento do interesse público municipal na regularização das construções, edifícios e instalações existentes no campo escutista utilizado pelo Agrupamento de Escuteiros 1192 de Febres. Concluiu que a proposta submetida à Assembleia Municipal visa o reconhecimento do interesse público municipal das instalações existentes naquele espaço, propriedade do Município de Cantanhede.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 32 – «Apreciação, discussão e votação do Reconhecimento do Interesse Público Municipal para efeitos de Regularização Urbanística das Construções existentes no Campo Escutista do Agrupamento de Escuteiros 1192 de Febres»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 33 - «Apreciação, discussão e votação da Correção do Traçado da via proposta na 1.ª Revisão do Plano de Urbanização**



da Cidade de Cantanhede (RPUCC) (Travessa nascente à Rua de S. José – Cantanhede) – Artigo 50.º Regulamento RPUCC»-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Paulo Marques, Chefe de Divisão de Gestão Territorial Sustentabilidade Ambiental, o qual, com o auxílio de uma projeção multimédia, apresentou uma proposta de correção do traçado de uma via prevista no âmbito do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede, começando por fazer o respetivo enquadramento legal. Referiu que, aquando da elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede, foram projetados diversos arruamentos segundo duas formas de representação: através da definição do respetivo eixo e mediante propostas de traçado com maior detalhe, incluindo os correspondentes perfis. Esclareceu que aquele trabalho foi desenvolvido sem recurso a levantamentos topográficos, tendo por base cartografia e ortofotografia, instrumentos que, pelas suas características, podem apresentar algumas imprecisões. Nesse sentido, explicou que o artigo 50.º do Regulamento do Plano de Urbanização prevê a possibilidade de realização de correções ou acertos aos traçados, os quais deverão ser aprovados pela Câmara Municipal e, posteriormente, pela Assembleia Municipal, enquanto órgão competente para a aprovação do Plano. Explicou que a proposta em apreciação diz respeito a um pequeno arruamento projetado numa rua transversal localizada a sul da Adega Cooperativa de Cantanhede, com ligação à Rua de São José. Acrescentou que o terreno abrangido pela intervenção é propriedade de um particular que prevê realizar um investimento na área habitacional, designadamente através da construção de uma moradia e de um bloco multifamiliar. No âmbito dessa pretensão, foi apresentada uma proposta de pequena correção ao traçado do arruamento previsto no Plano de Urbanização. Salientou, contudo, que essa alteração teria implicações para quatro proprietários

confinantes, os quais foram devidamente consultados. Três dos proprietários não manifestaram oposição à alteração, tendo um dos proprietários apresentado oposição à ratificação do traçado proposto. Perante essa oposição, a Câmara Municipal apresentou ao investidor uma contraproposta, propondo a retificação do arruamento para sul, de modo a evitar qualquer interferência com a propriedade do munícipe que havia manifestado oposição. Assim, o traçado agora submetido à aprovação da Assembleia Municipal corresponde à solução ajustada, representada a vermelho, salvaguardando-se que, caso o projeto venha a avançar, deverá ser realizado um levantamento topográfico rigoroso, sobre o qual será posteriormente redesenhada e definida, em definitivo, a solução do arruamento. Referiu ainda que, para além da alteração do traçado, se propõe igualmente a alteração do perfil transversal do arruamento. Explicou que o perfil inicialmente previsto apresentava uma plataforma rodoviária de 9 metros, acrescida de passeios com 2,60 metros de largura de cada lado. Considerando a alteração proposta e a necessidade de assegurar a continuidade com o perfil já existente na Rua de São José, foi proposta a redução da plataforma rodoviária para 6,5 metros, mantendo-se passeios de 2,60 metros de cada lado, com arborização.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 33 – «Apreciação, discussão e votação da Correção do Traçado da via proposta na 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede (RPUCC) (Travessa nascente à Rua de S. José – Cantanhede) – Artigo 50.º Regulamento RPUCC»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 34 - «Apreciação, discussão e votação de voto de louvor a Artur Carvalhinho»**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.ª Amélia Castilho, a



qual após cumprimentar todos os presentes, procedeu à leitura da proposta de atribuição de um voto de louvor ao Enfermeiro Artur Carvalhinho, apresentada pela bancada do PS, do seguinte teor: *“A Assembleia Municipal de Cantanhede delibera expressar um Voto de Louvor a Artur Jorge Dias Carvalhinho pela recente distinção internacional atribuída pela International Home Care Nurses Organization (IHCNO), através do prestigiado DAISY Award – Nurse Leader. Este galardão, de referência mundial na área da enfermagem, visa reconhecer líderes que, pelo seu exemplo, visão e capacidade transformadora, contribuem de forma decisiva para a melhoria dos cuidados de saúde, para a valorização da profissão e para o desenvolvimento de organizações mais humanizadas, eficientes e centradas na pessoa. A distinção assume um carácter histórico, correspondendo à primeira vez que um enfermeiro em Portugal é distinguido com este prémio. Importa destacar que este prémio reconhece a liderança na área da Hospitalização Domiciliária, um modelo de cuidados de crescente relevância e que carece de maior investimento e expansão em Portugal, sendo fundamental para garantir respostas de proximidade, centradas nas necessidades das pessoas e prestadas no seu domicílio, sendo também a primeira vez que a IHCNO distingue um profissional português. Radicado no concelho de Cantanhede há cerca de três décadas, Artur Carvalhinho construiu um percurso profissional de elevado mérito no Serviço Nacional de Saúde. Licenciado em Enfermagem e com formação avançada na área da gestão em saúde, destacou-se no exercício de funções como Enfermeiro Diretor do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo (HAJC), onde, ao longo de mais de sete anos, promoveu uma liderança inovadora, orientada para a qualidade, a humanização e a modernização dos cuidados. Neste período foram implementados projetos estruturantes que transformaram o modelo de prestação de cuidados, aproximando-o das necessidades*

da população, com resultados amplamente reconhecidos a nível nacional e internacional. Entre as principais distinções atribuídas ao Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, destacam-se: o reconhecimento como Age-Friendly Health System pelo Institute for Healthcare Improvement, sendo o primeiro hospital em Portugal e o segundo na Europa a alcançar esta distinção; o Prémio de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo e Saudável, atribuído pela CCDR Centro ao projeto “Hospital Amigo dos + Velhos”; a atribuição da Bandeira de Mérito Social pela Associação Nacional de Gerontologia Social; a Menção Honrosa no Prémio de Boas Práticas em Saúde, pelo projeto “Hospital de Cantanhede: Um Hospital Amigo dos Mais Velhos”; o Healthy Workplaces Award 2022, atribuído pela Ordem dos Psicólogos e Autoridade para as Condições do Trabalho; e a distinção internacional Beyond the Call of Duty for COVID-19, da International Hospital Federation, entre outros. Exerceu ainda funções como Enfermeiro Diretor no Conselho de Administração, responsável pela implementação da Unidade Local de Saúde de Aveiro, contribuindo para um modelo mais integrado, eficiente e articulado de prestação de cuidados. Para além do seu percurso profissional, destaca-se o seu forte compromisso cívico, político e associativo. Ao longo dos anos, desempenhou funções relevantes na vida pública local, nomeadamente como Presidente de Comissão Política do Partido Socialista, Secretário Coordenador da Secção de Cantanhede, membro da Assembleia Municipal e de Assembleia de Freguesia, contribuindo ativamente para o desenvolvimento do território. Tem igualmente mantido uma participação ativa noutras áreas, designadamente, a título de exemplo, como Vice-Presidente da Liga dos Amigos do Hospital de Cantanhede, sócio fundador do Rotary Club de Cantanhede e membro do Conselho Diretor no ano de instalação, e membro do Conselho Consultivo da Escola Técnico-Profissional de Cantanhede, evidenciando um consistente compromisso com

----- A Segunda Secretária:

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name or set of initials.

a comunidade. Paralelamente, desenvolve atividade nas áreas da formação, investigação e inovação em saúde, contribuindo para a qualificação dos profissionais e para o desenvolvimento da enfermagem. O reconhecimento internacional agora alcançado constitui a consagração de um percurso marcado pela dedicação, competência, humanismo e procura constante da excelência, representando não apenas um mérito individual, mas também um reconhecimento do valor dos profissionais de saúde portugueses e do Serviço Nacional de Saúde. Assim, pelo seu notável percurso profissional, pelo seu contributo para a saúde, pela sua intervenção cívica e pelo prestígio que confere ao concelho de Cantanhede, a Assembleia Municipal de Cantanhede delibera atribuir um Voto de Louvor a Artur Jorge Dias Carvalhinho.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 34 – «Apreciação, discussão e votação de voto de louvor a Artur Carvalhinho»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 21 votos a favor e 3 abstenções.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, desejou a todos os presentes um excelente mês, fazendo votos que se encontrem na Expofacic.-----

----- Finalmente, sendo 20h40 horas, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, tendo dado a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente: 

----- O Primeiro Secretário: 